

ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2015-2030

Corede Produção (Org.)

Munira Medeiros Awad
João Filipe Torres Soares
Ezequiel Shumann Rosa
Marcos Cittolin



**UPF**
Universidade
de Passo Fundo

EDITORA



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
2015-2030

Corede Produção
(Org.)



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

José Carlos Carles de Souza

Reitor

Rosani Sgari

Vice-Reitora de Graduação

Leonardo José Gil Barcellos

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Bernadete Maria Dalmolin

Vice-Reitora de Extensão e Assuntos
Comunitários

Agenor Dias de Meira Junior

Vice-Reitor Administrativo

CORPO FUNCIONAL

Daniela Cardoso

Coordenadora de revisão

Ana Paula Pertile

Revisora de textos

Cristina Azevedo da Silva

Revisora de textos

Sirlete Regina da Silva

Coordenadora de design

Rubia Bedin Rizzi

Designer gráfico

Carlos Gabriel Scheleder

Auxiliar administrativo

UPF Editora

Karen Beltrame Becker Fritz

Editora

CONSELHO EDITORIAL

Altair Alberto Fávero (UPF)

Andrea Ultramarí (UFRGS)

Alvaro Sanchez Bravo (UNIVERSIDAD DE SEVILLA)

Carlos Alberto Forcelini (UPF)

Carlos Ricardo Rossetto (UNIVALI)

Cesar Augusto Pires (UPF)

Cleci Teresinha Werner da Rosa (UPF)

Fernando Rosado Spilki (FEEVALE)

Gionara Tauchen (FURG)

Giovani Corralo (UPF)

Héctor Ruiz (UADEC)

Helen Treichel (UFFS)

Jaime Morelles Vázquez (UCOL)

José Otero G. (UAH)

Jurema Schons (UPF)

Karen Beltrame Becker Fritz (UPF)

Kenny Basso (IMED)

Leonardo José Gil Barcellos (UPF)

Luciane Maria Colla (UPF)

Paula Benetti (UPF)

Sandra Hartz (UFRGS)

Telmo Marcon (UPF)

Verner Luis Antoni (UPF)

Walter Nique (UFRGS)

ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL 2015-2030

Corede Produção
(Org.)

Munira Medeiros Awad
João Filipe Torres Soares
Ezequiel Shumann Rosa
Marcos Cittolin

2017



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO



Copyright© dos autores

Daniela Cardoso

Ana Paula Pertile

Cristina Azevedo

Revisão de textos e de emendas

Sirlete Regina da Silva

Rubia Bedin Rizzi

Projeto gráfico, diagramação e
criação da capa

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e as opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A886 Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030 / Corede Produção (Org.) ; Munira Medeiros Awad ... [et. al.] . – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.
237 p. : il., color. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-523-0004-5 (impresso)

Outros autores: João Filipe Torres Soares, Ezequiel Shumann Rosa, Marcos Cittolin.

1. Planejamento estratégico. 2. Administração pública.
3. Economia - Aspectos sociológicos. I. Corede Produção, coord. II. Awad, Munira Medeiros. III. Soares, João Filipe Torres. IV. Rosa, Ezequiel Shumann. V. Cittolin, Marcos.

CDU: 330.34(816.5)

Bibliotecário responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

Fone/Fax: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

UPF Editora afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Munira Medeiros Awad

Presidente

Marco Antonio Silva

Vice-Presidente

Marcos Silva

Tesoureiro

Edilson Antonio Romanini

Secretário

Tomas dos Santos Morais

Secretário Executivo

Ana Paula de Oliveira Rosa

Auxiliar Administrativo

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Organização e Responsabilidade Técnica

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

EQUIPE TÉCNICA

João Filipe Torres Soares

Ezequiel Shumann Rosa

Marcos Cittolin

Munira Medeiros Awad

Órgão financiador: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG,
Conforme Convênio Seplan/Fórum dos Coredes 1636/2015

“Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos planos bem como a exatidão das referências são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não expressando necessariamente a opinião da SPGG/RS.”

Conselho Regional de Desenvolvimento da Produção

Presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – Comudes 2015/2017

Renata Rockenbach Eckhardt - Almirante Tamandaré do Sul

Juliano Santin - Camargo

Aline Zirbes - Carazinho

Jones Paulo Bonamigo - Casca

Gilmar Dickel - Ciríaco

Leonir Wentz - Coqueiros do Sul

Paulo Prates - Coxilha

Lauro Antonio Benedetti - David Canabarro

Sandro Joel Pfluck - Ernestina

Nelci Silvestri - Gentil

Julio Cesar Minella - Marau

Catiussa Bitencourt - Mato Castelhano

Micheli Piucco - Muliterno

Jonas Guerra – Nova Alvorada

Luis Valendorf - Passo Fundo

Valdelir Luiz Cristofoli - Pontão

Flavio Focchi - Santo Antônio do Palma

Kênia Alberton - Santo Antônio do Planalto

Mateus Finato - São Domingos do Sul

Ademir Alves - Vanini

Greicielen Guzela - Vila Maria

MUNICÍPIOS E PREFEITOS QUE INTEGRAM O COREDE PRODUÇÃO

Almirante Tamandaré do Sul: Valdeci Gomes da Silva

Camargo: João Carlos Zanatta

Carazinho: Renato Süss

Casca: Alan Martins das Chagas

Ciríaco: Arlindo Antonio Lopes

Coqueiros do Sul: Rafael Kochenborger

Coxilha: Júlio Cesar Mesquita Ceni

David Canabarro: Marcos Antonio Oro

Ernestina: Odir João Boehm

Gentil: Vanderlei Ramos Do Amaral

Marau: Josué Francisco Da Silva Longo

Mato Castelhano: Jorge Luiz Agazzi

Muliterno: Maurilio Pitton

Nova Alvorada: Edilson Antonio Romanini

Passo Fundo: Luciano Palma de Azevedo

Pontão: Nelson José Grasselli

Santo Antônio do Palma: Gerson Luiz Richato

Santo Antônio do Planalto: Cristiane Alberton Franco

São Domingos do Sul: Domingos Scartezzini

Vanini: Alceu Castelli

Vila Maria: Neura Lorini Matt

Agradecimentos

Inicialmente, cabe aqui reconhecer a importância da atuação do Fórum dos Coredes, por meio da direção e dos conselheiros, por terem tido a coragem de assumir um desafio juntamente com os 28 Coredes: o compromisso de Atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional.

Destacamos a importante colaboração e o apoio da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, na pessoa do senhor Antônio Paulo Cargnin, e da equipe da SPGG/Deplan na orientação técnica na elaboração deste documento.

De uma forma carinhosa e emotiva, um agradecimento especial a nossa Universidade de Passo Fundo, executora deste trabalho, na pessoa do Magnífico Reitor José Carlos Carles de Souza, e da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, na pessoa da Vice-Reitora professora Bernadete Maria Dalmolin, que soube, com maestria, coordenar juntamente com os técnicos do Plano Estratégico de Desenvolvimento a elaboração deste livro que entregamos à comunidade regional.

Um especial agradecimento à fundamental participação das lideranças regionais, dos gestores públicos dos Comudes e entidades regionais, da imprensa, da equipe diretiva e do conselho do Corede Produção, que deram diversas contribuições não só para a construção do diagnóstico técnico e dos projetos, mas também para a organização das reuniões municipais e regionais, além de hierarquizar as propostas incluídas neste plano.

Para finalizar, não poderíamos deixar de mencionar que esta publicação não tem a pretensão de esgotar nossas discussões sobre temas tão importantes para o desenvolvimento regional, sempre pelo viés da sustentabilidade econômica e social de nossa região, apenas

propõe-se a dar sequência ao Plano Estratégico elaborado em 2010, com a responsabilidade desta e de outras Diretorias do Corede Produção, que, para os próximos quinze anos, certamente, não medirão esforços junto aos poderes executivos e legislativos, tanto da esfera municipal como estadual, na luta pela melhoria das condições de vida dos munícipes. Assim, esta Diretoria, em especial, será incansável na defesa e na busca de recursos em diferentes áreas, conjuntamente com o Poder Executivo de cada um dos 21 municípios que integram o Corede Produção, para que os projetos aqui apresentados venham a ser efetivados na prática, de modo que este material que ora entregamos à comunidade regional não seja mais um material obsoleto, em gavetas ou prateleiras.

Munira Medeiros Awad
Presidente do Corede Produção

Lista de abreviaturas e siglas

Comude:	Conselho Municipal de Desenvolvimento
Corede	Conselho Regional de Desenvolvimento
Daer:	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
FEE:	Fundação de Economia e Estatística
Fiergs:	Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
Firjan:	Federação Industrial do Rio de Janeiro
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idese:	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH:	Índice de Desenvolvimento Humano
IGP:	Instituto Geral de Perícias
PED:	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB:	Produto Interno Bruto
Seplan:	Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
SPGG:	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
IPTU:	Imposto Predial e Territorial Urbano
ICMS:	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
Pnae:	Plano Nacional de Alimentação Escolar
TCE:	Tribunal de Contas do Estado
ISSQN:	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Lista de tabelas

Tabela 1: Cronograma de reuniões municipais.....	24
Tabela 2: Cronograma de reuniões macrorregionais	27
Tabela 3: População total, urbana e rural – 2010 – Corede Produção...	35
Tabela 4: Altitude em relação ao nível do mar por município.....	39
Tabela 5: Data de fundação dos municípios com os respectivos municípios de origem.....	40
Tabela 6: Estimativa da variação da população entre os anos 2010 e 2014 e expectativa de vida ao nascer por município – 2010/2014	41
Tabela 7: Registros de desastres naturais por evento nos municípios do Corede Produção – 1991 a 2010	43
Tabela 8: Investimento em educação em percentual de arrecadação e valor total investido por município no ano 2014.....	44
Tabela 9: Número de matrículas de educação profissional técnica.....	45
Tabela 10: Investimento em saúde em percentual de arrecadação e valor total investido por município no ano 2014.....	46
Tabela 11: Número de leitos disponíveis para internação.....	47
Tabela 12: Número de internações hospitalares registrado entre 2010 e 2014	47
Tabela 13: Número de ocorrências criminais por habitante em 2014	48
Tabela 14: Número de furtos registrados e variação entre os ciclos 2010/2015 e 2014/2015	49
Tabela 15: Número de furtos de veículos registrado e variação entre os ciclos 2010/2015 e 2014/2015.....	49
Tabela 16: Número de empregos formais por município/setor entre 2013 e 2014	50
Tabela 17: Número de eleitores por município por gênero entre 2010 e 2014	53
Tabela 18: Número de candidaturas por gênero/cargo para cargos eletivos nas eleições municipais de 2012.....	54
Tabela 19: Número de veículos de carga registrado por município entre 2010 e 2015	55

Tabela 20: Consumo de energia elétrica em MWh por município entre 2010 e 2015	56
Tabela 21: Consumo de energia elétrica em MWh por setor entre 2010 e 2013	57
Tabela 22: Consumo de combustível em litros por município/tipo de combustível entre 2010 e 2014.....	57
Tabela 23: Número de veículos emplacados por município entre 2010 e 2015	60
Tabela 24: Extração de erva-mate cancheada entre 2010 e 2014	61
Tabela 25: Área plantada de feijão entre 2010 e 2014.....	62
Tabela 26: Área de soja plantada e rendimento médio/ha por município.....	63
Tabela 27: Área de milho plantada e rendimento médio/ha por município.....	65
Tabela 28: Área de trigo plantada e rendimento médio/ha por município.....	67
Tabela 29: Efetivo de aves por município entre 2010 e 2014	69
Tabela 30: Efetivo de suínos por município entre 2010 e 2014	70
Tabela 31: Efetivo de ovinos por município entre 2010 e 2014	71
Tabela 32: Efetivo de bovinos por município entre 2010 e 2014	72
Tabela 33: Efetivo de equinos por município entre 2010 e 2014	73
Tabela 34: Produção de mel de abelha em Kg.....	74
Tabela 35: Arrecadação de IPI por município	75
Tabela 36: Arrecadação de ISSQN por município.....	76
Tabela 37: Arrecadação de ICMS por município	77
Tabela 38: Arrecadação de IPTU por município	78
Tabela 39: Índice Firjan de gestão fiscal	79
Tabela 40: Índice Firjan de desenvolvimento municipal.....	80
Tabela 41: Variação do Idese por município	81

Lista de figuras

Figura 1: Grupo de participantes constrói quadrante da matriz Fofa...	25
Figura 2: Matriz Fofa e lista de demandas	26
Figura 3: Reunião macrorregional	28
Figura 4: Participação pública nas sessões temáticas	29
Figura 5: Reuniões setoriais.....	31
Figura 6: Mapa da taxa média geométrica de crescimento anual 2000-2010 por Corede.....	36
Figura 7: Mapa do Idese por município do Corede Produção – 2012.....	37
Figura 8: Mapa do PIB dos municípios do Corede Produção – 2012	38
Figura 9: Mapa da rede hidrográfica e das unidades de conservação do Corede Produção	42
Figura 10: Infraestrutura de transporte disponível no Corede 2010.....	54
Figura 11: Mapa do percentual de esgoto tratado nos municípios do Corede Produção – 2010.....	59
Figura 12: Mapeamento das regiões funcionais do Rio Grande do Sul.....	229

Sumário

1 O processo de planejamento estratégico	21
1.1 Objetivos do plano	21
1.1.1 Objetivo geral.....	21
1.1.2 Objetivos específicos	22
1.2 Abrangência do plano.....	23
1.3 Metodologia	23
2 Diagnóstico técnico	33
2.1 Caracterização da região.....	33
2.1.1 Perfil socioeconômico do Corede Produção	39
2.2 Dimensão demográfica	41
2.3 Dimensão ambiental	42
2.4 Dimensão social e cultural.....	44
2.4.1 Educação	44
2.4.2 Saúde.....	46
2.4.3 Segurança.....	48
2.4.4 Equidade e inclusão social	50
2.5 Dimensão infraestrutural e de gestão pública.....	54
2.5.1 Logística e transporte.....	54
2.5.2 Energia e comunicações	56
2.5.3 Saneamento básico	59
2.5.4 Urbanismo e mobilidade	60
2.6 Dimensão econômica	61
2.6.1 Setor agropecuário.....	61
2.6.2 Setor industrial.....	75
2.6.3 Setor de serviços	76
2.6.4 Finanças públicas	77

3	Análise de indicadores situacionais	79
4	Matriz Fofa: potencialidades e desafios.....	82
4.1	Matrizes regionais por dimensão	82
4.2	Síntese das matrizes e diretrizes	88
4.2.1	Síntese das matrizes Fofas regionais do Corede Produção por dimensão e temática	88
4.3	Referenciais estratégicos do Corede Produção (visão, vocação e valores).....	95
4.3.1	Estratégias	96
4.4	Conceitos teóricos para o desenvolvimento regional	97
4.5	Eixos	98
4.5.1	Eixos estruturantes	98
4.5.2	Eixos de suporte.....	100
5	Carteira de projetos do Corede Produção	103
5.1	Eixo estratégico: agricultura, agroindústria e tecnologia....	103
5.1.1	Diversificação da pequena propriedade com base na produção de alimentos para autoconsumo/cultura de subsistência	103
5.1.2	Expansão da agroindústria familiar a partir do excedente da produção agrícola (leite, peixe, hortifrutigranjeiros, etc.)	104
5.1.3	Gestão rural.....	106
5.1.4	Novo campo.....	107
5.1.5	Fortalecimento do papel da Emater junto ao produtor rural.....	108
5.1.6	Trabalho integrado no desenvolvimento rural.....	110
5.1.7	Melhoramento dos rebanhos.....	111
5.1.8	Pequenas unidades de abate integradas.....	112
5.1.9	Incentivo à instalação de unidade transformadora de soja.....	113
5.1.10	Centro tecnológico regional.....	115
5.1.11	Tabela de preços mínimos ao produtor.....	116

5.1.12	Qualificação da pastagem	117
5.1.13	Apoio à diversificação produtiva de bens alimentares ...	118
5.1.14	Expansão do turismo rural	119
5.1.15	Aposta da saúde animal.....	121
5.1.16	Aquisição de insumos agrícolas para recuperar a fertilidade do solo para melhoria da fertilidade, aumento da produção e de pastagens, etc.....	122
5.2	Eixo estratégico: dinâmica institucional e econômica	123
5.2.1	Alinhamento dos Planos Diretores Municipais (PDMs).....	123
5.2.2	Instalação do Gabinete do Investidor em nível regional.....	124
5.2.3	Programa Excelência da Gestão Pública	126
5.2.4	Identificação do potencial turístico da região	127
5.2.5	Mercados financeiros a serviço do produtor.....	128
5.2.6	A aplicação da lei como fator dissuasor.....	129
5.2.7	Fórum de políticas públicas	130
5.2.8	Criação de uma agenda de desenvolvimento regional no Corede	132
5.2.9	Redistribuição do ICMS	133
5.2.10	Instalar uma rede de assistência social no Corede.....	134
5.2.11	Formação para os quadros técnicos fiscalizadores	135
5.2.12	Uniformização da estrutura de gestão regional	136
5.2.13	Planos Estratégicos de Desenvolvimento municipais	138
5.3	Eixo estratégico: educação	139
5.3.1	Programa Liderar o Futuro	139
5.3.2	Aprender e aprender a fazer.....	141
5.3.3	Gestão financeira nas escolas	142
5.3.4	Implantação do turno integral.....	144
5.3.5	Cultura da paz na escola.....	145
5.3.6	Formação continuada de professores	146
5.3.7	Formação integral da criança e do adolescente	148
5.3.8	Ampliação da oferta para berçário e creche.....	149
5.3.9	Instalação de ludotecas multigeracionais	150
5.3.10	Manutenção dos jovens no campo de forma a diminuir o êxodo rural	152

5.4 Eixo estratégico: logística e infraestrutura	153
5.4.1 Ampliação e melhoria do Aeroporto Lauro Kurtz.....	153
5.4.2 Aquisição de balanças rodoviárias móveis.....	154
5.4.3 Ciclovias como alternativa na mobilidade urbana	155
5.4.4 Condomínio industrial simbiótico.....	157
5.4.5 Construção de um viaduto na RS-135 no trevo da BR-285.....	158
5.4.6 Criação e revitalização das áreas de repouso na rede viária da região.....	160
5.4.7 Duplicação da BR-285 entre Carazinho e Passo Fundo	161
5.4.8 Duplicação da BR-386 entre Soledade e Frederico Westphalen	162
5.4.9 Duplicação da RS-135 entre Passo Fundo e Erechim	163
5.4.10 Duplicação da RS-324 entre Passo Fundo e Casca.....	165
5.4.11 Manutenção da RST-153 entre Passo Fundo e Tio Hugo.....	166
5.4.12 Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um aeroporto internacional de cargas.....	167
5.4.13 Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um ramal ferroviário de ligação entre Carazinho e a linha Norte-Sul.....	168
5.4.14 Internet para todos.....	170
5.4.15 Pavimentação asfáltica ERS 330 entre Distrito de São Bento (Carazinho) e Chapada.....	171
5.4.16 Plano de recuperação e ampliação do modal ferroviário do norte do estado.....	172
5.4.17 Recuperação asfáltica VRS 801 entre o entroncamento com a BR-386 e Chapada	174
5.4.18 Caminhos de ferro	175
5.4.19 Aeroporto internacional de cargas.....	176
5.5 Eixo estratégico: meio ambiente	178
5.5.1 Conclusão da rede de saneamento básico	178
5.5.2 Estações de tratamento de esgotos.....	179
5.5.3 Microgeração energética na propriedade rural.....	180
5.5.4 Ecocentros.....	181

5.5.5	Ecoponto.....	183
5.5.6	Recuperação das matas ciliares.....	184
5.5.7	Observatório climático	185
5.5.8	Levantamento geológico e geomórfico da região.....	186
5.5.9	Aproveitamento das águas pluviais	188
5.5.10	Ampliação dos pontos de coleta de água para análise e transparência na divulgação dos resultados.....	189
5.6	Eixo estratégico: saúde	191
5.6.1	Qualificação das equipes da Atenção Primária à Saúde....	191
5.6.2	Qualificação das infraestruturas da Atenção Primária à Saúde.....	192
5.6.3	Formação para gestores públicos na área da saúde	193
5.6.4	Motolância	194
5.6.5	Oficinas terapêuticas.....	196
5.6.6	Inclusão da saúde mental no atendimento básico de saúde	197
5.6.7	A academia da saúde como suporte ao combate das doenças crônicas não transmissíveis	198
5.6.8	Médico no pré-natal.....	199
5.6.9	Apoio à melhor idade, um serviço à comunidade.....	201
5.6.10	Programa regional de combate às dependências	202
5.6.11	Apoio à melhor idade.....	203
5.6.12	Associação de novos serviços de proximidade como resposta à necessidade de viabilização dos hospitais locais	205
5.7	Eixo estratégico: Segurança	206
5.7.1	Tornezeleira eletrônica integrada na rede de videomonitoramento.....	206
5.7.2	Integração de civis nas atividades administrativas das forças de segurança pública	207
5.7.3	Renovação de frota dos órgãos de segurança pública.....	208
5.7.4	Sistema de proteção às mulheres vítimas de violência....	210
5.7.5	IGP - reforçar para agilizar.....	211
5.7.6	Mediação de conflitos	212
5.7.7	Recomposição do efetivo na proporção de desligamentos...	214

5.7.8	Inserção eletrônica de boletins de ocorrência (plataforma integrada).....	215
5.7.9	Segurança nos currículos escolares.....	216
5.7.10	Ampliação e/ou modernização do videomonitoramento.....	217
5.7.11	Regionalização do número de emergência 190	219
5.8	Eixo estratégico: agricultura, agroindústria e tecnologia.....	220
5.8.1	Introdução da canola como cultura de inverno.....	220
5.9	Eixo estratégico: dinâmica institucional e econômica.....	222
5.9.1	Cadastramento multifinalitário	222
6	Carteira de projetos (hierarquizada por estratégia).....	224
6.1	Eixo estruturante: agricultura, agroindústria e tecnologia ...	224
6.2	Eixo estruturante: logística e infraestrutura	225
6.3	Eixo suporte: dinâmica institucional e econômica.....	226
6.4	Eixo suporte: educação.....	226
6.5	Eixo suporte: meio ambiente	227
6.6	Eixo suporte: saúde	227
6.7	Eixo suporte: segurança.....	228
6.8	Hierarquização na Funcional 9	228
7	Modelo de gestão e implementação do PED da região.....	231
7.1	Comitê executivo - estrutura	231
7.2	Comitê executivo - competências.....	232
	Considerações finais	234
	Referências	236
	Sobre os autores	237

1 O processo de planejamento estratégico

João Filipe Torres Soares
Ezequiel Shumann Rosa
Marcos Cittolin
Munira Medeiros Awad

1.1 Objetivos do plano

Seguem informações sobre os objetivos de atualizar e ampliar o Plano Estratégico do Conselho Regional de Desenvolvimento do Corede Produção.

1.1.1 Objetivo geral

Atualizar e ampliar o Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional do Conselho Regional de Desenvolvimento da Produção (Corede Produção), de acordo com os termos especificados neste Plano de Trabalho e segundo as diretrizes e referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, estabelecidos pelo Anexo II do Convênio celebrado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e a Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul, nº 1.636/2015.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Atualizar e ampliar a base de dados regionais anteriormente elaborada e divulgada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Corede, de 2010, tendo como base os perfis socioeconômicos dos 28 Coredes, elaborados pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), em 2015, definindo uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional.
- b) Definir a visão de futuro e as estratégias de desenvolvimento do Corede para determinação dos propósitos globais permanentes que servirão como base para a realização do Planejamento Estratégico.
- c) Identificar, em conjunto com a comunidade regional, os principais condicionantes, os problemas e as potencialidades setoriais e regionais, a partir da participação de diferentes atores sociais na construção e operacionalização de políticas de desenvolvimento regional.
- d) Elaborar uma carteira/lista de projetos hierarquizada, contendo objetivos, justificativas, escopo, órgãos intervenientes, cronograma e estimativas de recursos.
- e) Estimular e valorizar o desenvolvimento do capital social e da identidade regional, a partir da indicação de projetos estruturantes, de acordo com o perfil histórico da região, de suas potencialidades atuais, de novas oportunidades e de suas possibilidades de interação com outras regiões do estado.
- f) Qualificar o processo de participação das regiões no planejamento e orçamento governamental.
- f) Identificar projetos de curto, médio e longo prazos sempre à luz das políticas públicas.
- g) Produzir indicadores voltados para resultados com foco nos impactos na qualidade de vida da sociedade e que priorizem a transparência, a maximização do uso dos recursos públicos e a prestação de contas para a população.
- i) Publicar o relatório final do Planejamento Estratégico.

1.2 Abrangência do plano

Como território a ser discutido, o Corede Produção é compreendido como uma região composta, atualmente, por 21 municípios, que integra a Região Funcional 9 e está localizada na Região Norte do estado do Rio Grande do Sul, a, aproximadamente, 288 km de Porto Alegre. O plano também apontará as reais necessidades da região da produção, por meio de projetos considerados importantes no atendimento às demandas das comunidades, na tentativa de reduzir as deficiências regionais. A execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) se desenvolverá, em curto, médio e longo prazo, até 2030.

1.3 Metodologia

No estrito cumprimento do convênio celebrado, a direção do Corede Produção, em reunião com os Presidentes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes), aprovou as reuniões das Assembleias Municipais de Consulta Popular e as de Atualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional. Ainda, nessa reunião, foi estabelecido um cronograma de visitas aos 21 municípios bem como foi esclarecido sobre a quantidade e a qualidade dos intervenientes nas reuniões aos presidentes de Comudes. O alinhamento final foi o apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Cronograma de reuniões municipais

REUNIÕES MUNICIPAIS	
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO Data: 13 de maio de 2016 Horário: 10h 30min Local: Câmara Municipal de vereadores	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL Data: 13 de maio de 2016 Horário: 15h 30min Local: Sala de Reuniões- Secretaria Municipal de Educação - SME
VANINI Data: 16 de maio de 2016 Horário: 10h Local: Casa do Idoso	MULITERNO Data: 16 de maio de 2016 Horário: 15h 30 min Local: Câmara Municipal de vereadores
CIRIACO Data: 17 de maio de 2016 Horário: 10h 30min Local: Secretaria Municipal da Saúde	GENTIL Data: 17 de maio de 2016 Horário: 15h Local: Câmara de vereadores
COXILHA Data: 18 de maio de 2016 Horário: 10h 20min Local: Câmara de vereadores	COQUEIROS DO SUL Data: 18 de maio de 2016 Horário: 20h 30min Local: Câmara de vereadores
SÃO DOMINGOS DO SUL Data: 19 de maio de 2016 Horário: 10h 30min Local: Casa da Cultura	SANTO ANTÔNIO DO PALMA Data: 19 de maio de 2016 Horário: 15h Local: Auditório do Posto de Saúde
NOVA ALVORADA Data: 20 de maio de 2016 Horário: 8h 30min Local: Escola Municipal Edílio Luiz Chesties	CAMARGO Data: 20 de maio de 2016 Horário: 13h 30min Local: Câmara de vereadores
VILA MARIA Data: 23 de maio de 2016 Horário: 21h Local: Auditório Félix Rocco Cristan	ERNESTINA Data: 24 de maio de 2016 Horário: 15h 30min Local: Câmara Municipal de vereadores
MARAU Data: 24 de maio de 2016 Horário: 10h 15min Local: Secretaria de Educação	CARAZINHO Data: 13 de maio de 2016 Horário: 20h Local: Câmara Municipal de vereadores
PONTÃO Data: 30 maio de 2016 Horário: 15h Local: Centro de Convivência da Terceira Idade	DAVID CANABARRO Data: 16 de maio de 2016 Horário: 20h Local: Casa da Cultura
PASSO FUNDO Data: 01 de junho de 2016 Horário: 20h 30min Local: Câmara de Vereadores	MATO CASTELHANO Data: 17 de maio de 2016 Horário: 20h 30min Local: Auditório Central
CASCA Data: 19 de maio de 2016 Horário: 20h 30min Local: Auditório da Casa da Cultura	

Fonte: Corede Produção.

Dessas reuniões, foram recolhidas as listas de presença e elaboradas as atas constantes do dossiê de anexos, sendo que todas as reuniões contaram com um quórum mínimo de 30 pessoas, assim, é possível afirmar que este trabalho envolveu mais de 750 sujeitos.

Os técnicos encarregados da elaboração do trabalho, depois de apresentados pela Presidente do Corede, iniciaram os trabalhos com a apresentação de dados municipais sobre demografia, educação, saúde e segurança, com o objetivo de emergir os participantes na temática do desenvolvimento local, provocando a discussão e alertando para a necessidade de uma cidadania ativa e responsável, destacando a importância do movimento corediano como modelo reconhecido internacionalmente e com uma história importante no desenvolvimento das comunidades locais e regionais no Rio Grande do Sul. Após esse exercício conjunto, iniciou-se uma dinâmica em que os participantes foram divididos em grupos, cabendo a cada grupo redigir, com canetão colorido, uma lista de: a) fortalezas (em verde); b) fraquezas (em preto); c) oportunidades (em azul); e d) ameaças (em vermelho). Esse exercício durou, em média, 45 minutos. Terminada essa fase, houve uma interrupção nos trabalhos para um *coffee break*.

Figura 1: Grupo de participantes constrói quadrante da matriz Fofa



Fonte: Corede Produção.

Na volta aos trabalhos, os participantes encontraram a matriz Fofa (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) exposta e iniciou-se uma discussão em grupo sobre os elementos identificados em cada quadrante. A discussão foi orientada e provocada pela pergunta “O que devemos fazer?”, cujas respostas constituíram uma pré-lista de demandas, de inspiração popular e que responde às aspirações da comunidade. Como curiosidade, é importante referir que, ao término das 21 reuniões municipais, essas listas constituíram-se como demandas regionais, revelando a homogeneidade da região e a visão integrada das comunidades locais.

Figura 2: Matriz Fofa e lista de demandas



Fonte: Corede Produção.

Em seguida, foram agendadas as reuniões macrorregionais. A implementação metodológica foi semelhante à já mencionada, à exceção dos dados apresentados, que, dessa vez, tiveram um foco regional, com abordagem dos mesmos temas da atividade anterior.

Tabela 2: Cronograma de reuniões macrorregionais

REUNIÕES MACRORREGIONAIS	
PASSO FUNDO	CARAZINHO
Data: 23 de junho de 2016 Horário: 9h Local: Prédio do Direito da Universidade de Passo Fundo - <i>Campus I</i> , sala 221 Pontão Mato Castelhana Ernestina Coxilha	Data: 23 de junho de 2016 Horário: 14h Local: Ulbra Campus Carazinho Santo Antônio do Planalto Almirante Tamandaré do Sul Coqueiros do Sul
CASCA	DAVID CANABARRO
Data: 24 de junho de 2016 Horário: 14h Local: Casa da Cultura de Casca Vila Maria Gentil Santo Antônio do Palma Marau Camargo Nova Alvorada	Data: 24 de junho de 2016 Horário: 9h Local: Casa da Cultura Domingos Bresolin Ciríaco Muliterno Vanini São Domingos do Sul

Fonte: Corede Produção.

As discussões anteriores foram confirmadas na redação da pré-lista de demandas. Ainda acerca da metodologia, em reunião de coordenação, entendeu-se como proveitoso expor os dados em séries, com início em 2010. Tais séries devem ser analisadas até o ano mais recente. Uma crítica unânime aos apontamentos anteriores foi que as publicações tinham apenas dados referentes a um ano, o que obrigava o leitor a pesquisar outros dados para poder concluir sobre uma dada tendência. Assim, ao longo deste trabalho, e sempre que possível, o leitor encontrará séries de dados, que possibilitarão a sua própria análise situacional. Ressalta-se que se acrescentou um comentário técnico a esses dados, com vistas a contribuir para a construção de uma opinião crítica sobre a região, aprimorando a participação pública.

Figura 3: Reunião macrorregional



Fonte: Corede Produção.

Posteriormente, foram realizados, pela Diretoria do Corede Produção, juntamente com os técnicos da Universidade de Passo Fundo (UPF), eventos em nível macrorregional, identificados como Seminários Integradores para o Desenvolvimento Regional. Reiterando, dessa forma, a sua vertente de participação, levando a discussão à sociedade e promovendo a aproximação efetiva entre representantes e representados em um genuíno movimento de cidadania. Assim, este “plano de desenvolvimento é um mapa de rumos para o futuro, que pretende servir de marco de orientação para o país, é por isso mesmo, também um marco de discussão” (SIEDENBERG; AGOSTINI, 2015).

Figura 4: Participação pública nas sessões temáticas



Fonte: Corede Produção.

Os eventos tiveram como sede dois municípios do Corede Produção: Casca, que recebeu os municípios lindeiros que fazem parte do Corede: Vila Maria, Marau, Vanini, Gentil, Camargo, Ciríaco, David Canabarro, São Domingos do Sul, Santo Antônio do Palma, Nova Alvorada e Muliterno, e Carazinho, onde foram reunidos representantes dos municípios: Passo Fundo, Coxilha, Mato Castelhanos, Almirante Tamandaré do Sul, Ernestina, Coqueiros do Sul, Santo Antônio do Planalto e Pontão.

Ambos os seminários foram realizadas nos *campi* da UPF e tiveram o mesmo formato. Os participantes, no momento do credenciamento, receberam a identificação para participar das oficinas que ocorreram na segunda etapa do evento. Na abertura do Seminário Integrador, a presidência do Corede Produção, na condição de coordenadora da atividade, elucidou, juntamente com os técnicos da UPF, a metodologia das oito oficinas, tendo cada uma contado com a participação de técnicos de diferentes Secretarias de estado. Os palestrantes abordaram temas relevantes para o desenvolvimento da região da produção, de acordo com os eixos temáticos Saúde, Educação, Meio Ambiente, Segurança, Infraestrutura e Logística, Agricultura e Desenvolvimento Econômico. Após a abordagem dos técnicos, as oficinas contaram com moderadores, que também tinham conhecimentos técnicos sobre o eixo temático e que foram responsáveis pela condução dos trabalhos nos grupos bem como pela coordenação da validação e da qualificação da matriz Fofa regional. Ainda, os moderadores, juntamente com os participantes, levantaram termos que consideraram importantes na elaboração da visão, dos valores e da vocação da região. Para finalizar a atividade, nas oficinas, foram listadas demandas consideradas fundamentais para o sucesso econômico, social e ambiental da região.

Para a validação das demandas levantadas, os participantes reuniram-se novamente em um mesmo espaço, no qual os moderadores apresentaram o resultado de cada oficina. Os participantes validaram os apontamentos, apresentando sugestões às demandas consideradas relevantes para o desenvolvimento da região. Essas oficinas contaram com a presença, entre outros, do senhor Secretário de Transportes do Rio Grande do Sul, do senhor Comandante Regional da Brigada Militar do Planalto, do senhor Diretor da AGDI, do senhor Diretor Geral da Emater, da senhora Delegada da Secretaria de Educação do Rio Grande do

Sul, do senhor Coordenador do DAS/SES. Esses representantes atuaram como palestrantes e como participantes de grupos de trabalho compostos por profissionais qualificados indicados por diversas entidades públicas, privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs). O material recolhido foi organizado e fará parte do material final deste trabalho.

Os valores e a vocação da região foram definidos com base em uma nuvem de palavras, tendo o número de vezes que a palavra foi lembrada como balizador/indicador para sua elaboração. O parâmetro para essa elaboração foi a palavra apontada, com um número limite de três vezes. Já no que concerne à visão, seu conceito foi uma construção participativa, para o qual foram agregados conceitos em assembleia.

Figura 5: Reuniões setoriais



Fonte: Corede Produção.

Finalizado o trabalho de qualificação das matrizes Fofa, definição de valores, vocações e visão, foram definidos dois eixos estratégicos considerados estruturantes e cinco eixos estratégicos de suporte, a saber: agricultura, agroindústria, tecnologia, logística e transportes, enquanto eixos estruturantes, ambiente, educação, dinâmica econômica e institucional, saúde e segurança como eixos de suporte. Após concluídas tais etapas, iniciou-se a elaboração dos projetos, tendo como guia os eixos temáticos. Essa etapa foi um grande desafio para os técnicos, que tiveram o apoio e o suporte da Diretoria do Corede na qualificação dos projetos, por meio de reuniões com diferentes técnicos de secretarias, como os coordenadores regionais da 20^a e da 39^a Coordenadoria de Educação e da 6^a Coordenadoria de Saúde da região desse Corede. Igualmente, foram realizadas reuniões com a área de segurança pública, tendo participado um delegado da Polícia Civil, o comando da Brigada Militar e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe). Foi convidada a colaborar e deu o seu apoio a Agenda 21. Além disso, ocorreram reuniões com técnicos de diferentes áreas da executora desse plano da UPF, nas áreas de Agronomia e Engenharia Ambiental, dentre outras, conforme atas e folhas de presença anexas.

Salienta-se que essas reuniões, embora decorrentes de iniciativas da presidente do Corede Produção, visaram à abordagem regional, integrando a análise dos projetos dos dois Coredes, cujo trabalho de atualização do PED está a cargo da UPF.

Os projetos foram estruturados, então, a partir da desagregação desses eixos em ações que concretizem os objetivos e respondam, de forma clara e rápida, aos anseios das populações e à resiliência da região, aumentando a capacidade de atrair investimento e promovendo o desenvolvimento regional sustentado.

2 Diagnóstico técnico

Esse diagnóstico procurou demonstrar dados referentes à região, ao perfil socioeconômico, às dimensões físico-naturais, às dimensões demográfica e à prestação de serviços, entre outros.

2.1 Caracterização da região

O Corede Produção, criado em 1991, integra a Região Funcional 9, situada, predominantemente, na fronteira com o estado de Santa Catarina. Essa região é formada por seis Coredes: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Norte, Produção, Nordeste e Rio da Várzea. Juntos, apresentam uma população de 1.069.269 habitantes, correspondendo a 10% da população gaúcha, da qual 29% residem na área rural e 71% na área urbana. No Corede Produção, a população chegou, em 2010, a 338.049 habitantes, 3,16% da população estadual, com 88% em áreas urbanas e 12% em áreas rurais. O principal centro urbano, estando em primeiro lugar, é Passo Fundo, com uma população de 168.458 habitantes em 2010, concentrando quase 50% da população total da região. Em segundo, está a cidade de Marau e, em terceiro, naquele ano, o município de Carazinho. Os demais municípios são de pequeno porte, com populações abaixo de 10 mil habitantes.

Em relação à economia, a região está voltada para a agropecuária, com a criação de aves, bovinos de corte e de leite e, ainda, com a produção de grãos. Sua indústria está vinculada a essa produção, com destaque para os segmentos de máquinas e equipamentos voltados à agricultura, à pecuária e, também, à produção de alimentos. As fortes conexões entre a agropecuária e as indústrias, as várias cadeias agroindustriais dominantes, como as que trabalham com soja, milho,

trigo, aves, suínos e leite, aliadas à alta produtividade agrícola, apoiadas por solos de grande potencialidade, imprimem uma dinâmica pujante e crescente à região.

No setor de serviços, Passo Fundo se destaca, polarizando não só os municípios do Corede Produção, como também outros do Norte do estado. Essa região vem se apresentando como centro de expansão territorial do Eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, o que pode ser demonstrado pelo dinamismo econômico regional. O dinamismo da região corediana é comprovado pelos indicadores de renda, que se refletiram em um crescimento populacional superior à média estadual no período 2000-2010. Os indicadores de saúde e educação também são satisfatórios, exceto pelo desempenho dos alunos nas avaliações do ensino fundamental.

A região apresenta os modais rodo, ferro e aeroviário, podendo ser ainda mais aproveitada para o transporte de cargas e de passageiros. Nesse setor, em especial, já há algum tempo, a comunidade regional vem lutando para a melhoria tanto na questão aeroviária como na ferroviária, entretanto, a efetivação dessas melhorias não tem se concretizado. Nessa região, ainda há dificuldades de acesso asfáltico em três municípios. Quanto ao saneamento, os indicadores encontram-se abaixo das médias estaduais, demandando políticas públicas no setor. O Rio Grande do Sul, com uma taxa de crescimento populacional de 0,49% ao ano, foi o estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, e algumas regiões apresentaram diminuição em suas populações.

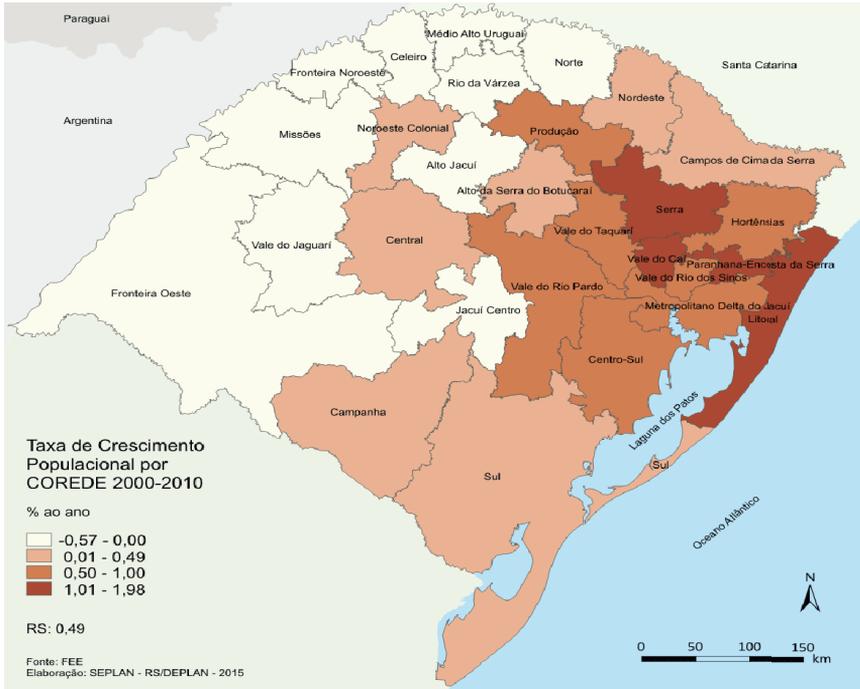
Tabela 3: População total, urbana e rural – 2010 – Corede Produção

Municípios	Total	População	
		Urbana	Rural
Almirante Tamandaré do Sul	2.067	839	1.228
Camargo	2.592	1.095	1.497
Carazinho	59.317	58.253	1.064
Casca	8.651	5.090	3.561
Chapada	9.377	5.573	3.804
Ciriaco	4.922	2.494	2.428
Coqueiros do Sul	2.457	904	1.553
Coxilha	2.826	1.739	1.087
David Canabarro	4.683	1.912	2.771
Ernestina	3.088	1.671	1.417
Gentil	1.677	723	954
Marau	36.364	31.558	4.806
Mato Castelhano	2.470	521	1.949
Muliterno	1.813	508	1.305
Nova Alvorada	3.182	1.332	1.850
Nova Boa Vista	1.960	578	1.382
Passo Fundo	184.826	180.120	4.706
Pontão	3.857	1.559	2.298
Santo Antônio do Palma	2.139	681	1.458
Santo Antônio do Planalto	1.987	1.233	754
São Domingos do Sul	2.926	1.748	1.178
Vanini	1.984	1.001	983
Vila Maria	4.221	2.249	1.972
Corede	349.386	303.381	46.005
Estado	10.693.929	9.100.291	1.593.638

Fonte: IBGE (2010).

A Tabela 3 mostra os dados populacionais por município do Corede Produção, dividindo em população urbana e rural. Os referidos dados populacionais nos trazem a informação de que, aproximadamente, 13,17% da população do Corede Produção reside no meio rural, enquanto a média no estado é de 14,97%.

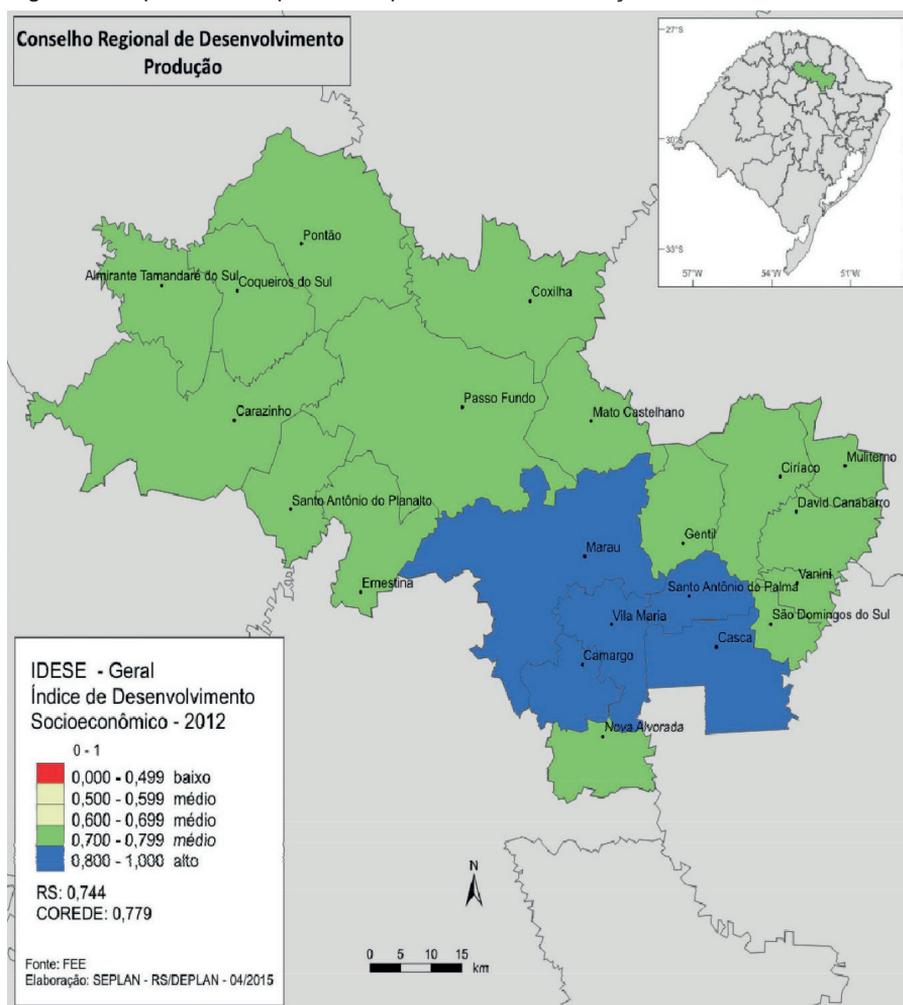
Figura 6: Mapa da taxa média geométrica de crescimento anual 2000-2010 por Corede



Fonte: Perfil socioeconômico Corede Produção (SEPLAN, 2015).

O Corede Produção está localizado nessa área de maior concentração populacional, com taxa média de crescimento anual, para o período de 2000-2010, de 0,77%, constituindo a oitava maior taxa entre os 28 Coredes. Os dados de migração, pesquisados pelo Censo de 2010, indicam o número de pessoas de 5 anos ou mais que não residiam no município em 2005, informando, assim, a entrada e a saída de habitantes no período 2005-2010. O Corede Produção apresentou um saldo migratório positivo de apenas 25 habitantes. Mato Castelhana, Gentil e Marau, por exemplo, apresentaram ganhos populacionais por migração de mais de 6% de suas populações totais. Por outro viés, alguns municípios tiveram migração negativa, especialmente Carazinho, com perda de 1.943 habitantes. Em números relativos, Pontão e Coqueiros do Sul, no Noroeste do Corede, tiveram perdas de, aproximadamente, 5% de suas populações totais. O Corede Produção apresentava, em 2012, o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) na faixa de desenvolvimento, com maior valor, ocupando o quarto lugar no *ranking* estadual, com 0,779 (SEPLAN, 2015).

Figura 7: Mapa do Idese por município do Corede Produção – 2012

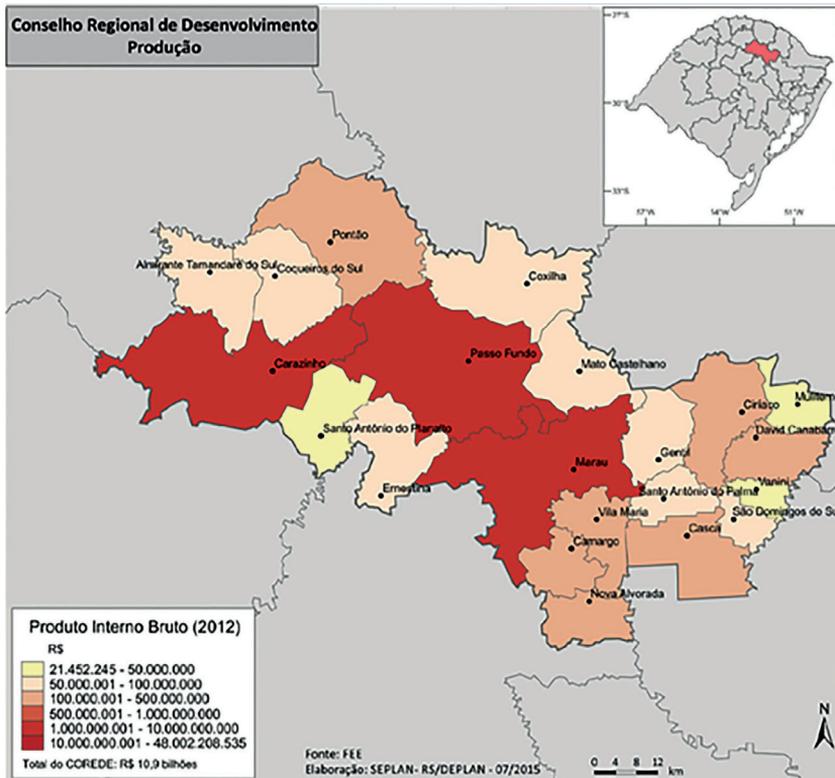


Fonte: Perfil socioeconômico Corede Produção (SEPLAN, 2015).

Analisando-se os blocos do Idese dessa região, verifica-se que o bloco Renda, com 0,791, foi o de melhor desempenho relativo, ocupando a terceira posição no *ranking* dos 28 Coredes. O bloco Educação, com 0,728, está acima da média estadual e na oitava posição no *ranking* das 28 regiões. O bloco Saúde, com 0,819, tem seus sub-blocos com valores acima da média estadual. Os demais municípios apresentam valores de Idese em patamar superior ao nível médio de desenvolvimento, variando entre 0,720, em Caxilha, e 0,794, em Nova Alvorada.

O Corede Produção apresentou, em 2012, um produto interno bruto (PIB) de, aproximadamente, R\$ 10,9 bilhões, o que representava 3,9% do total do estado. O PIB *per capita* do Corede Produção era de R\$ 31.776,00, acima da média estadual de R\$ 25.779,00, o que o colocava em terceiro lugar entre os 28 Coredes. Vila Maria, com R\$ 50.609,00, detinha o oitavo maior PIB *per capita* do estado, enquanto Gentil (R\$ 49.410,00) e Camargo (R\$ 45.923,00) apresentavam, respectivamente, o décimo e o décimo primeiro maiores. São Domingos do Sul tinha o menor PIB *per capita* do Corede, com R\$ 17.631,00. O maior PIB do Corede era de Passo Fundo, com, aproximadamente, R\$ 6,3 bilhões, seguido por Carazinho, com R\$ 1,5 bilhão, e Marau, com R\$ 1,4 bilhão. O menor PIB do Corede era de Muliterno, com R\$ 43 milhões. A Figura 8 demonstra o PIB dos municípios do Corede Produção em 2012.

Figura 8: Mapa do PIB dos municípios do Corede Produção – 2012



Fonte: Perfil socioeconômico Corede Produção (SEPLAN, 2015).

2.1.1 Perfil socioeconômico do Corede Produção

- População total (2010): 349.386 habitantes
- Área: 6.002,7 km²
- Densidade demográfica (2010): 58,2 hab./km²
- Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010): 4,02%
- Expectativa de vida ao nascer (2000): 71,21 anos
- Coeficiente de mortalidade infantil (2012): 11,64 por mil nascidos vivos
- PIB pm (2012): R\$ 10.866.327
- PIB *per capita* (2012): R\$ 31.776
- Exportações totais (2014): U\$ FOB 915.395.979

Fonte: Perfil socioeconômico do Corede Produção – Seplan/Deplan.

Tabela 4: Altitude em relação ao nível do mar por município

Município	Altitude em relação ao mar (metros)		
Almirante Tamandaré do Sul	603	Altitude mínima	427
Camargo	432	Altitude média	616
Carazinho	603	Altitude máxima	824
Casca	608		
Chapada	436		
Ciríaco	753		
Coqueiros do Sul	601		
Coxilha	721		
David Canabarro	682		
Ernestina	493		
Gentil	774		
Marau	571		
Mato Castelhana	740		
Muliterno	824		
Nova Alvorada	427		
Nova Boa Vista	435		
Passo Fundo	687		
Pontão	683		
Santo Antônio do Palma	669		
Santo Antônio do Planalto	558		
São Domingos do Sul	660		
Vanini	757		
Vila Maria	455		

Fonte: FEE.

A região ocupa um território de planalto, com uma altitude média de 616 m acima do nível do mar, mas diversos municípios estão entre os 750 m e os 800 m, considerada em termos médicos como limite para a capacidade humana de adaptação. De outro modo, essa altitude condiciona o clima na região propiciando variações de temperatura e índices pluviométricos em função, entre outras questões, da variação de pressão atmosférica.

Tabela 5: Data de fundação dos municípios com os respectivos municípios de origem

Município	Lei	Data	Origem	Altitude
Almirante Tamandaré do Sul	Lei nº. 10737	16/04/1996	Carazinho	603
Camargo	Lei nº. 8.620	12/05/1988	Marau	432
Carazinho	Decreto nº. 4709	24/01/1931	Passo Fundo	603
Casca	Lei nº. 2.525	15/12/1954	Guaporé	608
Chapada	Lei nº. 3.712	12/02/1959	Sarandi, Palmeira das Missões	436
Ciriaco	Lei nº. 5.195	28/12/1965	Passo Fundo	753
Coqueiros do Sul	Lei nº. 9.565	20/03/1992	Carazinho	601
Coxilha	Lei nº. 9.558	20/03/1992	Passo Fundo, Sertão	721
David Canabarro	Lei nº. 5.196	28/12/1965	Passo Fundo	682
Ernestina	Lei nº. 8.554	11/04/1988	Passo Fundo	493
Gentil	Lei nº. 9.577	20/03/1992	Marau, Passo Fundo, Ciriaco	774
Marau	Lei nº. 2.550	18/12/1954	Passo Fundo, Guaporé	571
Mato Castelhano	Lei nº. 9.645	30/03/1992	Passo Fundo	740
Muliterno	Lei nº. 9.543	20/03/1992	Ciriaco, David Canabarro, Ibiraiaras	824
Nova Alvorada	Lei nº. 8.632	12/05/1988	Arvorezinha	427
Nova Boa Vista	Lei nº. 9.608	20/03/1992	Sarandi, Chapada	435
Passo Fundo	Lei nº. 340	28/01/1857	Cruz Alta	687
Pontão	Lei nº. 9.604	20/03/1992	Passo Fundo, Sarandi, Ronda Alta, Carazinho	683
Santo Antônio do Palma	Lei nº. 9.591	20/03/1992	Casca	669
Santo Antônio do Planalto	Lei nº. 9.550	20/03/1992	Carazinho, Não-Me-Toque	558
São Domingos do Sul	Lei nº. 8.436	08/12/1987	Casca	660
Vanini	Lei nº. 8.459	08/12/1987	Casca, David Canabarro	757
Vila Maria	Lei nº. 8.598	09/05/1988	Marau, Casca	455

Fonte: FEE.

O fenômeno de multiplicação municipal decorreu naturalmente a partir dos centros mais populosos e com forte incremento no final

da década de 1980. Há de se ressaltar que, em algumas das reuniões macrorregionais, e mediante as dificuldades financeiras experimentadas por diversos municípios, as emancipações foram questionadas, sendo que, se na data dos pedidos de emancipação as aspirações das populações no que se relacionava a acessos asfálticos e melhorias no atendimento à saúde tivessem sido atendidas, muitas emancipações, possivelmente, não teriam ocorrido.

2.2 Dimensão demográfica

Tabela 6: Estimativa da variação da população entre os anos 2010 e 2014 e expectativa de vida ao nascer por município – 2010/2014

Município	2010	2014	%	Expectativa de vida ao nascer (2010)
Almirante Tamandaré do Sul	2 068	1 916	● -7,35%	74,67 anos
Camargo	2 571	2 635	● 2,49%	76,25 anos
Carazinho	60 974	62 551	● 2,59%	75,42 anos
Casca	8 813	8 453	● -4,08%	75,81 anos
Ciríaco	5 021	4 813	● -4,14%	76,31 anos
Coqueiros do Sul	2 454	2 452	● -0,08%	75,42 anos
Coxilha	2 868	2 957	● 3,10%	76,93 anos
David Canabarro	4 809	4 556	● -5,26%	77,2 anos
Ernestina	3 170	2 968	● -6,37%	76,25 anos
Gentil	1 691	1 960	● 15,91%	76,76 anos
Marau	37 545	40 429	● 7,68%	76,44 anos
Mato Castelhano	2 567	2 495	● -2,80%	75,34 anos
Muliterno	1 829	1 879	● 2,73%	73,48 anos
Nova Alvorada	3 237	3 333	● 2,97%	75,25 anos
Passo Fundo	190 681	196 587	● 3,10%	75,95 anos
Pontão	4 019	3 874	● -3,61%	76,86 anos
Santo Antônio do Palma	2 173	2 314	● 6,49%	76,15 anos
Santo Antônio do Planalto	2 030	2 196	● 8,18%	78,11 anos
São Domingos do Sul	2 935	2 874	● -2,08%	75,33 anos
Vanini	2 010	2 075	● 3,23%	75,13 anos
Vila Maria	4 368	4 506	● 3,16%	75,33 anos
Corede Produção	347 833	357 823	↑ 2,87%	
Funcional 9	1 097 456	1 104 258	↑ 0,62%	
RS	11 019 030	11 207 274	↑ 1,71%	

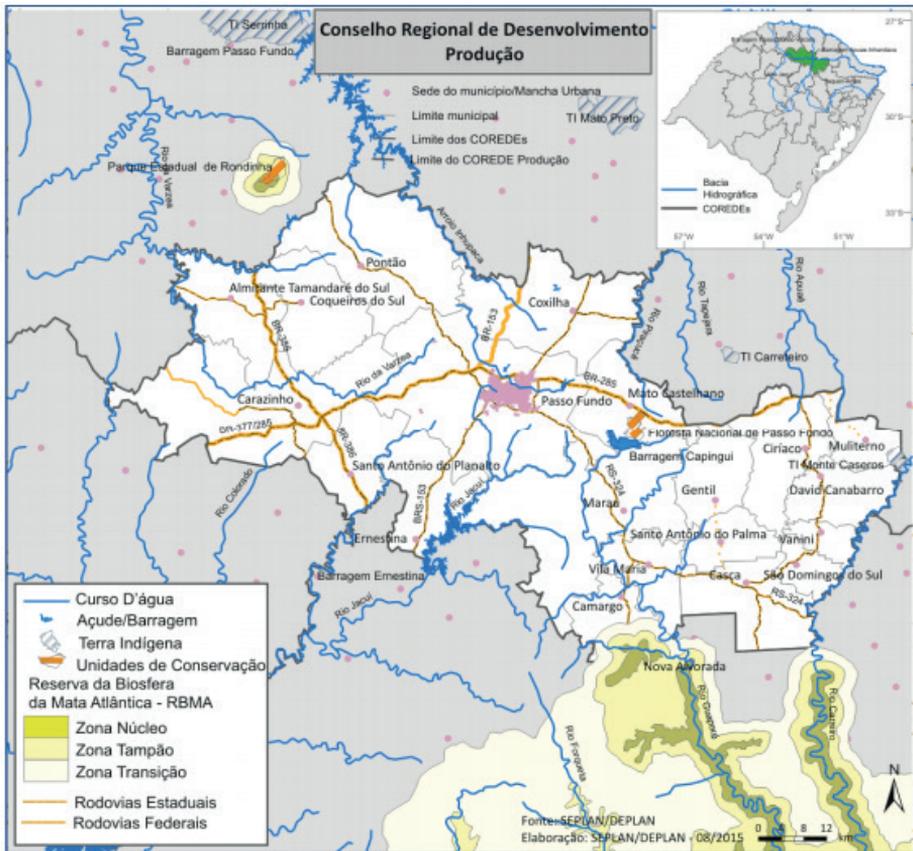
De	Até	Cor	De	Até
-8	-3	Preto	1 879	10 000
-2,99	3	Vermelho	10 001	50 000
3,01	10	Amarelo	50 001	100 000
10,01	16	Verde	100 001	200 000

Fonte: FEE (estimativa IBGE).

O Corede registra a diminuição e o envelhecimento da sua população. As transformações demográficas na abrangência do Corede Produção têm reflexo direto na realidade do campo, e o êxodo rural e os problemas levantados pela sucessão são elencados como entraves à diversificação da produção. De outro ponto de vista, as políticas públicas vocacionadas para a população cada vez mais idosa são insuficientes e nem as instituições estão preparadas para lidar com tal realidade.

2.3 Dimensão ambiental

Figura 9: Mapa da rede hidrográfica e das unidades de conservação do Corede Produção



Fonte: Perfil socioeconômico Corede Produção (SEPLAN, 2015).

O bem estratégico do nosso século é a água potável. No Corede Produção, nascem diversas bacias hidrográficas de valor estratégico inestimável, mas não são implementadas medidas consagradas na lei que visem à sua proteção. O uso indiscriminado desse bem e dos seus frutos, por parte das populações ribeirinhas e de empresários, pode conduzir à sua degradação e, em termos extremos, ao seu esgotamento, em favor do bem privado, condenando as gerações futuras e o próprio estado.

Tabela 7: Registros de desastres naturais por evento nos municípios do Corede Produção – 1991 a 2010

Município	Vendaval ou Ciclone	Tornado	Granizo	Geadas	Incêndio Florestal	Inundação Gradual	Inundação Brusca	Estiagem e Seca	Movimentos de Massa	Erosão Fluvial
Almirante Tamandaré do Sul	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0
Camargo	2	0	1	0	0	1	0	7	0	0
Carazinho	3	0	2	0	0	0	3	5	0	0
Casca	3	0	0	0	0	0	4	6	0	0
Ciriaco	0	0	0	0	0	1	1	8	0	0
Coqueiros do Sul	1	0	2	0	0	0	1	6	0	0
Coxilha	1	0	1	0	0	0	0	4	0	0
David Canabarro	0	0	0	0	0	0	1	5	0	0
Ernestina	1	0	0	0	0	0	2	9	0	0
Gentil	0	0	0	0	0	0	2	5	0	0
Marau	0	0	0	0	0	0	1	8	0	0
Mato Castelhanos	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Muliterno	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Nova Alvorada	2	0	1	0	0	1	3	6	0	0
Passo Fundo	0	0	1	0	0	0	0	4	0	0
Pontão	5	0	2	0	0	0	1	5	0	0
Santo Antônio do Palma	1	0	0	0	0	0	0	6	0	0
Santo Antônio do Planalto	1	0	1	0	0	0	1	4	0	0
São Domingos do Sul	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Vanini	2	0	1	0	0	0	4	5	0	0
Vila Maria	3	0	2	0	0	0	1	8	0	0
TOTAL COREDE Produção	25	0	14	0	0	3	25	119	0	0
TOTAL RS	654	8	405	4	1	371	832	2 643	5	1

Fonte: FEE.

Com a série de dados apresentados até aqui, propõe-se uma análise da realidade, a qual, em consequência do aquecimento global, tem piorado, como se confirma nas reuniões locais.

Os fenômenos climáticos extremos tendem a piorar, haja vista que fenômenos como a geada passaram a acontecer com maior frequência. A alteração dos padrões de pluviosidade e estiagem torna difícil conciliar a irrigação com a disponibilidade de recursos hídricos. O clima e o meio ambiente constituem, hoje, uma das preocupações centrais das populações, em particular dos produtores rurais.

2.4 Dimensão social e cultural

2.4.1 Educação

Muito foi transmitido pelos participantes nesse processo, com ênfase especial pelo público mais jovem, sobre a inadequação dos currículos escolares à realidade econômica e produtiva das comunidades.

Tabela 8: Investimento em educação em percentual de arrecadação e valor total investido por município no ano 2014

Investimentos em educação (2014)	% do orçamento	R\$
Almirante Tamandaré do Sul	29,8	R\$ 1.516,57
Camargo	27,11	R\$ 1.264,41
Carazinho	25,75	R\$ 357,23
Casca	26,97	R\$ 592,60
Ciríaco	31,29	R\$ 731,30
Coqueiros do Sul	30,83	R\$ 1.315,03
Coxilha	28,33	R\$ 1.230,39
David Canabarro	32,58	R\$ 781,95
Ernestina	33,12	R\$ 1.093,60
Gentil	30,93	R\$ 1.791,47
Marau	26,79	R\$ 494,62
Mato Castelhano	35,43	R\$ 1.417,03
Muliterno	26,43	R\$ 1.242,37
Nova Alvorada	26,56	R\$ 1.010,88
Passo Fundo	34,81	R\$ 469,51
Pontão	31,52	R\$ 1.054,48
Santo Antônio do Palma	28,05	R\$ 1.406,87
Santo Antônio do Planalto	30,45	R\$ 1.529,04
São Domingos do Sul	28,96	R\$ 989,55
Vanini	28,87	R\$ 1.380,60
Vila Maria	29,5	R\$ 965,55
Mínimo	25,75	R\$ 357,23
Médio	29,72	R\$ 1.077,86
Máximo	35,43	R\$ 1.791,47

Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Em alguns casos, verificam-se práticas que ultrapassam a obrigação decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal, como casos em que os municípios assumem os encargos decorrentes de transporte escolar para as universidades de referência na região. Essa atitude é uma tentativa clara de contrariar uma saída precoce dos jovens, alimentando a esperança de que apoiar o jovem poderá fazer com que esse, mais tarde, dedique-se profissionalmente ao município.

Tabela 9: Número de matrículas de educação profissional técnica

Número de matrículas de educação profissional técnica					
Município	2010	2011	2012	2013	2014
Carazinho	275	259	256	225	293
Casca	49	39	22	17	19
Marau	48	37	16	10	54
Passo Fundo	1.643	1.640	1.813	1.703	2.410
Pontão	87	104	72	77	117
Total geral	2.102	2.079	2.179	2.032	2.893

Fonte: Observatório do Plano Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A observação de que o final do ensino médio não traduz o “saber fazer” apoia, muitas vezes, a decisão do jovem de abandonar o meio rural. Como se verifica na Tabela 9, o ensino profissional está, fortemente, concentrado nos centros urbanos, sendo que os únicos municípios que apresentam ensino profissionalizante voltado para a agricultura e a agropecuária, os carros-chefes da economia do Corede, são Carazinho e Pontão. Esses cursos contam com, apenas, 410 matriculados, enquanto que todo o restante está concentrado em cursos voltados para os serviços e para a indústria e, em sua maioria, representa encaminhamentos para cursos superiores, desvirtuando o fundamento da formação de pessoas preparadas para atuar em cargos médios nas empresas.

2.4.2 Saúde

Tabela 10: Investimento em saúde em percentual de arrecadação e valor total investido por município no ano 2014

Investimentos em saúde (2014)	% do orçamento	R\$
Almirante Tamandaré do Sul	20,89	R\$ 1.036,28
Camargo	20,24	R\$ 923,94
Carazinho	22,37	R\$ 306,44
Casca	21,93	R\$ 475,33
Ciríaco	18,17	R\$ 414,93
Coqueiros do Sul	21,31	R\$ 885,88
Coxilha	22,77	R\$ 988,74
David Canabarro	20,08	R\$ 470,88
Ernestina	18,3	R\$ 588,86
Gentil	17,82	R\$ 1.004,26
Marau	20,26	R\$ 369,99
Mato Castelhana	20,49	R\$ 788,67
Muliterno	23,68	R\$ 1.084,77
Nova Alvorada	20,24	R\$ 754,14
Passo Fundo	16,95	R\$ 226,63
Pontão	20,77	R\$ 680,91
Santo Antônio do Palma	21,87	R\$ 1.070,45
Santo Antônio do Planalto	17,47	R\$ 854,15
São Domingos do Sul	22,48	R\$ 748,23
Vanini	18,9	R\$ 879,50
Vila Maria	24,98	R\$ 809,39
Mínimo	16,95	R\$ 226,63
Médio	20,57	R\$ 731,54
Máximo	24,98	R\$ 1.084,77

Fonte: TCE.

Verifica-se, com os dados aqui apresentados, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, em alguns casos, chegando-se a ultrapassar tal obrigação.

Tabela 11: Número de leitos disponíveis para internação

Leitos de internação	2010	2011	2012	2013	2014	2010 / 2014	2013 / 2014
Carazinho	155	155	155	152	152	↓ -1,94%	↓ 0,00%
Casca	38	38	35	35	35	↓ -7,89%	↓ 0,00%
Ciríaco	28	28	28	28	28	↓ 0,00%	↓ 0,00%
David Canabarro	22	22	22	32	32	↑ 45,45%	↓ 0,00%
Ernestina	-	-	6	-	-	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Marau	121	109	109	109	109	↓ -9,92%	↓ 0,00%
Nova Alvorada	15	15	15	15	15	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Passo Fundo	1.029	1.029	1.029	990	1.022	↓ -0,68%	↑ 3,23%
São Domingos do Sul	24	24	24	5	5	↓ -79,17%	↓ 0,00%
Vila Maria	18	18	18	18	18	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Total Corede Produção	1.450	1.438	1.441	1.384	1.416	↓ -2,34%	↑ 2,31%
						Mínimo	0,00%
						Médio	0,50%
						Máximo	3,23%

Fonte: FEE.

Tabela 12: Número de internações hospitalares registrado entre 2010 e 2014

Número de internações por município							Variações	
	Município	2010	2011	2012	2013	2014	2010 / 2014	2013 / 2014
Carazinho	3 893	4 221	3 862	4 408	5 027	↓ 29,13%	↓ 14,04%	
Casca	372	412	526	554	405	↓ 8,87%	↑ -26,90%	
David Canabarro	401	376	373	356	398	↑ -0,75%	↓ 11,80%	
Marau	1 533	1 716	1 835	1 961	1 668	↓ 8,81%	↑ -14,94%	
Passo Fundo	32 943	32 261	34 224	37 766	35 541	↓ 7,89%	↑ -5,89%	
Total COREDE Produção	39 142	38 986	40 820	45 045	43 039	↓ 9,96%	↑ -4,45%	
Total Funcional 9	82 614	79 535	83 283	90 221	90 843	↓ 9,96%	↓ 0,69%	

Fonte: FEE.

Com a leitura e a análise dos dados apresentados, verifica-se o decréscimo da oferta de leitos para internação e o aumento dessa demanda nos municípios eleitos como centros regionais de saúde. Impõe-se, assim, uma reflexão séria sobre a política pública de saúde do estado e a redução dos investimentos ao longo dos últimos anos.

2.4.3 Segurança

Tabela 13: Número de ocorrências criminais por habitante em 2014

Ocorrências criminais (2014)	População	Ocorrências por habitante
Almirante Tamandaré do Sul	1.916	0,012
Camargo	2.635	0,012
Carazinho	62.551	0,027
Casca	8.453	0,018
Ciríaco	4.813	0,026
Coqueiros do Sul	2.452	0,009
Coxilha	2.957	0,017
David Canabarro	4.556	0,020
Ernestina	2.968	0,015
Gentil	1.960	0,012
Marau	40.429	0,021
Mato Castelhana	2.495	0,023
Muliterno	1.879	0,011
Nova Alvorada	3.333	0,013
Passo Fundo	196.587	0,028
Pontão	3.874	0,012
Santo Antônio do Palma	2.314	0,013
Santo Antônio do Planalto	2.196	0,015
São Domingos do Sul	2.874	0,010
Vanini	2.075	0,012
Vila Maria	4.506	0,014
Total Geral	357.823	0,337

Fonte: FEE.

O indicador de segurança foi trabalhado dessa forma para, de modo impactante, confrontar a população com o seu pedido recorrente por mais segurança. De fato, são reconhecidas questões como falta de efetivo, deficiência nos meios, etc., mas o importante é sensibilizar para a responsabilidade cívica de preencher o boletim de ocorrência a cada questão, pois as decisões são tomadas com base em estatísticas, portanto, se o cidadão não fizer a sua parte, a estatística não refletirá a realidade e o decisor redistribuirá o efetivo e os recursos de acordo com um mapa com indicativos falseados (que não condiz com a realidade).

Tabela 14: Número de furtos registrados e variação entre os ciclos 2010/2015 e 2014/2015

Furtos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Almirante Tamandaré do Sul	16	16	16	19	14	15	↑ -6,25%	↓ 7,14%
Camargo	18	12	11	15	21	22	↓ 22,22%	↓ 4,76%
Carazinho	1 345	1 249	998	1 005	1 157	978	↑ -27,29%	↓ -15,47%
Casca	69	57	83	82	85	77	↓ 11,59%	↑ -9,41%
Ciríaco	74	82	110	117	74	96	↓ 29,73%	↓ 29,73%
Coqueiros do Sul	18	22	17	14	17	15	↑ -16,67%	↑ -11,76%
Coxilha	25	20	32	34	37	32	↓ 28,00%	↑ -13,51%
David Canabarro	25	29	31	47	33	72	↓ 188,00%	↓ 118,18%
Ernestina	33	34	41	75	71	35	↓ 6,06%	↑ -50,70%
Gentil	14	19	22	39	17	13	↑ -7,14%	↑ -23,53%
Marau	516	458	499	468	489	522	↓ 1,16%	↓ 6,75%
Mato Castelhano	30	45	45	55	52	40	↓ 33,33%	↓ -23,08%
Muliterno	14	13	10	45	14	16	↓ 14,29%	↓ 14,29%
Nova Alvorada	17	18	14	24	25	28	↓ 64,71%	↓ 12,00%
Passo Fundo	2 752	2 444	2 639	2 532	2 428	2 587	↑ -6,00%	↓ 6,55%
Pontão	36	40	44	65	40	36	↓ 0,00%	↑ -10,00%
Santo Antônio do Palma	16	21	19	51	26	22	↓ 37,50%	↑ -15,38%
Santo Antônio do Planalto	13	20	18	14	16	19	↓ 46,15%	↓ 18,75%
São Domingos do Sul	22	16	25	28	16	23	↓ 4,55%	↓ 43,75%
Vanini	9	12	15	16	13	19	↓ 111,11%	↓ 46,15%
Vila Maria	24	25	44	26	40	41	↓ 70,83%	↓ 2,50%
Total Corede Produção	7 096	6 663	6 745	6 784	6 699	6 723	↑ -5,26%	↓ 0,36%
Total Funcional 9	13 934	12 363	12 406	12 254	12 348	12 519	↑ -10,16%	↓ 1,38%
							Mínimo	-27,29%
							Médio	27,30%
							Máximo	188,00%
								118,18%

Fonte: FEE.

Tabela 15: Número de furtos de veículos registrado e variação entre os ciclos 2010/2015 e 2014/2015

Furto de veículos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Almirante Tamandaré do Sul	1	0	2	1	0	0	↑ -100,00%	↓ 0,00%
Camargo	0	1	1	0	0	3	↓ 300,00%	↓ 300,00%
Carazinho	49	134	63	91	95	108	↓ 120,41%	↓ 13,68%
Casca	6	4	13	6	13	26	↓ 333,33%	↓ 100,00%
Ciríaco	2	3	3	5	1	0	↑ -100,00%	↑ -100,00%
Coqueiros do Sul	0	0	1	0	1	2	↓ 200,00%	↓ 100,00%
Coxilha	0	0	0	2	0	2	↓ 200,00%	↓ 200,00%
David Canabarro	0	2	5	7	3	5	↓ 500,00%	↓ 66,67%
Ernestina	3	7	12	1	1	4	↓ 33,33%	↓ 300,00%
Gentil	0	0	1	1	0	0	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Marau	67	51	67	53	72	88	↓ 31,34%	↓ 22,22%
Mato Castelhano	1	2	2	2	0	1	↓ 0,00%	↓ 100,00%
Muliterno	0	3	2	1	3	1	↓ 100,00%	↑ -66,67%
Nova Alvorada	1	0	0	1	2	2	↓ 100,00%	↓ 0,00%
Passo Fundo	370	446	508	427	428	637	↓ 72,16%	↓ 48,83%
Pontão	0	0	2	0	1	2	↓ 200,00%	↓ 100,00%
Santo Antônio do Palma	1	0	1	2	1	2	↓ 100,00%	↓ 100,00%
Santo Antônio do Planalto	1	0	2	0	1	6	↓ 500,00%	↓ 500,00%
São Domingos do Sul	1	0	0	0	3	2	↓ 100,00%	↑ -33,33%
Vanini	0	1	0	1	0	2	↓ 200,00%	↓ 200,00%
Vila Maria	1	0	7	0	9	6	↓ 500,00%	↑ -33,33%
Total Corede Produção	2.514	2.665	2.704	2.614	2.648	2.914	↓ 15,91%	↓ 10,05%
							Mínimo	-100,00%
							Médio	154,84%
							Máximo	500,00%
								500,00%

Fonte: FEE.

Analisando os dados referentes a apenas um delito, conclui-se sobre o aumento generalizado da criminalidade. Assim, urge, pois, de fato, diagnosticar as causas e intensificar o ataque às raízes do problema, tentando responder à criminalidade com uma ótica preventiva. Enquanto se faz esse trabalho de base, é importante implementar medidas de apoio às forças de segurança.

2.4.4 Equidade e inclusão social

Tabela 16: Número de empregos formais por município/setor entre 2013 e 2014

(Continua)

Empregos formais (RAIS)	2013	2014	2013 / 2014
Almirante Tamandaré do Sul	392	393	↑ 0,26%
2 - Indústria de transformação	96	100	↑ 4,17%
4 - Construção Civil	1	2	↑ 100,00%
5 - Comércio	78	82	↑ 5,13%
6 - Serviços	23	23	↓ 0,00%
7 - Administração Pública	143	127	↓ -11,19%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	51	59	↑ 15,69%
Camargo	619	641	↑ 3,55%
2 - Indústria de transformação	236	241	↑ 2,12%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	4	4	↓ 0,00%
4 - Construção Civil	1	0	↓ -100,00%
5 - Comércio	108	126	↑ 16,67%
6 - Serviços	133	124	↓ -6,77%
7 - Administração Pública	122	130	↑ 6,56%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	15	16	↑ 6,67%
Carazinho	15.773	15.803	↑ 0,19%
1 - Extrativa mineral	17	22	↑ 29,41%
2 - Indústria de transformação	2.849	2.843	↓ -0,21%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	194	184	↓ -5,15%
4 - Construção Civil	606	523	↓ -13,70%
5 - Comércio	4.781	4.858	↑ 1,61%
6 - Serviços	5.152	5.244	↑ 1,79%
7 - Administração Pública	1.490	1.452	↓ -2,55%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	684	677	↓ -1,02%
Casca	2.730	2.828	↑ 3,59%
1 - Extrativa mineral	96	111	↑ 15,63%
2 - Indústria de transformação	636	592	↓ -6,92%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	9	9	↓ 0,00%
4 - Construção Civil	58	90	↑ 55,17%
5 - Comércio	654	722	↑ 10,40%
6 - Serviços	956	983	↑ 2,82%
7 - Administração Pública	266	270	↑ 1,50%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	55	51	↓ -7,27%
Ciriaco	524	530	↑ 1,15%
1 - Extrativa mineral	8	6	↓ -25,00%
2 - Indústria de transformação	17	21	↑ 23,53%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	4	3	↓ -25,00%
4 - Construção Civil	0	7	↓ 0,00%
5 - Comércio	103	92	↓ -10,68%
6 - Serviços	135	142	↑ 5,19%
7 - Administração Pública	186	192	↑ 3,23%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	71	67	↓ -5,63%

(Continuação)

Coqueiros do Sul	255	266		4,31%
2 - Indústria de transformação	11	16		45,45%
4 - Construção Civil	1	1		0,00%
5 - Comércio	62	65		4,84%
6 - Serviços	26	25		-3,85%
7 - Administração Pública	139	141		1,44%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	16	18		12,50%
Coxilha	567	603		6,35%
2 - Indústria de transformação	79	86		8,86%
5 - Comércio	50	64		28,00%
6 - Serviços	56	75		33,93%
7 - Administração Pública	196	200		2,04%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	186	178		-4,30%
David Canabarro	614	617		0,49%
1 - Extrativa mineral	9	8		-11,11%
2 - Indústria de transformação	121	115		-4,96%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	2	2		0,00%
4 - Construção Civil	0	5		0,00%
5 - Comércio	143	144		0,70%
6 - Serviços	125	122		-2,40%
7 - Administração Pública	213	220		3,29%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1	1		0,00%
Ernestina	557	633		13,64%
2 - Indústria de transformação	46	30		-34,78%
4 - Construção Civil	9	11		22,22%
5 - Comércio	162	173		6,79%
6 - Serviços	112	172		53,57%
7 - Administração Pública	163	176		7,98%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	65	71		9,23%
Gentil	377	347		-7,96%
2 - Indústria de transformação	95	85		-10,53%
4 - Construção Civil	1	1		0,00%
5 - Comércio	68	57		-16,18%
6 - Serviços	17	14		-17,65%
7 - Administração Pública	147	139		-5,44%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	49	51		4,08%
Marau	15.910	15.223		-4,32%
2 - Indústria de transformação	7.366	7.225		-1,91%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	23	27		17,39%
4 - Construção Civil	1.085	1.043		-3,87%
5 - Comércio	2.181	2.159		-1,01%
6 - Serviços	3.790	3.324		-12,30%
7 - Administração Pública	1.131	1.103		-2,48%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	334	342		2,40%
Mato Castelhano	288	549		90,63%
2 - Indústria de transformação	6	210		3400,00%
4 - Construção Civil	1	3		200,00%
5 - Comércio	51	95		86,27%
6 - Serviços	23	23		0,00%
7 - Administração Pública	171	183		7,02%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	36	35		-2,78%

(Continuação)

Muliterno	244	248		1,64%
2 - Indústria de transformação	28	26		-7,14%
5 - Comércio	59	62		5,08%
6 - Serviços	11	13		18,18%
7 - Administração Pública	146	147		0,68%
Nova Alvorada	786	808		2,80%
2 - Indústria de transformação	149	128		-14,09%
4 - Construção Civil	2	8		300,00%
5 - Comércio	389	415		6,68%
6 - Serviços	85	97		14,12%
7 - Administração Pública	146	143		-2,05%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	15	17		13,33%
Passo Fundo	60.908	61.523		1,01%
1 - Extrativa mineral	91	85		-6,59%
2 - Indústria de transformação	9.285	9.527		2,61%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	543	502		-7,55%
4 - Construção Civil	2.827	2.969		5,02%
5 - Comércio	18.063	18.074		0,06%
6 - Serviços	25.809	26.232		1,64%
7 - Administração Pública	3.363	3.223		-4,16%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	927	911		-1,73%
Pontão	475	508		6,95%
2 - Indústria de transformação	9	13		44,44%
5 - Comércio	97	90		-7,22%
6 - Serviços	38	48		26,32%
7 - Administração Pública	221	238		7,69%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	110	119		8,18%
Santo Antônio do Palma	413	396		-4,12%
1 - Extrativa mineral	4	5		25,00%
2 - Indústria de transformação	107	103		-3,74%
4 - Construção Civil	5	2		-60,00%
5 - Comércio	50	58		16,00%
6 - Serviços	19	17		-10,53%
7 - Administração Pública	129	130		0,78%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	99	81		-18,18%
Santo Antônio do Planalto	305	306		0,33%
2 - Indústria de transformação	38	36		-5,26%
5 - Comércio	77	82		6,49%
6 - Serviços	15	17		13,33%
7 - Administração Pública	153	146		-4,58%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	22	25		13,64%
São Domingos do Sul	714	660		-7,56%
1 - Extrativa mineral	150	122		-18,67%
2 - Indústria de transformação	252	214		-15,08%
4 - Construção Civil	9	16		77,78%
5 - Comércio	109	114		4,59%
6 - Serviços	47	46		-2,13%
7 - Administração Pública	143	146		2,10%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	4	2		-50,00%
Vanini	248	417		68,15%
1 - Extrativa mineral	4	4		0,00%
2 - Indústria de transformação	135	119		-11,85%
4 - Construção Civil	2	5		150,00%
5 - Comércio	39	43		10,26%
6 - Serviços	64	65		1,56%
7 - Administração Pública	0	174		0,00%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	4	7		75,00%

(Conclusão)

Vila Maria	1.310	1.332	↑	1,68%
1 - Extrativa mineral	8	7	↓	-12,50%
2 - Indústria de transformação	556	532	↓	-4,32%
3 - Serviços industriais de utilidade pública	39	57	↑	46,15%
4 - Construção Civil	42	29	↓	-30,95%
5 - Comércio	199	207	↑	4,02%
6 - Serviços	176	203	↑	15,34%
7 - Administração Pública	199	211	↑	6,03%
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	91	86	↓	-5,49%
Total Geral	104.009	104.631	↑	0,60%

Fonte: FEE.

O número de empregos formais entre os anos 2013 e 2014 cresceu levemente, demonstrando o crescimento da região. Os setores que tiveram destaque no crescimento foram os da construção civil (1,40%) e da indústria de transformação (0,66%). Já os setores que apresentaram queda foram serviços industriais de utilidade pública (-3,67%) e extrativa mineral (-4,39%).

Apesar de uma participação feminina bastante acentuada nas reuniões de construção das matrizes, esse fenômeno não tem reflexo na ocupação de cargos eletivos, como seria o esperado. O Corede está distante de alcançar paridade entre gêneros, fato que precisa ser melhor explorado e trabalhado. Conforme pode-se identificar nas Tabelas 17 e 18.

Tabela 17: Número de eleitores por município por gênero entre 2010 e 2014

Veículos emplacados por município	2010	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Almirante Tamandaré do Sul	923	1 264	1 324	↑ 43,45%	↑ 4,75%
Camargo	1 209	1 770	1 939	↑ 60,38%	↑ 9,55%
Carazinho	29 244	37 913	38 842	↑ 32,82%	↑ 2,45%
Casca	5 266	6 539	6 697	↑ 27,17%	↑ 2,42%
Ciriaco	2 305	2 970	3 074	↑ 33,36%	↑ 3,50%
Coqueiros do Sul	1 173	1 456	1 497	↑ 27,62%	↑ 2,82%
Coxilha	1 187	1 763	1 844	↑ 55,35%	↑ 4,59%
David Canabarro	2 527	3 052	3 127	↑ 23,74%	↑ 2,46%
Ernestina	1 704	2 262	2 367	↑ 38,91%	↑ 4,64%
Gentil	816	1 048	1 087	↑ 33,21%	↑ 3,72%
Marau	19 664	26 419	27 520	↑ 39,95%	↑ 4,17%
Mato Castelhano	1 156	1 487	1 553	↑ 34,34%	↑ 4,44%
Muliterno	777	992	1 041	↑ 33,98%	↑ 4,94%
Nova Alvorada	1 444	1 865	1 969	↑ 36,36%	↑ 5,58%
Passo Fundo	87 561	114 135	117 849	↑ 34,59%	↑ 3,25%
Pontão	1 274	1 788	1 864	↑ 46,31%	↑ 4,25%
Santo Antônio do Palma	886	1 149	1 187	↑ 33,97%	↑ 3,31%
Santo Antônio do Planalto	1 083	1 366	1 428	↑ 31,86%	↑ 4,54%
São Domingos do Sul	1 475	1 890	1 960	↑ 32,88%	↑ 3,70%
Vanini	1 038	1 296	1 328	↑ 27,94%	↑ 2,47%
Vila Maria	2 328	2 861	2 967	↑ 27,45%	↑ 3,70%
Total Corede Produção	165 040	215 285	222 464	↑ 34,79%	↑ 3,33%
Total Funcional 9	482 997	634 834	659 277	↑ 36,50%	↑ 3,85%
Total RS	4 709 614	6 023 696	6 234 770	↑ 32,38%	↑ 3,50%

Fonte: FEE.

Tabela 18: Número de candidaturas por gênero/cargo para cargos eletivos nas eleições municipais de 2012

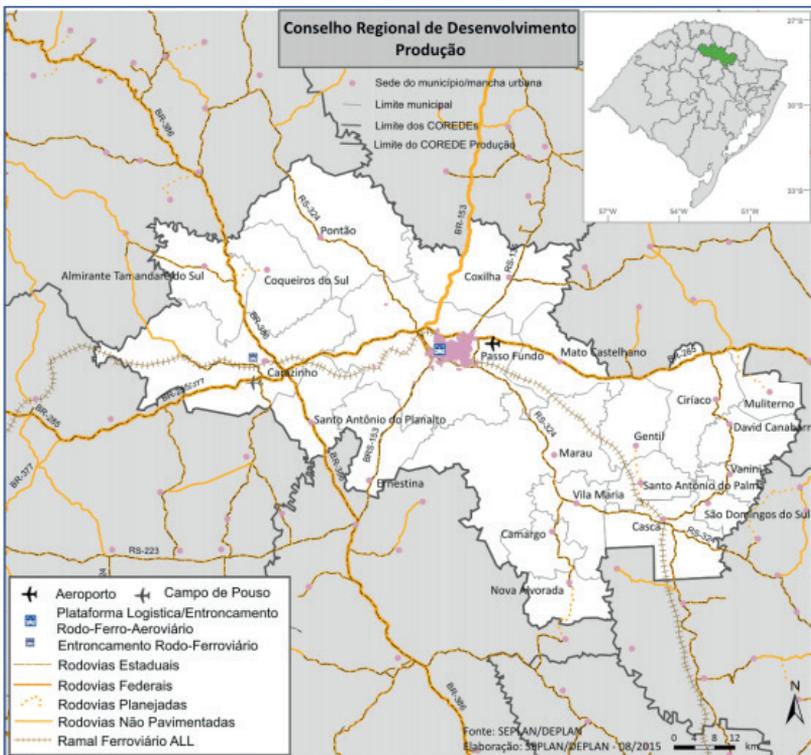
Cargo/Gênero	Número de candidatos	Candidatos eleitos	%
Prefeito	48	21	43,75%
Feminino	4	2	50,00%
Masculino	44	19	43,18%
Vereador	935	205	21,93%
Feminino	321	38	11,84%
Masculino	614	167	27,20%
Total geral	983	226	22,99%

Fonte: FEE.

2.5 Dimensão infraestrutural e de gestão pública

2.5.1 Logística e transporte

Figura 10: Infraestrutura de transporte disponível no Corede 2010



Fonte: Perfil socioeconômico Corede Produção (SEPLAN, 2015).

Tabela 19: Número de veículos de carga registrado por município entre 2010 e 2015

Veículos de carga registrados por município	2010	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Almirante Tamandaré do Sul	180	255	269	↑ 49,44%	↑ 5,49%
Camargo	225	400	447	↑ 98,67%	↑ 11,75%
Carazinho	4.401	5.488	5.554	↑ 26,20%	↑ 1,20%
Casca	951	1.282	1.300	↑ 36,70%	↑ 1,40%
Ciriaco	297	423	436	↑ 46,80%	↑ 3,07%
Coqueiros do Sul	204	262	288	↑ 41,18%	↑ 9,92%
Coxilha	267	371	389	↑ 45,69%	↑ 4,85%
David Canabarro	354	450	474	↑ 33,90%	↑ 5,33%
Ernestina	329	496	531	↑ 61,40%	↑ 7,06%
Gentil	170	224	234	↑ 37,65%	↑ 4,46%
Marau	3.103	4.038	4.236	↑ 36,51%	↑ 4,90%
Mato Castelhano	214	305	337	↑ 57,48%	↑ 10,49%
Muliterno	153	219	233	↑ 52,29%	↑ 6,39%
Nova Alvorada	241	361	397	↑ 64,73%	↑ 9,97%
Passo Fundo	10.548	13.349	13.758	↑ 30,43%	↑ 3,06%
Pontão	179	290	328	↑ 83,24%	↑ 13,10%
Santo Antônio do Palma	106	166	170	↑ 60,38%	↑ 2,41%
Santo Antônio do Planalto	192	260	271	↑ 41,15%	↑ 4,23%
São Domingos do Sul	226	336	347	↑ 53,54%	↑ 3,27%
Vanini	184	280	290	↑ 57,61%	↑ 3,57%
Vila Maria	517	658	709	↑ 37,14%	↑ 7,75%
Total Geral	23.041	29.913	30.998	↑ 34,53%	↑ 3,63%

Fonte: FEE.

A melhoria das condições do sistema rodoviário da região não foi uma unanimidade nas reuniões, no entanto, passa a não ser demandada, obviamente, pelos valores que representa qualquer intervenção nesse setor. São obras caras. No entanto, o déficit no sistema é bastante claro. Há rodovias mal conservadas e necessidade de duplicação em diversas delas, carecendo, ainda, de pavimentação.

Esse problema interfere diretamente no desenvolvimento local e regional, dada a característica da região, onde transita, segundo dados da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), mais de 60% de toda a mercadoria que circula no Rio Grande do Sul. É muito intensa a circulação de mercadorias na região, como passagem pura, escoamento da produção local ou como mercadorias que chegam para suprir o consumo e o provimento industrial, assim, a deficiência do

modal rodoviário impacta diretamente no custo de produção e diminui a competitividade das empresas.

O impacto observado no sistema rodoviário também pode ser observado na ferrovia. É importante ressaltar a importância da existência do modal ativo, mesmo que esse seja pouco eficiente. Existe uma grande expectativa na futura ferrovia norte/sul, no entanto, é necessário trabalhar um sistema de ramais para os municípios como Passo Fundo, por exemplo.

No tocante ao modal aéreo, há a consciência geral da importância do Aeroporto Lauro Kurtz, localizado em Passo Fundo, com um clamor por investimentos para oferecer melhores condições operacionais e de conforto aos usuários.

2.5.2 Energia e comunicações

Tabela 20: Consumo de energia elétrica em MWh por município entre 2010 e 2015

Consumo energia elétrica por município (MWh)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Carnargo	3.073	3.665	5.605	7.756	8.041	7.510	↑ 144,39%	↓ -6,60%
Carazinho	137.557	148.207	154.209	164.135	176.056	162.485	↑ 18,12%	↓ -7,71%
Casca	27.991	29.878	33.076	34.683	31.133	32.184	↑ 14,98%	↑ 3,38%
Ciriaco	10.714	11.585	11.867	12.122	13.139	13.073	↑ 22,02%	↓ -0,50%
Coxilha	3.607	3.929	4.259	4.557	4.971	4.998	↑ 38,56%	↑ 0,54%
David Canabarro	3.114	3.284	3.487	3.746	3.830	3.885	↑ 24,76%	↑ 1,44%
Ernestina	4.394	4.695	4.054	4.201	4.522	4.682	↑ 6,55%	↑ 3,54%
Gentil	1.193	1.249	1.363	1.541	1.635	1.703	↑ 42,75%	↑ 4,16%
Marau	83.023	179.178	185.255	198.906	99.468	97.139	↑ 17,00%	↓ -2,34%
Muliterno	277	297	317	322	367	294	↑ 6,14%	↓ -19,89%
Nova Alvorada	6.250	6.821	7.177	7.534	7.892	7.349	↑ 17,58%	↓ -6,88%
Passo Fundo	342.222	448.683	454.063	490.458	430.057	425.802	↑ 24,42%	↓ -0,93%
Santo Antônio do Palma	3.427	3.826	4.101	4.230	4.538	4.240	↑ 23,72%	↓ -6,57%
São Domingos do Sul	2.337	2.439	2.535	2.664	2.831	2.988	↑ 27,86%	↑ 5,55%
Vanini	2.184	2.249	2.354	2.575	2.730	2.888	↑ 32,23%	↑ 5,79%
Vila Maria	7.504	8.462	9.353	9.417	6.291	6.372	↓ -15,09%	↑ 1,29%
Total Corede Produção	638.867	858.447	883.075	948.847	797.501	777.592	↑ 21,71%	↓ -2,50%
Total RS	23.045.231	24.970.753	26.460.220	27.128.066	26.746.855	25.348.427	↑ 9,99%	↓ -5,23%

Fonte: FEE.

O consumo de energia elétrica no Corede Produção demonstra um crescimento muito acima da média do estado, o que pode evidenciar o desenvolvimento da região. De outra forma, o que preocupa é que, em muitos casos, há falta de estudos/ações para a geração de energia a partir de outras fontes.

Tabela 21: Consumo de energia elétrica em MWh por setor entre 2010 e 2013

Consumo energia elétrica (MWh)	2010	2011	2013	2010 / 2013	2011 / 2013
Rótulos de Linha	Soma de 2010	Soma de 2012	Soma de 2013	Soma de Campo1	Soma de Campo2
1. Comercial	117 906	135 546	140 263	↑	3,48%
2. Industrial	229 197	245 330	274 552	↑	11,91%
3. Público	41 764	46 586	47 880	↑	2,78%
4. Residencial	164 965	179 499	194 322	↑	8,26%
5. Rural	44 409	31 230	31 883	↓	2,09%
6. Outros	193 828	244 884	259 945	↑	6,15%
Total Geral	792 069	883 075	948 845	↑	7,45%
Total Funcional 9	1 696 773	2 024 753	2 240 551	↑	9,63%

Fonte: FEE.

Pelos dados apresentados na Tabela 21, constata-se que os consumos energéticos revelam a crescente industrialização do Corede. A diminuição do consumo energético no meio rural leva-nos a refletir sobre a mudança do modelo de produção e a alteração da cadeia produtiva nos últimos quatro anos na região. Cabe ressaltar que a categoria Outros representa o consumo do município de Carazinho, cuja informação não é desagregada. Contudo, o aumento no consumo está abaixo do verificado na Funcional, o que, mais uma vez, reforça o peso da agricultura de extensão em detrimento da de produção de bens alimentares e agroindústria.

Tabela 22: Consumo de combustível em litros por município/tipo de combustível entre 2010 e 2014

Municípios / tipo de combustível / litros	2010	2011	2012	2013	2014	2010 / 2014
Almirante Tamandaré do Sul	1 298 000	1 652 000	2 026 000	2 258 000	2 568 000	97,84%
Álcool	44 000	51 000	64 000	63 000	46 000	
Diesel	982 000	1 186 000	1 447 000	1 611 000	1 833 000	
Gasolina	272 000	415 000	515 000	584 000	689 000	
Camargo	3 155 000	3 275 000	3 212 000	3 477 000	3 985 000	26,31%
Álcool	32 000	28 000	31 000	30 000	10 000	
Diesel	2 610 500	2 686 000	2 564 000	2 771 000	3 202 000	
Gasolina	512 500	561 000	617 000	676 000	773 000	
Carazinho	47 789 450	52 604 900	56 787 700	64 107 666	69 604 400	45,65%
Álcool	1 799 500	1 173 100	1 052 300	858 500	898 000	
Diesel	30 262 950	34 217 800	37 085 900	42 294 666	43 262 400	
Gasolina	15 727 000	17 214 000	18 649 500	20 954 500	25 444 000	
Casca	8 084 050	8 474 000	8 865 000	8 724 575	8 877 000	9,81%
Álcool	249 000	154 000	121 000	110 575	80 000	
Diesel	3 743 050	4 323 000	4 515 000	4 426 000	4 585 000	
Gasolina	4 092 000	3 997 000	4 229 000	4 188 000	4 212 000	
Ciriaco	1 604 000	1 775 000	1 864 000	2 143 500	3 211 500	100,22%
Álcool	115 000	75 000	36 000	59 000	50 000	
Diesel	798 000	862 500	856 500	932 500	1 665 000	
Gasolina	691 000	837 500	971 500	1 152 000	1 496 500	
Coqueiros do Sul	343 000	366 000	375 000	379 000	323 000	-5,83%
Álcool	32 000	24 000	16 000	17 000	14 000	
Diesel	175 000	188 000	187 000	199 000	159 000	
Gasolina	136 000	154 000	172 000	163 000	150 000	

(Continuação)

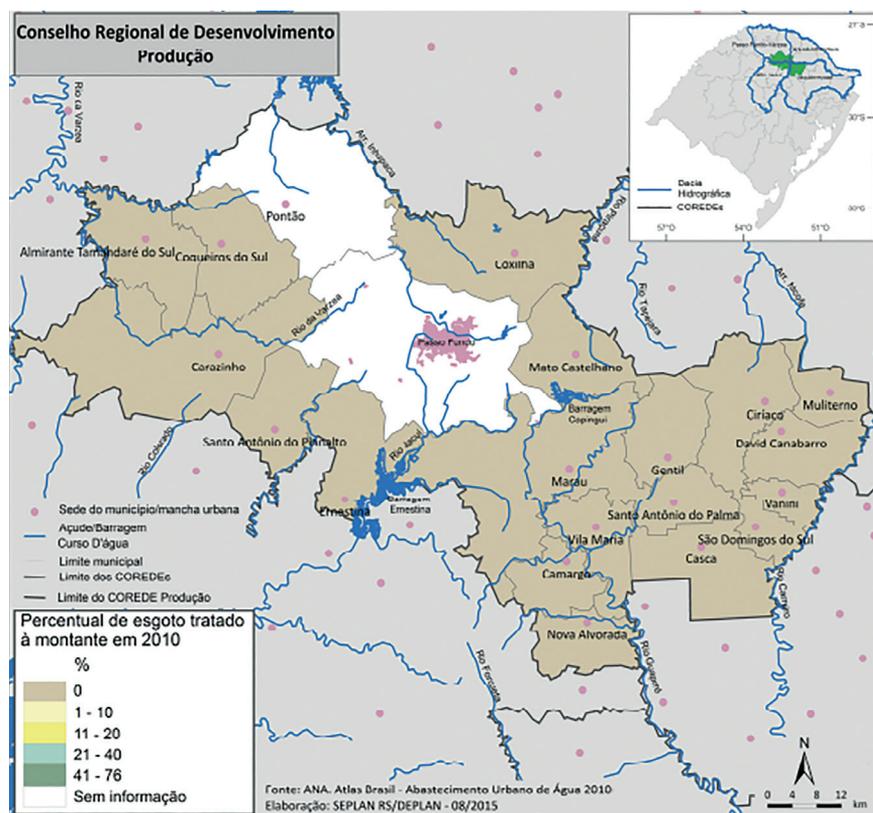
Municípios / tipo de combustível / litros	2010	2011	2012	2013	2014	2010 / 2014
☒ Coxilha	3 549 000	4 001 000	3 733 000	3 794 000	4 128 000	16,31%
Álcool	50 000	55 000	43 000	41 000	60 000	
Diesel	3 010 000	3 465 000	3 181 000	3 268 000	3 522 000	
Gasolina	489 000	481 000	509 000	485 000	546 000	
☒ David Canabarro	1 999 000	2 064 000	2 164 500	2 325 000	2 498 000	24,96%
Álcool	81 000	77 000	70 500	55 000	35 000	
Diesel	1 061 000	1 088 000	1 117 000	1 250 000	1 380 000	
Gasolina	857 000	899 000	977 000	1 020 000	1 083 000	
☒ Ernestina	2 969 000	3 304 000	3 104 000	3 061 197	4 084 000	37,55%
Álcool	123 000	102 000	81 000	65 000	48 000	
Diesel	1 688 000	1 928 000	1 589 000	1 598 290	1 956 000	
Gasolina	1 158 000	1 274 000	1 434 000	1 397 907	2 080 000	
☒ Gentil	2 842 000	3 346 000	3 805 000	4 076 000	4 547 000	59,99%
Álcool	45 000	49 000	24 000	30 000	36 000	
Diesel	2 241 000	2 640 000	3 041 000	3 260 000	3 567 000	
Gasolina	556 000	657 000	740 000	786 000	944 000	
☒ Marau	29 296 000	29 482 000	31 279 000	31 528 890	32 315 094	10,31%
Álcool	755 000	531 000	457 000	468 000	443 000	
Diesel	16 858 000	16 077 000	16 639 000	16 731 890	16 409 094	
Gasolina	11 683 000	12 874 000	14 183 000	14 329 000	15 463 000	
☒ Mato Castelhano	1 525 000	1 434 000	1 429 000	1 271 484	1 055 000	-30,82%
Álcool	49 000	15 000	30 000	20 000	5 000	
Diesel	1 070 000	985 000	888 000	715 484	630 000	
Gasolina	406 000	434 000	511 000	536 000	420 000	
☒ Muliterno	614 500	656 000	665 000	720 000	655 000	6,59%
Álcool	12 500	15 000	10 000	10 000	0	
Diesel	399 500	418 500	410 500	480 000	425 000	
Gasolina	202 500	222 500	244 500	230 000	230 000	
☒ Nova Alvorada	2 030 000	2 115 000	2 181 000	2 411 000	1 888 000	-7,00%
Álcool	36 000	31 000	15 000	23 000	11 000	
Diesel	1 381 000	1 426 000	1 473 000	1 619 000	1 057 000	
Gasolina	613 000	658 000	693 000	769 000	820 000	
☒ Passo Fundo	125 600 300	128 649 993	131 965 811	143 408 101	145 894 000	16,16%
Álcool	4 592 000	2 689 000	2 357 000	2 322 666	2 192 000	
Diesel	66 681 300	67 547 581	66 684 811	74 879 935	75 097 000	
Gasolina	54 327 000	58 413 412	62 924 000	66 205 500	68 605 000	
☒ Pontão	1 436 000	1 615 500	1 748 300	2 040 000	2 182 000	51,95%
Álcool	103 000	86 500	63 300	52 500	41 000	
Diesel	711 000	826 500	861 000	1 104 500	1 205 000	
Gasolina	622 000	702 500	824 000	883 000	936 000	
☒ Santo Antônio do Palma	755 000	999 000	980 000	770 000	749 200	-0,77%
Álcool	28 000	10 000	8 000	6 000	4 000	
Diesel	578 000	700 000	652 000	541 000	472 200	
Gasolina	149 000	289 000	320 000	223 000	273 000	
☒ Santo Antônio do Planalto	1 408 000	1 485 000	1 344 000	1 331 000	1 352 000	-3,98%
Álcool	50 000	61 000	51 000	40 000	45 000	
Diesel	904 000	900 000	736 000	689 000	636 000	
Gasolina	454 000	524 000	557 000	602 000	671 000	
☒ São Domingos do Sul	1 418 000	1 381 000	1 665 000	1 895 000	1 999 000	40,97%
Álcool	46 000	28 000	34 000	13 000	25 000	
Diesel	741 000	656 000	809 000	983 000	974 000	
Gasolina	631 000	697 000	822 000	899 000	1 000 000	
☒ Vanini	899 000	870 000	918 000	905 000	934 000	3,89%
Álcool	47 000	33 000	15 000	20 000	11 000	
Diesel	468 000	445 000	466 000	438 000	447 000	
Gasolina	384 000	392 000	437 000	447 000	476 000	
☒ Vila Maria	6 678 000	7 204 000	8 023 000	7 592 000	7 455 000	11,64%
Álcool	112 000	53 000	66 000	49 000	46 000	
Diesel	4 860 000	5 501 000	6 164 000	5 788 000	5 467 000	
Gasolina	1 706 000	1 650 000	1 793 000	1 755 000	1 942 000	
Total Geral	245 292 300	256 753 393	268 134 311	288 218 413	300 304 194	22,43%
Total Funcional 9	136 644 300	142 273 493	147 579 111	159 412 435	162 446 000	15,88%
Álcool	68 777 300	69 650 581	68 757 811	76 938 935	77 216 000	
Diesel	57 273 000	61 300 412	66 111 000	69 580 500	72 107 000	
Gasolina	10 594 000	11 322 500	12 710 300	12 893 000	13 123 000	

Fonte: FEE.

O aumento generalizado do consumo de combustíveis revela a dependência das populações dos meios de transporte rodoviários para a mobilidade de pessoas e transporte de cargas. Esse fato também decorre do crescimento de uma classe média, que encara o automóvel como bem de primeira necessidade. Outro fator apontado ao longo do processo de diagnóstico foi a deficiência dos meios de transporte coletivo. Deve-se salientar, ainda, o aumento em cerca de 7% em relação ao valor da Funcional, reforçando claramente a imagem de polo econômico dinâmico e muito dependente do tráfego rodoviário.

2.5.3 Saneamento básico

Figura 11: Mapa do percentual de esgoto tratado nos municípios do Corede Produção – 2010



Fonte: Perfil socioeconômico Corede Produção (SEPLAN, 2015).

Os últimos dados oficiais sobre esgoto tratado reportam ao ano 2010. Esses dados revelam uma fragilidade no sistema de tratamento de esgoto. Foi referido, ao longo das reuniões nos municípios do Corede, que os gestores públicos não têm medido esforços para mudar esse cenário, não conseguimos, no entanto, validar esse crescimento da taxa de cobertura. Ressaltamos que esse é um problema grave, que afeta a saúde pública e compromete os mananciais de água potável. Urge, pois, enfrentar o problema não só nas esferas municipais, mas também na esfera regional.

2.5.4 Urbanismo e mobilidade

Tabela 23: Número de veículos emplacados por município entre 2010 e 2015

Veículos emplacados por município	2010	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Almirante Tamandaré do Sul	923	1 264	1 324	↑ 43,45%	↑ 4,75%
Camargo	1 209	1 770	1 939	↑ 60,38%	↑ 9,55%
Carazinho	29 244	37 913	38 842	↑ 32,82%	↑ 2,45%
Casca	5 266	6 539	6 697	↑ 27,17%	↑ 2,42%
Ciriaco	2 305	2 970	3 074	↑ 33,36%	↑ 3,50%
Coqueiros do Sul	1 173	1 456	1 497	↑ 27,62%	↑ 2,82%
Coxilha	1 187	1 763	1 844	↑ 55,35%	↑ 4,59%
David Canabarro	2 527	3 052	3 127	↑ 23,74%	↑ 2,46%
Ernestina	1 704	2 262	2 367	↑ 38,91%	↑ 4,64%
Gentil	816	1 048	1 087	↑ 33,21%	↑ 3,72%
Marau	19 664	26 419	27 520	↑ 39,95%	↑ 4,17%
Mato Castelhano	1 156	1 487	1 553	↑ 34,34%	↑ 4,44%
Muliterno	777	992	1 041	↑ 33,98%	↑ 4,94%
Nova Alvorada	1 444	1 865	1 969	↑ 36,36%	↑ 5,58%
Passo Fundo	87 561	114 135	117 849	↑ 34,59%	↑ 3,25%
Pontão	1 274	1 788	1 864	↑ 46,31%	↑ 4,25%
Santo Antônio do Palma	886	1 149	1 187	↑ 33,97%	↑ 3,31%
Santo Antônio do Planalto	1 083	1 366	1 428	↑ 31,86%	↑ 4,54%
São Domingos do Sul	1 475	1 890	1 960	↑ 32,88%	↑ 3,70%
Vanini	1 038	1 296	1 328	↑ 27,94%	↑ 2,47%
Vila Maria	2 328	2 861	2 967	↑ 27,45%	↑ 3,70%
Total Corede Produção	165 040	215 285	222 464	↑ 34,79%	↑ 3,33%
Total Funcional 9	482 997	634 834	659 277	↑ 36,50%	↑ 3,85%
Total RS	4 709 614	6 023 696	6 234 770	↑ 32,38%	↑ 3,50%

Fonte: FEE.

O aumento expressivo no número de veículos emplacados nos últimos cinco anos tem acarretado problemas de circulação, uma vez que não ocorreram investimentos expressivos na infraestrutura rodoviária.

As cidades, sobretudo as de maior porte, enfrentam hoje problemas de congestionamento, e as de menor porte também sofrem com um tráfego intenso, pois, na sua maioria, cresceram às margens das principais rodovias. Dadas essas condições de vida nas cidades se degrada quando se fala de qualidade do ar. Assim, é fundamental o investimento público em políticas de mobilidade urbana que insiram e possibilitem mudanças significativas nos serviços de transporte público, bem como a introdução de modais de transporte alternativos e alimentados por meio de fontes energéticas sustentáveis. No entanto, são valores de crescimento alinhados, similares no Corede, na Funcional e no estado.

2.6 Dimensão econômica

2.6.1 Setor agropecuário

Tabela 24: Extração de erva-mate cancheada entre 2010 e 2014

Extração de erva-mate cancheada	(R\$ mil)			(Toneladas)			Varição (R\$ mil)	Variações (Toneladas)	
	2010	2013	2014	2010	2013	2014	2013 / 2014	2010 / 2014	2013 / 2014
Almirante Tamandaré do Sul		1	1	1	1	1	↓ 0,00%	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Camargo		1057	900	1000	920	75	↓ -14,85%	↓ -92,50%	↓ -91,85%
Carazinho		1	1	2	1	1	↓ 0,00%	↓ -50,00%	↓ 0,00%
Casca		159	170	200	199	17	↑ 6,92%	↓ -91,50%	↓ -91,46%
Ciriaco		24	22	38	33	27	↓ -8,33%	↓ -28,95%	↓ -18,18%
Coqueiros do Sul		5	3	6	5	3	↓ -40,00%	↓ -50,00%	↓ -40,00%
Coxilha		178	239	209	207	199	↑ 34,27%	↓ -4,78%	↓ -3,86%
David Canabarro		0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Ernestina		49	50	57	55	5	↑ 2,04%	↓ -91,23%	↓ -90,91%
Gentil		193	117	133	131	13	↓ -39,38%	↓ -90,23%	↓ -90,08%
Marau		156	299	190	149	13	↑ 91,67%	↓ -93,16%	↓ -91,28%
Mato Castelhano		51	90	50	48	5	↑ 76,47%	↓ -90,00%	↓ -89,58%
Muliterno		213	345	300	248	23	↑ 61,97%	↓ -92,33%	↓ -90,73%
Nova Alvorada		205	209	336	250	24	↓ 1,95%	↓ -92,86%	↓ -90,40%
Passo Fundo		155	120	130	130	1	↓ -22,58%	↓ -99,23%	↓ -99,23%
Pontão		144	280	152	168	14	↑ 94,44%	↓ -90,79%	↓ -91,67%
Santo Antônio do Palma		172	117	238	144	13	↓ -31,98%	↓ -94,54%	↓ -90,97%
Santo Antônio do Planalto		1	0	1	1	0	↓ -100,00%	↓ -100,00%	↓ -100,00%
São Domingos do Sul		16	14	20	18	18	↓ -12,50%	↓ -10,00%	↓ 0,00%
Vanini		32	16	40	37	2	↓ -50,00%	↓ -95,00%	↓ -94,59%
Vila Maria		111	91	143	141	13	↓ -18,02%	↓ -90,91%	↓ -90,78%
Total Geral		2923	3084	3246	2886	467	↑ 5,51%	↓ -85,61%	↓ -83,82%
Total Funcional 9		7321	15834	14854	17391	14960	↓ -6,19%	↓ -78,06%	↓ -74,49%

Fonte: FEE.

Em um produto de consumo típico do estado, é possível observar uma diminuição generalizada da produção, um primeiro indicador de uma diminuição da diversificação produtiva do Corede. Esses resultados comparados à variação negativa verificada dentro da Funcional 9, significa quase 10% de diferença.

Tabela 25: Área plantada de feijão entre 2010 e 2014

Feijão - área plantada por município	2010	2013	2014	2010/14	2013/14
Almirante Tamandaré do Sul	20	40	30	↑ 50,00%	↓ -25,00%
Camargo	30	15	15	↓ -50,00%	↓ 0,00%
Carazinho	-	240	285	↓ 0,00%	↑ 18,75%
Casca	60	5	5	↓ -91,67%	↓ 0,00%
Ciríaco	150	120	120	↓ -20,00%	↓ 0,00%
Coqueiros do Sul	30	65	275	↑ 816,67%	↑ 323,08%
Coxilha	330	180	180	↓ -45,45%	↓ 0,00%
David Canabarro	300	160	180	↓ -40,00%	↑ 12,50%
Ernestina	6	3	3	↓ -50,00%	↓ 0,00%
Gentil	15	15	15	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Marau	120	40	40	↓ -66,67%	↓ 0,00%
Mato Castelhano	25	40	40	↑ 60,00%	↓ 0,00%
Muliterno	160	118	118	↓ -26,25%	↓ 0,00%
Nova Alvorada	50	40	40	↓ -20,00%	↓ 0,00%
Passo Fundo	100	60	70	↓ -30,00%	↑ 16,67%
Pontão	110	93	93	↓ -15,45%	↓ 0,00%
Santo Antônio do Palma	40	26	26	↓ -35,00%	↓ 0,00%
Santo Antônio do Planalto	25	50	5	↓ -80,00%	↓ -90,00%
São Domingos do Sul	15	6	6	↓ -60,00%	↓ 0,00%
Vanini	15	15	15	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Vila Maria	60	50	50	↓ -16,67%	↓ 0,00%
Total Corede	1661	1381	1611	↓ -3,01%	↑ 16,65%
Total Funcional 9	35726	20772	24055	↓ -32,67%	↑ 15,80%

Fonte: FEE.

Em um produto típico na alimentação da população sul-rio-grandense e da brasileira, verifica-se um movimento de abandono da cultura, muito acentuado na Funcional, mas também visível no Corede, o que aponta para a proliferação da soja e de outras culturas de extensão no território.

Tabela 26: Área de soja plantada e rendimento médio/ha por município

(Continua)

Soja - área plantada por município (ha) e rendimento médio (kg/ha)	2010	2013	2014	2010/14	2013/14
Almirante Tamandaré do Sul					
Área plantada	15.000	15.400	16.000	↑ 6,67%	↑ 3,90%
Rendimento médio	2.800	2.900	3.000	↑ 7,14%	↑ 3,45%
Camargo					
Área plantada	5.600	5.400	5.900	↑ 5,36%	↑ 9,26%
Rendimento médio	3.000	3.600	3.300	↑ 10,00%	↓ -8,33%
Carazinho					
Área plantada	35.000	36.000	36.500	↑ 4,29%	↑ 1,39%
Rendimento médio	2.520	3.000	2.520	↓ 0,00%	↓ -16,00%
Casca					
Área plantada	7.000	7.000	7.000	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3.300	3.300	3.300	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Ciríaco					
Área plantada	9.000	9.500	9.500	↑ 5,56%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3.000	3.000	2.850	↓ -5,00%	↓ -5,00%
Coqueiros do Sul					
Área plantada	12.300	12.000	12.000	↓ -2,44%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3.000	2.400	2.880	↓ -4,00%	↑ 20,00%
Coxilha					
Área plantada	29.000	30.500	30.500	↑ 5,17%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3.300	3.120	3.000	↓ -9,09%	↓ -3,85%
David Canabarro					
Área plantada	5.000	5.800	6.400	↑ 28,00%	↑ 10,34%
Rendimento médio	3.000	2.550	2.925	↓ -2,50%	↑ 14,71%
Ernestina					
Área plantada	17.500	17.100	17.100	↓ -2,29%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3.000	3.000	3.000	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Gentil					
Área plantada	9.500	9.500	9.500	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	2.700	3.000	3.000	↑ 11,11%	↓ 0,00%
Marau					
Área plantada	35.000	37.000	38.000	↑ 8,57%	↑ 2,70%
Rendimento médio	3.000	3.300	2.880	↓ -4,00%	↓ -12,73%

Soja - área plantada por município (ha) e rendimento médio (kg/ha)	2010	2013	2014		2010/14		2013/14
▣ Mato Castelhana							
Área plantada	15.000	16.500	17.000	↑	13,33%	↑	3,03%
Rendimento médio	3.000	3.240	3.240	↑	8,00%	↓	0,00%
▣ Muliterno							
Área plantada	2.750	2.750	2.750	↓	0,00%	↓	0,00%
Rendimento médio	3.000	3.000	3.000	↓	0,00%	↓	0,00%
▣ Nova Alvorada							
Área plantada	4.500	4.500	4.600	↑	2,22%	↑	2,22%
Rendimento médio	2.400	3.300	3.480	↑	45,00%	↑	5,45%
▣ Passo Fundo							
Área plantada	38.300	38.200	38.700	↑	1,04%	↑	1,31%
Rendimento médio	2.700	3.000	2.800	↑	3,70%	↓	-6,67%
▣ Pontão							
Área plantada	29.000	33.000	34.000	↑	17,24%	↑	3,03%
Rendimento médio	3.000	3.000	1.600	↓	-46,67%	↓	-46,67%
▣ Santo Antônio do Palma							
Área plantada	3.300	3.300	3.300	↓	0,00%	↓	0,00%
Rendimento médio	2.700	3.000	2.840	↑	5,19%	↓	-5,33%
▣ Santo Antônio do Planalto							
Área plantada	11.600	12.100	13.000	↑	12,07%	↑	7,44%
Rendimento médio	2.700	3.300	2.700	↓	0,00%	↓	-18,18%
▣ São Domingos do Sul							
Área plantada	500	500	700	↑	40,00%	↑	40,00%
Rendimento médio	3.000	3.000	3.000	↓	0,00%	↓	0,00%
▣ Vanini							
Área plantada	1.400	1.400	1.400	↓	0,00%	↓	0,00%
Rendimento médio	3.300	3.050	3.050	↓	-7,58%	↓	0,00%
▣ Vila Maria							
Área plantada	6.000	7.150	7.500	↑	25,00%	↑	4,90%
Rendimento médio	3.300	3.300	3.600	↑	9,09%	↑	9,09%

Fonte: FEE.

Nessa produção, revela-se uma diminuição generalizada do rendimento médio da produção, o que aponta para a necessidade de repensar essa realidade do ponto de vista de índices de produtividade por área plantada, desmistificando a ideia generalizada de que é sempre rentável, apenas porque há mercado e preço mínimo garantido.

Tabela 27: Área de milho plantada e rendimento médio/ha por município

(Continua)

Milho - área plantada por município (ha) e rendimento médio (kg/ha)	2010	2013	2014	2010/14	2013/14
Almirante Tamandaré do Sul					
Área plantada	2500	2900	1812	↓ -27,52%	↓ -37,52%
Rendimento médio	7000	6500	5808	↓ -17,03%	↓ -10,65%
Camargo					
Área plantada	1200	500	200	↓ -83,33%	↓ -60,00%
Rendimento médio	8000	7200	7200	↓ -10,00%	↓ 0,00%
Carazinho					
Área plantada	4000	5000	4580	↑ 14,50%	↓ -8,40%
Rendimento médio	6600	7500	6715	↑ 1,74%	↓ -10,47%
Casca					
Área plantada	4000	3000	3000	↓ -25,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	8400	8400	7800	↓ -7,14%	↓ -7,14%
Ciríaco					
Área plantada	5000	5200	5200	↑ 4,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	7200	7200	5040	↓ -30,00%	↓ -30,00%
Coqueiros do Sul					
Área plantada	3200	3000	3000	↓ -6,25%	↓ 0,00%
Rendimento médio	7000	5804	7200	↑ 2,86%	↑ 24,05%
Coxilha					
Área plantada	6000	4000	4000	↓ -33,33%	↓ 0,00%
Rendimento médio	9000	8700	7800	↓ -13,33%	↓ -10,34%
David Canabarro					
Área plantada	3500	2000	2000	↓ -42,86%	↓ 0,00%
Rendimento médio	7200	6667	6304	↓ -12,44%	↓ -5,44%
Ernestina					
Área plantada	1000	1000	1000	↓ 0,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	9000	6600	900	↓ -90,00%	↓ -86,36%
Gentil					
Área plantada	1600	1300	1000	↓ -37,50%	↓ -23,08%
Rendimento médio	6000	6240	5000	↓ -16,67%	↓ -19,87%
Marau					
Área plantada	5000	1000	1000	↓ -80,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	8400	7000	5100	↓ -39,29%	↓ -27,14%
Mato Castelhano					
Área plantada	1500	1680	1000	↓ -33,33%	↓ -40,48%
Rendimento médio	7200	8000	8000	↑ 11,11%	↓ 0,00%

Milho - área plantada por município (ha) e rendimento médio (kg/ha)	2010	2013	2014	2010/14	2013/14
Muliterno					
Área plantada	2350	1000	1000	↓ -57,45%	↓ 0,00%
Rendimento médio	7200	8000	8000	↑ 11,11%	↓ 0,00%
Nova Alvorada					
Área plantada	400	1200	900	↑ 125,00%	↓ -25,00%
Rendimento médio	6000	7200	7200	↑ 20,00%	↓ 0,00%
Passo Fundo					
Área plantada	2000	2100	1600	↓ -20,00%	↓ -23,81%
Rendimento médio	8100	6500	6500	↓ -19,75%	↓ 0,00%
Pontão					
Área plantada	5000	3600	3000	↓ -40,00%	↓ -16,67%
Rendimento médio	7800	7800	7000	↓ -10,26%	↓ -10,26%
Santo Antônio do Palma					
Área plantada	2200	1000	1000	↓ -54,55%	↓ 0,00%
Rendimento médio	5400	7800	5940	↑ 10,00%	↓ -23,85%
Santo Antônio do Planalto					
Área plantada	3000	3400	2500	↓ -16,67%	↓ -26,47%
Rendimento médio	7800	6600	6000	↓ -23,08%	↓ -9,09%
São Domingos do Sul					
Área plantada	2000	1500	1500	↓ -25,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	7200	7800	7200	↓ 0,00%	↓ -7,69%
Vanini					
Área plantada	800	600	600	↓ -25,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	7200	7000	7000	↓ -2,78%	↓ 0,00%
Vila Maria					
Área plantada	3000	2150	1500	↓ -50,00%	↓ -30,23%
Rendimento médio	7200	9000	7200	↓ 0,00%	↓ -20,00%

Fonte: FEE.

Na cultura do milho, nota-se a diminuição ou a estagnação da produção. Isso, em uma região em que há a aposta nas produções avícola e pecuária em geral, pode constituir um problema em curto prazo. Sendo mais um contributo para a indefinição produtiva da região.

Tabela 28: Área de trigo plantada e rendimento médio/ha por município

(Continua)

Trigo - área plantada por município (ha) e rendimento médio (kg/ha)	2010	2013	2014	2010/14	2013/14
Almirante Tamandaré do Sul					
Área plantada	2300	4800	6200	↑ 169,57%	↑ 29,17%
Rendimento médio	2700	3720	1920	↓ -28,89%	↓ -48,39%
Camargo					
Área plantada	500	400	400	↓ -20,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3000	3600	1200	↓ -60,00%	↓ -66,67%
Carazinho					
Área plantada	7000	5000	5250	↓ -25,00%	↑ 5,00%
Rendimento médio	3000	3600	1800	↓ -40,00%	↓ -50,00%
Casca					
Área plantada	800	1200	1500	↑ 87,50%	↑ 25,00%
Rendimento médio	4200	3300	1650	↓ -60,71%	↓ -50,00%
Ciríaco					
Área plantada	2000	2000	2300	↑ 15,00%	↑ 15,00%
Rendimento médio	2700	3600	1995	↓ -26,11%	↓ -44,58%
Coqueiros do Sul					
Área plantada	1900	2100	2000	↑ 5,26%	↓ -4,76%
Rendimento médio	2520	2700	1500	↓ -40,48%	↓ -44,44%
Coxilha					
Área plantada	4000	5000	5000	↑ 25,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3600	3900	2100	↓ -41,67%	↓ -46,15%
David Canabarro					
Área plantada	300	250	300	↓ 0,00%	↑ 20,00%
Rendimento médio	2700	3300	2100	↓ -22,22%	↓ -36,36%
Ernestina					
Área plantada	1500	800	1500	↓ 0,00%	↑ 87,50%
Rendimento médio	2700	2700	1500	↓ -44,44%	↓ -44,44%
Gentil					
Área plantada	1200	1000	1000	↓ -16,67%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3000	3300	2400	↓ -20,00%	↓ -27,27%
Marau					
Área plantada	6000	3000	3500	↓ -41,67%	↑ 16,67%
Rendimento médio	3600	3000	1500	↓ -58,33%	↓ -50,00%
Mato Castelhano					
Área plantada	1200	2400	2400	↑ 100,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3000	4200	1500	↓ -50,00%	↓ -64,29%

Trigo - área plantada por município (ha) e rendimento médio (kg/ha)	2010	2013	2014	2010/14	2013/14
Muliterno					
Área plantada	380	350	350	↓ -7,89%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3500	4200	1800	↓ -48,57%	↓ -57,14%
Nova Alvorada					
Área plantada	400	600	700	↑ 75,00%	↑ 16,67%
Rendimento médio	2400	3900	1620	↓ -32,50%	↓ -58,46%
Passo Fundo					
Área plantada	3000	3000	3500	↑ 16,67%	↑ 16,67%
Rendimento médio	3600	4000	1800	↓ -50,00%	↓ -55,00%
Pontão					
Área plantada	3500	3100	4000	↑ 14,29%	↑ 29,03%
Rendimento médio	3000	3000	1500	↓ -50,00%	↓ -50,00%
Santo Antônio do Palma					
Área plantada	600	700	700	↑ 16,67%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3000	3300	1320	↓ -56,00%	↓ -60,00%
Santo Antônio do Planalto					
Área plantada	2500	2500	3500	↑ 40,00%	↑ 40,00%
Rendimento médio	2700	3720	1500	↓ -44,44%	↓ -59,68%
São Domingos do Sul					
Área plantada	40	100	100	↑ 150,00%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3000	3600	1500	↓ -50,00%	↓ -58,33%
Vanini					
Área plantada	60	50	50	↓ -16,67%	↓ 0,00%
Rendimento médio	3000	3100	2600	↓ -13,33%	↓ -16,13%
Vila Maria					
Área plantada	2850	2500	2700	↓ -5,26%	↑ 8,00%
Rendimento médio	3300	3900	1560	↓ -52,73%	↓ -60,00%

Fonte: FEE.

Também, no que é relativo ao trigo, em uma produção de primeira necessidade para consumo humano, nota-se um gradual abandono da cultura e uma perda de rendimento generalizada. Tornam-se urgentes a reflexão e o dispêndio de um tratamento diferenciado das culturas destinadas ao alimento humano, de forma a atentar não só para as quantidades necessárias, mas também para a forma como são produzidas.

Tabela 29: Efetivo de aves por município entre 2010 e 2014

Pecuária / Efetivo de aves em cabeças	2010	2013	2014	2010/2014	2013/2014
Almirante Tamandaré do Sul	43.600	58.406	44.988	↑ 3,18%	↓ -22,97%
Camargo	2.236.133	2.501.130	2.142.000	↓ -4,21%	↓ -22,97%
Carazinho	68.740	81.459	60.000	↓ -12,71%	↓ -26,34%
Casca	1.743.900	1.720.270	708.000	↓ -59,40%	↓ -58,84%
Ciriaco	1.062.952	1.444.930	1.050.000	↓ -1,22%	↓ -27,33%
Coqueiros do Sul	68.708	15.715	63.024	↓ -8,27%	↑ 301,04%
Coxilha	16.200	28.929	200.000	↑ 1134,57%	↑ 591,35%
David Canabarro	488.980	1.369.610	1.928.000	↑ 294,29%	↑ 40,77%
Ernestina	104.777	127.410	759.365	↑ 624,74%	↑ 496,00%
Gentil	745.486	879.165	615.861	↓ -17,39%	↓ -29,95%
Marau	4.399.300	4.540.850	4.443.850	↑ 1,01%	↓ -2,14%
Mato Castelhano	291.500	624.720	545.530	↑ 87,15%	↓ -12,68%
Muliterno	161.200	333.700	187.400	↑ 16,25%	↓ -43,84%
Nova Alvorada	1.874.810	1.758.500	1.650.000	↓ -11,99%	↓ -6,17%
Passo Fundo	720.975	1.149.388	1.092.505	↑ 51,53%	↓ -4,95%
Pontão	111.100	146.490	117.400	↑ 5,67%	↓ -19,86%
Santo Antônio do Palma	584.635	1.108.840	1.406.688	↑ 140,61%	↑ 26,86%
Santo Antônio do Planalto	16.750	22.057	17.200	↑ 2,69%	↓ -22,02%
São Domingos do Sul	402.936	406.470	735.000	↑ 82,41%	↑ 80,83%
Vanini	572.943	667.930	661.530	↑ 15,46%	↓ -0,96%
Vila Maria	2.788.025	3.136.920	1.338.400	↓ -51,99%	↓ -57,33%
Total Geral	18.503.650	22.122.889	19.766.741		
Total Funcional 9	36.340.457	54.387.115	47.726.900		

Fonte: FEE.

A Tabela 29 representa a evolução do efetivo de aves na região do Corede Produção. No primeiro ciclo de avaliação (2010-2014), houve um crescimento de 6,83% e, no último ciclo (2013-2014), uma queda de 11,92%. Verifica-se a perda de peso em relação a outros Coredes da Funcional.

Tabela 30: Efetivo de suínos por município entre 2010 e 2014

Pecuária / Efetivo de suíno em cabeças	2010	2013	2014	2010/2014	2013/2014
Almirante Tamandaré do Sul	2.820	2.230	2.721	↓ -3,51%	↑ 22,02%
Camargo	14.850	33.221	35.103	↑ 136,38%	↑ 22,02%
Carazinho	5.990	513	441	↓ -92,64%	↓ -14,04%
Casca	51.810	62.645	57.940	↑ 11,83%	↓ -7,51%
Ciriáco	9.350	13.054	12.288	↑ 31,42%	↓ -5,87%
Coqueiros do Sul	5.510	1.567	1.557	↓ -71,74%	↓ -0,64%
Coxilha	1.100	640	639	↓ -41,91%	↓ -0,16%
David Canabarro	9.436	5.899	4.853	↓ -48,57%	↓ -17,73%
Ernestina	2.982	3.460	349	↓ -88,30%	↓ -89,91%
Gentil	7.878	15.278	15.382	↑ 95,25%	↑ 0,68%
Marau	14.580	29.463	27.757	↑ 90,38%	↓ -5,79%
Mato Castelhano	1.320	660	439	↓ -66,74%	↓ -33,48%
Muliterno	2.353	1.782	982	↓ -58,27%	↓ -44,89%
Nova Alvorada	21.110	22.150	21.950	↑ 3,98%	↓ -0,90%
Passo Fundo	2.912	2.954	3.101	↑ 6,49%	↑ 4,98%
Pontão	6.188	5.940	1.927	↓ -68,86%	↓ -67,56%
Santo Antônio do Palma	10.361	28.782	25.878	↑ 149,76%	↓ -10,09%
Santo Antônio do Planalto	2.940	2.193	1.764	↓ -40,00%	↓ -19,56%
São Domingos do Sul	14.772	14.111	15.494	↑ 4,89%	↑ 9,80%
Vanini	3.836	7.007	8.500	↑ 121,58%	↑ 21,31%
Vila Maria	18.018	63.200	21.001	↑ 16,56%	↓ -66,77%
Total Geral	210.116	316.749	260.066		
Total Funcional 9	1.707.968	2.190.275	2.099.662		

Fonte: FEE.

O efetivo de suínos no Corede Produção, conforme mostra Tabela 30, apresenta um crescimento entre os anos de 2010 a 2013, tendo uma queda de 21,79%. Os municípios que tiveram uma contribuição significativa para essa queda foram Ernestina, Pontão e Vila Maria. Comparando-se com os valores da Funcional, novamente, verifica-se uma perda de posição relativa no número de efetivos.

Tabela 31: Efetivo de ovinos por município entre 2010 e 2014

Pecuária / Efetivo de ovinos em cabeças	2010	2013	2014	2010/2014	2013/2014
Almirante Tamandaré do Sul	1.130	363	418	↓ -63,01%	↑ 15,15%
Camargo	694	506	542	↓ -21,90%	↑ 15,15%
Carazinho	2.300	3.258	2.917	↑ 26,83%	↓ -10,47%
Casca	1.058	895	986	↓ -6,81%	↑ 10,17%
Ciriaco	1.581	1.694	1.670	↑ 5,63%	↓ -1,42%
Coqueiros do Sul	368	300	340	↓ -7,61%	↑ 13,33%
Coxilha	1.135	1.202	1.217	↑ 7,22%	↑ 1,25%
David Canabarro	331	294	156	↓ -52,87%	↓ -46,94%
Ernestina	1.396	1.693	1.564	↑ 12,03%	↓ -7,62%
Gentil	1.063	1.215	1.200	↑ 12,89%	↓ -1,23%
Marau	1.958	2.130	2.501	↑ 27,73%	↑ 17,42%
Mato Castelhano	1.000	904	608	↓ -39,20%	↓ -32,74%
Muliterno	158	174	165	↑ 4,43%	↓ -5,17%
Nova Alvorada	1.025	1.100	1.050	↑ 2,44%	↓ -4,55%
Passo Fundo	3.100	3.979	3.665	↑ 18,23%	↓ -7,89%
Pontão	1.060	1.492	1.565	↑ 47,64%	↑ 4,89%
Santo Antônio do Palma	164	160	164	↓ 0,00%	↑ 2,50%
Santo Antônio do Planalto	1.080	1.277	1.605	↑ 48,61%	↑ 25,69%
São Domingos do Sul	140	405	296	↑ 111,43%	↓ -26,91%
Vanini	90	114	108	↑ 20,00%	↓ -5,26%
Vila Maria	417	705	964	↑ 131,18%	↑ 36,74%
Total Geral	21.248	23.860	23.701		
Total Funcional 9	91.372	104.771	108.954		

Fonte: FEE.

Já o efetivo de ovinos no Corede Produção, conforme mostra a Tabela 31, apresenta um bom crescimento entre os anos 2010 e 2013 e uma leve queda em 2014. Destacam-se com desempenho positivo os municípios de Vila Maria e Santo Antônio do Planalto, no último ciclo analisado. Já nesse efetivo pecuário, mantiveram-se os índices em relação à Funcional.

Tabela 32: Efetivo de bovinos por município entre 2010 e 2014

Pecuária / Efetivo de bovinos em cabeças	2010	2013	2014	2010/2014	2013/2014
Almirante Tamandaré do Sul	4.740	6.879	6.958	↑ 46,79%	↑ 1,15%
Camargo	6.412	7.123	7.051	↑ 9,97%	↑ 1,15%
Carazinho	9.340	8.339	8.310	↓ -11,03%	↓ -0,35%
Casca	20.324	17.882	17.110	↓ -15,81%	↓ -4,32%
Ciriaco	12.833	10.182	10.381	↓ -19,11%	↑ 1,95%
Coqueiros do Sul	8.240	8.945	8.913	↑ 8,17%	↓ -0,36%
Coxilha	6.223	6.283	6.414	↑ 3,07%	↑ 2,08%
David Canabarro	9.258	8.899	8.850	↓ -4,41%	↓ -0,55%
Ernestina	6.832	6.374	5.939	↓ -13,07%	↓ -6,82%
Gentil	7.067	6.176	5.939	↓ -15,96%	↓ -3,84%
Marau	22.104	19.645	20.828	↓ -5,77%	↑ 6,02%
Mato Castelhano	5.321	4.333	4.285	↓ -19,47%	↓ -1,11%
Muliterno	4.629	4.286	4.413	↓ -4,67%	↑ 2,96%
Nova Alvorada	7.950	7.900	7.800	↓ -1,89%	↓ -1,27%
Passo Fundo	15.513	12.143	12.223	↓ -21,21%	↑ 0,66%
Pontão	11.134	10.111	10.332	↓ -7,20%	↑ 2,19%
Santo Antônio do Palma	3.659	3.897	3.896	↑ 6,48%	↓ -0,03%
Santo Antônio do Planalto	3.956	3.563	3.194	↓ -19,26%	↓ -10,36%
São Domingos do Sul	5.155	4.514	4.583	↓ -11,10%	↑ 1,53%
Vanini	3.018	2.701	2.789	↓ -7,59%	↑ 3,26%
Vila Maria	12.603	11.900	11.660	↓ -7,48%	↓ -2,02%
Total Geral	186.311	172.075	171.868		
Total Funcional 9	1.362.192	1.336.444	1.319.536		

Fonte: FEE.

O efetivo de bovinos no Corede Produção, apresenta, no período entre 2010 e 2014, uma tendência à diminuição. Os municípios que mais contribuíram para tal decréscimo foram Santo Antônio do Planalto e Ernestina. Também, no que diz respeito ao efetivo de bovinos, nota-se a diminuição do peso do efetivo em relação a outros Coredes dentro da Funcional 9.

Tabela 33: Efetivo de equinos por município entre 2010 e 2014

Pecuária / Efetivo de equinos em cabeças	2010	2013	2014	2010/2014	2013/2014
Almirante Tamandaré do Sul	244	82	84	↓ -65,57%	↑ 2,44%
Camargo	165	149	155	↓ -6,06%	↑ 2,44%
Carazinho	546	1.233	1.197	↑ 119,23%	↓ -2,92%
Casca	86	144	136	↑ 58,14%	↓ -5,56%
Ciriaco	276	333	337	↑ 22,10%	↑ 1,20%
Coqueiros do Sul	110	88	87	↓ -20,91%	↓ -1,14%
Coxilha	360	301	281	↓ -21,94%	↓ -6,64%
David Canabarro	85	135	132	↑ 55,29%	↓ -2,22%
Ernestina	142	136	138	↓ -2,82%	↑ 1,47%
Gentil	142	171	146	↑ 2,82%	↓ -14,62%
Marau	254	338	335	↑ 31,89%	↓ -0,89%
Mato Castelhano	178	228	159	↓ -10,67%	↓ -30,26%
Muliterno	40	73	71	↑ 77,50%	↓ -2,74%
Nova Alvorada	55	100	95	↑ 72,73%	↓ -5,00%
Passo Fundo	342	1.124	1.209	↑ 253,51%	↑ 7,56%
Pontão	59	178	194	↑ 228,81%	↑ 8,99%
Santo Antônio do Palma	6	8	7	↑ 16,67%	↓ -12,50%
Santo Antônio do Planalto	130	178	168	↑ 29,23%	↓ -5,62%
São Domingos do Sul	22	71	69	↑ 213,64%	↓ -2,82%
Vanini	14	43	45	↑ 221,43%	↑ 4,65%
Vila Maria	50	31	52	↑ 4,00%	↑ 67,74%
Total Geral	3.306	5.144	5.097		
Total Funcional 9	21.931	26.644	27.231		

Fonte: FEE.

É notória a evolução do efetivo de equinos entre os anos de 2010 a 2014, mantendo-se praticamente estável no ano de 2014. Os municípios que se destacam no número de equinos são Passo Fundo, Pontão e Vanini.

Com base no levantamento apresentado nas tabelas anteriores, é possível sugerir uma distribuição das agroindústrias verticalizantes de suporte de acordo com uma vocação produtiva microrregional. Nota-se um aumento paulatino no número de cabeças na funcional em contraponto com uma diminuição entre os dois últimos anos analisados.

Tabela 34: Produção de mel de abelha em Kg

Produção de mel de abelha	Kg				R\$ mil			
	2010	2013	2014	2010 / 2014	2013 / 2014	2013	2014	2013 / 2014
Almirante Tamandaré do Sul	8300	5973	3700	↓ -55,42%	↓ -38,05%	R\$ 57	R\$ 35	↓ -38,60%
Camargo	10000	9800	4000	↓ -60,00%	↓ -59,18%	R\$ 93	R\$ 48	↓ -48,39%
Carazinho	9540	20000	16600	↑ 74,00%	↓ -17,00%	R\$ 180	R\$ 149	↓ -17,22%
Casca	27600	26817	26817	↓ -2,84%	↓ 0,00%	R\$ 255	R\$ 322	↑ 26,27%
Ciriáco	22400	20720	5000	↓ -77,68%	↓ -75,87%	R\$ 197	R\$ 60	↓ -69,54%
Coqueiros do Sul	10980	8000	5000	↓ -54,46%	↓ -37,50%	R\$ 76	R\$ 48	↓ -36,84%
Coxilha	7980	7523	4359	↓ -45,38%	↓ -42,06%	R\$ 71	R\$ 52	↓ -26,76%
David Canabarro	25000	22014	5000	↓ -80,00%	↓ -77,29%	R\$ 209	R\$ 60	↓ -71,29%
Ernestina	9135	8520	2000	↓ -78,11%	↓ -76,53%	R\$ 81	R\$ 24	↓ -70,37%
Gentil	9700	9434	600	↓ -93,81%	↓ -93,64%	R\$ 90	R\$ 7	↓ -92,22%
Marau	42480	41910	41250	↓ -2,90%	↓ -1,57%	R\$ 398	R\$ 495	↑ 24,37%
Mato Castelhano	9000	8663	5670	↓ -37,00%	↓ -34,55%	R\$ 82	R\$ 68	↓ -17,07%
Muliterno	11000	10803	5648	↓ -48,65%	↓ -47,72%	R\$ 103	R\$ 68	↓ -33,98%
Nova Alvorada	8250	9500	9200	↑ 11,52%	↓ -3,16%	R\$ 81	R\$ 80	↓ -1,23%
Passo Fundo	62000	62400	62400	↑ 0,65%	↓ 0,00%	R\$ 593	R\$ 749	↑ 26,31%
Pontão	11300	11276	11276	↓ -0,21%	↓ 0,00%	R\$ 107	R\$ 135	↑ 26,17%
Santo Antônio do Palma	12240	12260	4530	↓ -62,99%	↓ -63,05%	R\$ 116	R\$ 54	↓ -53,45%
Santo Antônio do Planalto	4890	2000	1900	↓ -61,15%	↓ -5,00%	R\$ 19	R\$ 18	↓ -5,26%
São Domingos do Sul	11340	11198	900	↓ -92,06%	↓ -91,96%	R\$ 106	R\$ 11	↓ -89,62%
Vanini	8295	7998	7998	↓ -3,58%	↓ 0,00%	R\$ 76	R\$ 96	↑ 26,32%
Vila Maria	7600	7505	3456	↓ -54,53%	↓ -53,95%	R\$ 71	R\$ 41	↓ -42,25%
Total Geral	329030	324314	227304	↓ -30,92%	↓ -29,91%	R\$ 3 061	R\$ 2 620	↓ -14,41%
Total Funcional 9	1177784	1187116	956253	↓ -23,17%	↓ -24,14%	R\$ 18 837	R\$ 13 843	↓ -36,08%

Fonte: FEE.

A Tabela 34 mostra uma tendência desfavorável na produção de mel de abelha no Corede Produção, o que é relativamente preocupante em dois aspectos: a diminuição da renda da agricultura familiar e, também, a diminuição do efetivo de abelhas, que são as principais polinizadoras das araucárias responsáveis pela produção de pinhão.

A decisão de extrair os dados expressos na Tabela 34 resultou da importância para a produção hortifrutícola da polinização executada pelas abelhas. Pode-se concluir que a produção está decaindo de forma muito acentuada. Segundo a opinião de alguns produtores, isso se relaciona a elementos de poluição e de combate a insetos lançados no ambiente pelos produtores de soja. Constata-se, também, que as colmeias têm sido colocadas afastadas de terrenos com a cultura da soja para garantir a saúde das abelhas e a qualidade do mel, no entanto, isso tem sido um esforço inglório perante o avanço paulatino da referida cultura. Há, ainda, o receio de que a diminuição da produção de pinhão na região, ocorrida em 2015, seja consequência da diminuição das colônias de abelhas – somente com os dados compilados em 2016, será possível

aferir se essa conclusão está correta. É necessário salientar a diminuição muito mais expressiva apresentada pelos números da Funcional.

2.6.2 Setor industrial

Tabela 35: Arrecadação de IPI por município

Município	2010	2014	2015	2010 / 2015	2014 / 2015
Almirante Tamandaré do Sul	R\$ -	-	R\$ 440,00		
Camargo	R\$ 27 705,00	R\$ 40 860,00	R\$ 58 357,00	↑ 110,64%	↑ 42,82%
Carazinho	R\$ 5 095 952,00	R\$ 5 830 607,00	R\$ 6 505 878,00	↑ 27,67%	↑ 11,58%
Casca	R\$ 21 796,00	R\$ 24 458,00	R\$ 1 052,00	↓ -95,17%	↓ -95,70%
Coqueiros do Sul	-	-	R\$ 150,00		
Coxilha	R\$ 123 509,00	R\$ 64 455,00	R\$ 137 485,00	↑ 11,32%	↑ 113,30%
Ernestina	R\$ 691,00	R\$ 72 534,00	R\$ 372 058,00	↑ 53743,42%	↑ 412,94%
Marau	R\$ 1 439 830,00	R\$ 3 552 632,00	R\$ 4 395 723,00	↑ 205,29%	↑ 23,73%
Nova Alvorada	R\$ 222 314,00	R\$ 79 594,00	R\$ 335 870,00	↑ 51,08%	↑ 321,98%
Passo Fundo	R\$ 1 948 232,00	R\$ 10 162 390,00	R\$ 8 676 613,00	↑ 345,36%	↓ -14,62%
Portão	R\$ 3 958 162,00	R\$ 4 973 914,00	R\$ 4 637 316,00	↑ 17,16%	↓ -6,77%
Santo Antônio do Palma	-	-	R\$ 150 976,00		
Santo Antônio do Planalto	R\$ 22,00	-	-		
São Domingos do Sul	R\$ 245,00	-	R\$ 895,00	↑ 265,31%	
Vila Maria	R\$ 134 116,00	R\$ 569 424,00	R\$ 565 661,00	↑ 321,77%	↓ -0,66%
Totais:	R\$ 12 972 574,00	R\$ 25 370 868,00	R\$ 25 838 474,00	↑ 99,18%	↑ 1,84%
Total Funcional 9	R\$ 34 020 034,00	R\$ 48 176 369,00	R\$ 51 064 944,00	↑ 50,10%	↑ 6,00%

Fonte: FEE.

Apresenta-se, assim, a mancha industrial no Corede, demonstrando a tendência para a sua concentração na esfera de influência dos principais centros urbanos, consubstanciando o fato de que o investimento industrial procura acessibilidades, mão de obra qualificada e proximidade aos mercados produtores ou consumidores. Em termos totais, constata-se que o aumento de arrecadação é muito mais expressivo na média da funcional do que na média do Corede, nesse sentido que se infere a estagnação industrial do Corede em virtude da sua relação direta com a agricultura de extensão, ela própria sem aumento de rentabilidade, como inferimos anteriormente. É importante, pois, repensar o modelo industrial do Corede, promovendo a sua diversificação.

2.6.3 Setor de serviços

Tabela 36: Arrecadação de ISSQN por município

Município	2010 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2010/2014	2013/2014
Almirante Tamandaré do Sul	R\$ 412.058,00	R\$ 273.711,00	R\$ 387.500,00	↓ -6%	↑ 42%
Camargo	R\$ 77.194,00	R\$ 120.052,00	R\$ 348.448,00	↑ 351%	↑ 190%
Carazinho	R\$ 5.432.322,00	R\$ 6.955.318,00	R\$ 17.515.753,00	↑ 222%	↑ 152%
Casca	R\$ 744.488,00	R\$ 1.059.910,00	R\$ 2.027.980,00	↑ 172%	↑ 91%
Ciríaco	R\$ 110.742,00	R\$ 123.205,00	R\$ 455.086,00	↑ 311%	↑ 269%
Coqueiros do Sul	R\$ 41.982,00	R\$ 157.395,00	R\$ 273.112,00	↑ 551%	↑ 74%
Coxilha	R\$ 53.935,00	R\$ 239.981,00	R\$ 472.586,00	↑ 776%	↑ 97%
David Canabarro	R\$ 65.304,00	R\$ 111.415,00	R\$ 208.891,00	↑ 220%	↑ 87%
Ernestina	R\$ 124.070,00	R\$ 166.633,00	R\$ 254.256,00	↑ 105%	↑ 53%
Gentil	R\$ 122.728,00	R\$ 173.158,00	R\$ 464.834,00	↑ 279%	↑ 168%
Marau	R\$ 2.953.234,00	R\$ 4.359.405,00	R\$ 11.216.602,00	↑ 280%	↑ 157%
Mato Castelhano	R\$ 144.094,00	R\$ 62.324,00	R\$ 192.826,00	↑ 34%	↑ 209%
Muliterno	R\$ 39.668,00	R\$ 23.094,00	R\$ 322.617,00	↑ 713%	↑ 1297%
Nova Alvorada	R\$ 154.416,00	R\$ 272.693,00	R\$ 724.956,00	↑ 369%	↑ 166%
Passo Fundo	R\$ 18.471.349,00	R\$ 28.554.710,00	R\$ 24.871.600,00	↑ 35%	↓ -13%
Pontão	R\$ 93.525,00	R\$ 95.035,00	R\$ 177.548,00	↑ 90%	↑ 87%
Santo Antônio do Palma	R\$ 73.792,00	R\$ 329.082,00	R\$ 383.354,00	↑ 420%	↑ 16%
Santo Antônio do Planalto	R\$ 322.868,00	R\$ 263.594,00	R\$ 359.029,00	↑ 11%	↑ 36%
São Domingos do Sul	R\$ 64.998,00	R\$ 124.286,00	R\$ 404.502,00	↑ 522%	↑ 225%
Vanini	R\$ 40.679,00	R\$ 56.705,00	R\$ 133.823,00	↑ 229%	↑ 136%
Vila Maria	R\$ 110.622,00	R\$ 195.103,00	R\$ 490.281,00	↑ 343%	↑ 151%
Total Geral	R\$ 29.654.068,00	R\$ 43.716.809,00	R\$ 61.685.584,00		
Total Funcional 9	R\$ 71.995.043,00	R\$ 95.039.665,00	R\$ 83.200.472,00		
				Mínimo	-6%
				Média	287%
				Máximo	776%

Fonte: FEE.

O crescimento generalizado do ISSQN revela, claramente, o avanço do setor terciário nas economias locais. Mais uma vez, com uma relação evidente com a dimensão das comunidades, como seria de esperar. Em relação à Funcional, posiciona o Corede em uma boa posição, partindo de um valor que representava menos de metade, em 2010, para cerca de 73%, em 2014.

2.6.4 Finanças públicas

Tabela 37: Arrecadação de ICMS por município

Municípios / ICMS	2010 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2010/15	2014/15
Almirante Tamandaré do Sul	R\$ 421.826,00	R\$ 1.556.074,00	R\$ 1.215.558,00	↑ 188,17%	↓ -21,88%
Camargo	R\$ 213.796,00	R\$ 501.760,00	R\$ 662.550,00	↑ 209,90%	↑ 32,05%
Carazinho	R\$ 53.914.957,00	R\$ 85.264.955,00	R\$ 90.618.355,00	↑ 68,08%	↑ 6,28%
Casca	R\$ 7.429.634,00	R\$ 11.018.627,00	R\$ 9.526.228,00	↑ 28,22%	↓ -13,54%
Ciriaco	R\$ 249.893,00	R\$ 262.094,00	R\$ 252.844,00	↑ 1,18%	↓ -3,53%
Coqueiros do Sul	R\$ 68.071,00	R\$ 193.773,00	R\$ 171.679,00	↑ 152,21%	↓ -11,40%
Coxilha	R\$ 675.431,00	R\$ 1.542.126,00	R\$ 1.443.786,00	↑ 113,76%	↓ -6,38%
David Canabarro	R\$ 420.918,00	R\$ 649.079,00	R\$ 1.267.836,00	↑ 201,21%	↑ 95,33%
Ernestina	R\$ 151.689,00	R\$ 879.235,00	R\$ 1.089.096,00	↑ 617,98%	↑ 23,87%
Gentil	R\$ 182.515,00	R\$ 337.580,00	R\$ 550.381,00	↑ 201,55%	↑ 63,04%
Marau	R\$ 46.085.766,00	R\$ 32.489.916,00	R\$ 35.145.302,00	↓ -23,74%	↑ 8,17%
Mato Castelhano	R\$ 69.870,00	R\$ 180.483,00	R\$ 178.575,00	↑ 155,58%	↓ -1,06%
Muliterno	R\$ 77.841,00	R\$ 115.404,00	R\$ 135.970,00	↑ 74,68%	↑ 17,82%
Nova Alvorada	R\$ 2.666.920,00	R\$ 7.561.908,00	R\$ 8.791.993,00	↑ 229,67%	↑ 16,27%
Passo Fundo	R\$ 162.700.906,00	R\$ 352.645.120,00	R\$ 372.361.581,00	↑ 128,86%	↑ 5,59%
Pontão	R\$ 403.051,00	R\$ 801.671,00	R\$ 791.799,00	↑ 96,45%	↓ -1,23%
Santo Antônio do Palma	R\$ 285.612,00	R\$ 804.649,00	R\$ 712.110,00	↑ 149,33%	↓ -11,50%
Santo Antônio do Planalto	R\$ 125.463,00	R\$ 153.971,00	R\$ 171.929,00	↑ 37,04%	↑ 11,66%
São Domingos do Sul	R\$ 142.081,00	R\$ 210.040,00	R\$ 295.065,00	↑ 107,67%	↑ 40,48%
Vanini	R\$ 142.440,00	R\$ 137.600,00	R\$ 129.005,00	↓ -9,43%	↓ -6,25%
Vila Maria	R\$ 1.535.751,00	R\$ 3.478.751,00	R\$ 1.873.771,00	↑ 22,01%	↓ -46,14%
Total Geral	R\$ 277.964.431,00	R\$ 500.784.816,00	R\$ 527.385.413,00		
Total Funcional 9	R\$ 639.383.896,00	R\$ 1.013.251.412,00	R\$ 1.173.233.866,00		
				Mínimo	-24%
				Média	131%
				Máximo	618%

Fonte: FEE.

A arrecadação de ICMS é um termômetro da geração de emprego, renda e crescimento de uma região. O que podemos vislumbrar na Tabela 38 é um crescimento médio considerável da arrecadação do referido imposto, destacando-se os municípios de Ernestina e Nova Alvorada. No contexto da Funcional, há um comportamento estável, tendo, ao longo da série analisada, representado cerca de metade da arrecadação.

Tabela 38: Arrecadação de IPTU por município

Município	2010 (R\$)	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2010/14	2013/14
Almirante Tamandaré do Sul	R\$ 47.377,00	R\$ 67.517,00	R\$ 138.341,00	↑ 192,0%	↑ 104,9%
Camargo	R\$ 55.477,00	R\$ 119.117,00	R\$ 266.658,00	↑ 380,7%	↑ 123,9%
Carazinho	R\$ 2.877.001,00	R\$ 4.103.640,00	R\$ 9.208.643,00	↑ 220,1%	↑ 124,4%
Casca	R\$ 561.016,00	R\$ 716.873,00	R\$ 1.636.290,00	↑ 191,7%	↑ 128,3%
Ciriaco	R\$ 66.933,00	R\$ 83.888,00	R\$ 177.140,00	↑ 164,7%	↑ 111,2%
Coqueiros do Sul	R\$ 72.517,00	R\$ 124.552,00	R\$ 373.291,00	↑ 414,8%	↑ 199,7%
Coxilha	R\$ 30.667,00	R\$ 66.452,00	R\$ 183.268,00	↑ 497,6%	↑ 175,8%
David Canabarro	R\$ 174.998,00	R\$ 195.429,00	R\$ 472.169,00	↑ 169,8%	↑ 141,6%
Ernestina	R\$ 89.396,00	R\$ 109.061,00	R\$ 253.509,00	↑ 183,6%	↑ 132,4%
Gentil	R\$ 32.349,00	R\$ 40.285,00	R\$ 84.135,00	↑ 160,1%	↑ 108,8%
Marau	R\$ 2.760.990,00	R\$ 3.541.395,00	R\$ 8.675.866,00	↑ 214,2%	↑ 145,0%
Mato Castelhano	R\$ 60.278,00	R\$ 83.010,00	R\$ 26.086,00	↓ -56,7%	↓ -68,6%
Muliterno	R\$ 23.405,00	R\$ 34.119,00	R\$ 66.319,00	↑ 183,4%	↑ 94,4%
Nova Alvorada	R\$ 51.552,00	R\$ 79.932,00	R\$ 187.906,00	↑ 264,5%	↑ 135,1%
Passo Fundo	R\$ 18.972.075,00	R\$ 28.269.843,00	R\$ 37.431.297,00	↑ 97,3%	↑ 32,4%
Pontão	R\$ 46.390,00	R\$ 74.762,00	R\$ 177.399,00	↑ 282,4%	↑ 137,3%
Santo Antônio do Palma	R\$ 41.130,00	R\$ 67.989,00	R\$ 126.464,00	↑ 207,5%	↑ 86,0%
Santo Antônio do Planalto	R\$ 111.146,00	R\$ 112.962,00	R\$ 314.473,00	↑ 182,9%	↑ 178,4%
São Domingos do Sul	R\$ 98.158,00	R\$ 130.206,00	R\$ 329.146,00	↑ 235,3%	↑ 152,8%
Vanini	R\$ 44.411,00	R\$ 51.793,00	R\$ 145.843,00	↑ 228,4%	↑ 181,6%
Vila Maria	R\$ 97.492,00	R\$ 158.663,00	R\$ 386.213,00	↑ 296,1%	↑ 143,4%
Total Geral	R\$ 26.314.758,00	R\$ 38.231.488,00	R\$ 60.660.456,00		
Total Funcional 9	R\$ 53.391.338,00	R\$ 74.364.671,00	R\$ 75.537.336,00		
			Mínimo	-57%	-69%
			Média	224%	122%
			Máximo	498%	200%

Fonte: FEE.

Com metade dos municípios perdendo ICMS, apenas o IPTU tem um comportamento positivo generalizado, o que se revela insuficiente para encarar as despesas correntes de funcionamento dos municípios. Na comparação com a Funcional, em 2014, o Corede foi responsável por 80% da arrecadação em contraponto com 2010, quando representava menos de 50%. Ficou explícito um esforço de atualização tributária dos municípios, mas, também, e não menos importante, o crescimento do setor imobiliário na região, com enfoque especial nos grandes centros urbanos.

3 Análise de indicadores situacionais

Tabela 39: Índice Firjan de gestão fiscal

Município	2010			2013			Variações		
	Índice	Posição (RS)	Posição (BR)	Índice	Posição (RS)	Posição (BR)	%	Posição (RS)	Posição (BR)
Almirante Tamandaré do Sul	0,6903	141	575	0,6016	153	811	-12,85%	↓ -12	↓ -236
Camargo	0,7796	17	111	0,5337	294	1608	-31,54%	↓ -277	↓ -1497
Carazinho	0,4692	456	3974	0,5954	169	865	26,92%	↑ 287	↑ 2509
Casca	0,6947	134	554	0,5344	292	1603	-23,07%	↓ -158	↓ -1049
Ciríaco	0,7366	60	280	0,5934	173	888	-19,45%	↓ -113	↓ -608
Coqueiros do Sul	0,6874	148	603	0,6188	121	645	-9,99%	↑ 27	↓ -42
Coxilha	0,5328	395	2479	0,4655	385	2587	-12,63%	↑ 10	↓ -108
David Canabarro	0,6635	206	850	0,4769	370	2418	-28,12%	↓ -164	↓ -1568
Ernestina	0,5494	372	2256	0,4300	416	3107	-21,75%	↓ -44	↓ -851
Gentil	0,6379	238	1100	0,6503	80	431	1,94%	↑ 158	↑ 669
Marau	0,5538	364	2202	0,5385	281	1545	-2,76%	↑ 83	↑ 657
Mato Castelhano	0,5705	345	1963	0,4684	378	2543	-17,89%	↓ -33	↓ -580
Multiterno	0,7065	117	458	0,4958	342	2135	-29,83%	↓ -225	↓ -1677
Nova Alvorada	0,6906	140	574	0,6769	57	288	-1,98%	↑ 83	↑ 286
Passo Fundo	0,7191	95	377	0,6440	89	477	-10,45%	↑ 6	↓ -100
Pontão	0,5227	411	2618	0,5953	170	968	13,90%	↑ 241	↑ 1750
Santo Antônio do Palma	0,7202	90	366	0,6907	39	223	-4,09%	↑ 51	↑ 143
Santo Antônio do Planalto	0,6158	278	1397	0,6079	141	755	-1,29%	↑ 137	↑ 642
São Domingos do Sul	0,5814	334	1822	0,6315	102	551	8,61%	↑ 232	↑ 1271
Vanini	0,7370	57	277	0,4897	346	2212	-33,55%	↓ -289	↓ -1935
Vila Maria	0,5248	409	2590	0,5754	206	1071	9,63%	↑ 203	↑ 1519

Fonte: FEE.

Na análise trazida pelo Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), entre os anos 2010 e 2013, denota-se um avanço na maioria dos municípios que compõem o Corede Produção. O curioso é que, em alguns casos, mesmo com a evolução no âmbito estadual, o reflexo no âmbito nacional não foi o mesmo. Destaca-se a queda de posição do município de Vanini, que, no período, perdeu 289 posições no *ranking* estadual e 1.935 no nacional, já o município de Carazinho avançou 297 posições no *ranking* estadual e 2.509 posições no *ranking* nacional.

Tabela 40: Índice Firjan de desenvolvimento municipal

Município	2010			2013			Variações		
	Índice	Posição (RS)	Posição (BR)	Índice	Posição (RS)	Posição (BR)	%	Posição (RS)	Posição (BR)
Almirante Tamandaré do Sul	ND	ND	ND	0,7320	208	1405	ND	ND	ND
Camargo	0,7139	ND	1204	0,8211	36	261	15,01%	ND	943
Carazinho	0,7910	ND	357	0,8020	67	409	1,39%	ND	-52
Casca	0,8310	ND	136	0,8449	15	112	1,68%	ND	24
Ciríaco	0,6737	ND	1850	0,6922	321	2159	2,74%	ND	-309
Coqueiros do Sul	0,6796	ND	1749	0,6899	326	2207	1,52%	ND	-458
Coxilha	0,7109	ND	1253	0,7280	220	1478	2,40%	ND	-225
David Canabarro	0,7033	ND	1371	0,7278	223	1484	3,49%	ND	-113
Ernestina	0,7513	ND	724	0,8041	63	389	7,03%	ND	335
Gentil	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Marau	0,8065	ND	253	0,8571	7	65	6,27%	ND	188
Mato Castelhano	0,6048	ND	3056	0,6312	448	3284	4,37%	ND	-228
Muliterno	0,6917	ND	1535	0,6375	434	3193	-7,83%	ND	-1658
Nova Alvorada	0,7955	ND	330	0,7966	76	462	0,14%	ND	-132
Passo Fundo	0,7835	ND	413	0,8151	50	307	4,04%	ND	106
Pontão	0,6742	ND	1844	0,7301	213	1443	8,30%	ND	401
Santo Antônio do Palma	0,7924	ND	350	0,7767	102	703	-1,99%	ND	-353
Santo Antônio do Planalto	0,6557	ND	2173	0,7464	184	1140	13,84%	ND	1033
São Domingos do Sul	0,8381	ND	105	0,7337	204	1376	-12,46%	ND	-1271
Vanini	0,6694	ND	1931	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Vila Maria	0,7411	ND	849	0,8307	29	190	12,10%	ND	659

Fonte: FEE.

Na evolução dos dados, entre os anos 2010 e 2013, do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, a maioria os municípios apresentou uma evolução positiva, porém, cabe ressaltar que, em comparação com o cenário nacional, uma parcela de municípios teve queda na posição no *ranking*. Identifica-se, ainda, dados negativos nesse índice para o município de Muliterno, que caiu 1.658 posições no *ranking* nacional, já para o município de Santo Antônio do Planalto, o destaque foi positivo, visto que subiu 1.033 posições.

Tabela 41: Variação do Idese por município

Município	2012	2013	%	Classificação	Legenda		
Almirante Tamandaré do Sul	0,770	0,792	↑ 2,86%	Médio	0,000	0,499	Baixo
Camargo	0,800	0,816	↑ 2,00%	Alto	0,500	0,799	Médio
Carazinho	0,748	0,741	↓ -0,94%	Médio	0,800	1,000	Alto
Casca	0,796	0,827	↑ 3,89%	Alto			
Chapada	0,746	0,792	↑ 6,17%	Médio			
Ciríaco	0,704	0,737	↑ 4,69%	Médio			
Coqueiros do Sul	0,758	0,782	↑ 3,17%	Médio			
Coxilha	0,726	0,766	↑ 5,51%	Médio			
David Canabarro	0,766	0,797	↑ 4,05%	Médio			
Ernestina	0,745	0,757	↑ 1,61%	Médio			
Gentil	0,729	0,748	↑ 2,61%	Médio			
Marau	0,799	0,808	↑ 1,13%	Alto			
Mato Castelhano	0,744	0,776	↑ 4,30%	Médio			
Muliterno	0,734	0,761	↑ 3,68%	Médio			
Nova Alvorada	0,772	0,803	↑ 4,02%	Alto			
Nova Boa Vista	0,766	0,800	↑ 4,44%	Alto			
Passo Fundo	0,760	0,771	↑ 1,45%	Médio			
Pontão	0,732	0,764	↑ 4,37%	Médio			
Santo Antônio do Palma	0,770	0,798	↑ 3,64%	Médio			
Santo Antônio do Planalto	0,740	0,737	↓ -0,41%	Médio			
São Domingos do Sul	0,751	0,777	↑ 3,46%	Médio			
Vanini	0,769	0,764	↓ -0,65%	Médio			
Vila Maria	0,807	0,835	↑ 3,47%	Alto			
Média Corede Produção	0,758	0,780	↑ 2,97%	Médio			
Média RS	0,696	0,714	↑ 2,59%	Médio			

Fonte: FEE.

Com a exceção de três municípios em que o Idese está acima da média no Estado, somente seis municípios estão acima dos 0,800 que é considerado alto.

4 Matriz Fofa: potencialidades e desafios

4.1 Matrizes regionais por dimensão

As matrizes, a seguir, elaboradas por dimensão e consolidadas, refletem o levantamento e a posterior compilação das informações oriundas das reuniões municipais e regionais, que contaram com a participação de lideranças locais e regionais, representando diferentes segmentos da sociedade.

As potencialidades, resultantes do cruzamento das forças com as oportunidades, indicam o potencial da região, uma vez que combinam as capacidades endógenas que são as fortalezas com circunstância positivas do ambiente externo com as oportunidades. Esse constitui um quadrante de aposta num futuro próximo e reúne informações claras sobre o caminho a trilhar. Já os riscos, resultam do cruzamento das fortalezas com as ameaças e apontam as áreas de intervenção imediata. As debilidades surgem do cruzamento das fraquezas com as oportunidades e identificam situações que prejudicam o desenvolvimento em médio e longo prazo. Além disso, essas implicam o desenvolvimento de estratégias que minimizem os efeitos negativos das fraquezas e, ao mesmo tempo, aproveitem as oportunidades emergentes.

As vulnerabilidades, quadrante mais preocupante da matriz, reúnem informações que conduzem à elaboração de estratégias para minimizar ou ultrapassar as fraquezas e, tanto quanto possível, criar ações que minimizem o impacto das ameaças.

<p>Matriz Fofa – dimensão ambiental</p>	<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Clima 2. Mananciais de água exploráveis 3. Exploração de energias renováveis (solar e eólica) 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Epidemias 2. Ameaças patológicas 3. Doenças de cariz ambiental 4. Desmatamento 5. Recursos naturais não preservados 6. Aquecimento global 7. Fenômenos climáticos extremos 8. Uso excessivo de agrotóxicos e outras tecnologias não sustentáveis e agressoras para o meio ambiente 9. Falta de postos de coleta seletiva de resíduos
<p>Fortalezas</p>	<p>Potencialidades</p>	<p>Riscos</p>
<p>Fraquezas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desproteção dos recursos hídricos 2. Deficiente gestão ambiental 	<p>Debilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer cumprir a lei e guardar os corredores ecológicos em torno dos cursos de água e barragens, bem como proteger as matas ciliares 2. Proceder à limpeza das margens e à purificação dos mananciais poluídos, bem como identificar os focos poluidores e eliminá-los 3. Aproveitar as fontes energéticas de raiz renovável, fomentando a sua disseminação pela informação e apoio financeiro à sua implementação, sobretudo como forma de resolver as deficiências energéticas no mundo rural 	<p>Vulnerabilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Monitorização climática, com enfoque na previsão de fenômenos climáticos extremos bem como no apoio à produção agropecuária 2. Controle efetivo de fenômenos predatórios sobre o meio ambiente (ex.: desmatamento, pesca e caça furtiva, pressão insustentável sobre mananciais diversos) 3. Limitação legal ao uso de agrotóxicos ou tecnologias nocivas ao meio ambiente

<p>Matriz Fofa – dimensão econômica</p>	<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comércio bem estruturado 2. Potencial de crescimento nos serviços 3. Turismo rural em expansão 4. Feiras, exposições e encontros 5. Aposta nas imagens de marca dos municípios 6. Espaço para a implantação de novas empresas industriais 7. Novas tecnologias no setor primário 8. Aumento da demanda por produtos alimentares 9. Fortalecimento do mercado de <i>commodities</i> 10. Potencial para a diversificação produtiva 11. Forte implantação da agricultura familiar 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa industrialização 2. Instabilidade econômica global 3. Diminuição do poder aquisitivo 4. Os grandes produtores investem fora do município 5. Alto custo da produção 6. Monocultura 7. Plano de Recuperação de Áreas Degradadas 8. Flutuação do dólar 9. Exigências legais relativas ao mundo rural 10. Volatilidade dos mercados 11. Alta dependência do mercado financeiro 12. Falta de indústrias recicladoras
<p>Fortalezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Diversidade industrial, mas de suporte e orientada para o setor primário 2. Comércio diversificado e sólido 3. Turismo 4. Setor cooperativo e associativo forte 5. Agricultura forte e rentável (monocultura) 6. Forte atividade agropecuária 7. Agricultura familiar 	<p>Potencialidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aposta no setor industrial com a inclusão de inovação tecnológica, com uma visão integradora verticalizante, com enfoque não só nas monoculturas, mas, sobretudo, na diversificação da produção agrícola e de bens alimentares 2. Integração dos conceitos turísticos à realidade rural local, tais como turismo rural, agroturismo, em interface com o patrimônio cultural e ambiental, local e regional 3. Criação de uma "imagem corporativa" do município e da região como elemento orientador ao investimento nos diferentes setores de atividade 	<p>Riscos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A rentabilidade das safras de monocultura depende muito de fatores do mercado externo e da flutuação de moeda de referência (dólar) 2. Exigências legais desajustadas da realidade produtiva e não entendidas pelo produtor ou investidor 3. Resíduos recicláveis desperdiçados e potenciais fontes energéticas renováveis desaproveitadas
<p>Fraquezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Poucas opções turísticas 2. Desinvestimento nas pequenas e médias empresas 3. Falta de cooperativismo do pequeno produtor rural 4. Carência de empreendedorismo 5. Falta de incentivo ao comércio local 6. Baixa atratividade empresarial 7. Falta de incentivo à agricultura familiar 8. Agroindústria pouco diversificada 9. Falta CISPOA 10. Produção não integrada 11. Elevada dependência do setor primário 12. Elevado peso da monocultura 	<p>Debilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Potenciar a diversificação produtiva da agropecuária, de forma a equilibrar o seu peso econômico e produtivo com a monocultura de extensão que se alastra na região 2. Investimento em cadeias produtivas integradas que valorizem a produção de bens alimentares, a implantação de soluções turísticas e a dinamização do setor comercial local 3. Fomentar e/ou fortalecer o cooperativismo, apoiando a instalação de pequenas unidades produtivas promovidas por jovens ou investidores externos que se posicionem na produção de bens alimentares de primeira necessidade, facultando informação, acesso a mercados, apoio jurídico e acesso à certificação essencial ao sucesso do negócio 	<p>Vulnerabilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desintegração do tecido produtivo local por peso excessivo de apenas uma monocultura na economia regional 2. Dificuldade na obtenção de certificações para a produção, tendo de constituir a prioridade de entidades públicas e privadas no apoio ao pequeno produtor, ao agronegócio familiar e ao investidor externo 3. Implementação de mecanismos financeiros para aumentar a rentabilidade da produção, que depende da estabilidade monetária e dos mercados consumidores 4. Necessidade absoluta de inovação na agroindústria, pela diversificação baseada na investigação e no desenvolvimento de novos produtos para novos mercados

<p>Matriz Fofa – dimensão infraestrutural</p>	<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Localização geográfica 2. Fluxo crescente das BRs 3. Barragem, existência e dimensão 4. Exploração de energias renováveis, como eólica e solar 5. Logística 6. Espaço disponível para expansão da indústria 7. Posição geoestratégica favorável no estado 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Questão territorial indígena 2. Demora na restauração da BR 285 3. Má qualidade das rodovias 4. Distância dos centros consumidores
<p>Fortalezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A facilidade nas comunicações foi o item mais referido, mas, mesmo assim, em apenas quatro municípios 2. A existência de infraestruturas geradoras de energia também foi apontada, mas apenas reconhecida por dois municípios 3. A cobertura de saneamento básico foi relevada por três municípios 	<p>Potencialidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Exploração da posição geoestratégica, melhorando as condições de tráfego rodoviário e fomentando a implantação de outros modais de transporte de pessoas e mercadorias. 2. O avanço imediato da exploração das energias renováveis como forma de aumentar a rentabilidade das explorações agropecuárias e responder ao elevado custo de instalação da rede de distribuição de energia elétrica 	<p>Riscos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A continuação da situação precária de algumas vias de comunicação rodoviária, que atrasam o escoamento da produção e provocam avultados prejuízos financeiros e inúmeras perdas de vidas humanas 2. A quase exclusividade do transporte rodoviário como solução de mobilidade de pessoas e mercadorias na região 3. A inexistência de uma política integrada de gestão de resíduos e águas residuais pode levar em situação limite ao comprometimento dos mananciais de água da região
<p>Fraquezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ferrovia deficiente 2. Trânsito dentro das localidades 3. Deficiência estrutural da rede de estradas vicinais 4. Falta de acessos asfálticos 5. Transportes e distribuição de energia elétrica deficitária 6. Falta de polos de desenvolvimento 7. Infraestrutura urbana deficiente 8. Falta de condições de acessibilidade a prédios públicos para portadores de deficiência 9. Taxa de cobertura de saneamento 10. Falta de políticas de gestão de resíduos urbanos, industriais e equiparados 	<p>Debilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecimento reduzido ou pouco difundido sobre as energias alternativas e sua rentabilidade, bem como dos projetos-piloto levados a cabo pelas cooperativas de distribuição 2. Infraestrutura urbana inadequada para as necessidades atuais, no que concerne aos pedestres e sobretudo ao aumento do volume de circulação rodoviária, nos seus diversos modais 3. Adequação do espaço urbano às demandas das populações com necessidades especiais e dos públicos seniores 4. Incapacidade de aproveitamento das infraestruturas de acolhimento empresarial, tais como zonas industriais e afins 	<p>Vulnerabilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indefinição sobre a distribuição do território e sua exploração 2. Desajustamento da rede viária em relação às necessidades do setor produtivo e logístico 3. O leilão da telefonia móvel foi levado a cabo sem o planejamento necessário, o que condicionou a cooperação entre municípios em áreas como a segurança, entre outras

<p>Matriz Fofa – dimensão institucional</p>	<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Indicação do Ministro do Trabalho e do Secretário da Casa Civil da Presidência da República 2. Possibilidade de redistribuição dos repasses tributários 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Desunião das lideranças 2. Crise política e econômica 3. Fraca arrecadação de tributos próprios nos municípios 4. Diminuição do valor dos repasses tributários 5. Sonegação fiscal 6. Baixo índice de cobertura de saneamento básico 7. Crise política e econômica da União e do Estado 8. Desunião das lideranças para a resolução de problemas
<p>Fortalezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade de atendimento nas instituições públicas locais 	<p>Potencialidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Proximidade aos centros decisores – nesta legislatura 	<p>Riscos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade de atendimento e fornecimento de serviço público afetado pela exiguidade de meios financeiros
<p>Fraquezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Um fator referido em mais de metade dos municípios foi a interferência de questões pessoais nos processos governativos. 2. A rivalidade política encarada como um forte entrave ao desenvolvimento 3. Falta de divulgação da informação sobre políticas públicas 4. Falta de incentivo ao desenvolvimento social das comunidades 5. Estagnação no retorno do ICMS 6. Sonegação elevada 7. Burocracia 8. Falta de critérios de controle na vida pública 9. Falta de capacidade para investimento público 10. Falta de planejamento de médio e longo prazo na esfera pública 11. Ausência de integração das políticas públicas 12. Gestão política 	<p>Debilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Demasiada pessoalização dos cargos públicos em detrimento de uma visão mais abrangente 2. Dispersão da informação ou inexistência de divulgação de boas práticas como entrave claro ao desenvolvimento local e regional 3. Falta de mecanismos rápidos para combater a sonegação fiscal e proceder a cobranças de valores em atraso, implicando no desempenho das instituições públicas 	<p>Vulnerabilidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa arrecadação de tributos próprios pode fazer perigar serviços fornecidos hoje, em quantidade e em qualidade 2. Elevada dependência dos repasses federais e estaduais 3. Incapacidade das lideranças políticas em assumir compromissos de longo prazo em prol do bem comum, preferindo antes a satisfação de programas de governo de curto prazo e de acordo com setores específicos

<p>Matriz Fofa – dimensão social</p>	<p>Oportunidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aumento da segurança 2. Especialização docente 3. Presença de ensino universitário 4. Possibilidade de qualificação de mão de obra 5. Vagas em turno integral nas escolas 6. Qualidade do ensino 7. Instalação da medicina alternativa 8. Saúde vocacionada para o setor social 9. Emprego disponível na área do conhecimento 10. Oportunidade de emprego (referida por apenas um município) 	<p>Ameaças</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rota de tráfico 2. Criminalidade 3. Violência 4. Fraude 5. Insegurança 6. Pouca consciência ambiental 7. Alta taxa de analfabetismo 8. Sucessão familiar 9. Conflito geracional 10. Consumismo desenfreado 11. Distorção dos valores morais 12. Baixa dotação orçamentária para as questões da saúde 13. Aumento das dependências 14. Aumento do fenômeno migratório 15. Aumento da pobreza
<p>Fortalezas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Três municípios referiram a segurança, em virtude de terem cobertura de câmeras de monitoramento e um bom sentimento de segurança local 2. A existência de turno integral em alguns municípios, acesso facilitado ao ensino superior, reconhecimento generalizado de que os ensinos fundamental e médio têm qualidade 3. Foi reconhecida como muito positiva a qualidade de vida, sobretudo nos municípios mais ruralizados. Ao nível local, também foi generalizado o reconhecimento de que a saúde primária era satisfatória 4. Cinco municípios elencaram programas ou ações de integração comunitária, ou de apoio à juventude 	<p>Potencialidades</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O turno integral explorado de forma construtiva, potenciando a formação completa do indivíduo 2. Valorização da qualidade de vida e apresentação dos seus valores como forma de atratividade para a renovação populacional e empresarial 3. A conservação dos índices de satisfação com a medicina de proximidade, bem como a sua abertura às medicinas alternativas, enquanto iniciativas preventivas e até potenciadoras de diversificação produtiva 4. Divulgação de bons resultados na gestão de assuntos sensíveis como saúde e segurança 	<p>Riscos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O aumento das dependências em consequência do ócio ou por questões culturais 2. Proliferação de fenômenos de violência doméstica ou vandalismo em função de uma crise de valores morais e culturais 3. Comprometimento do bom desempenho em áreas-chaves como a educação e a saúde por fraca dotação orçamentária, em consequência de diminuição da arrecadação devido à sonegação 4. Mergulho da população em um estado de pobreza em função de uma desaceleração do consumo e de uma concentração produtiva

Fraquezas	Debilidades	Vulnerabilidades
<ol style="list-style-type: none"> 1. Criminalidade associada às dependências 2. Insegurança 3. Falta de apoio à vítima 4. Deficiente rede de monitoramento e cruzamento de informação relativa à segurança 5. Falta de ensino tecnológico com jovens que acabam o ensino médio sem saber fazer o que deveriam ter aprendido 6. Mão de obra pouco qualificada 7. Falta de equipamentos desportivos nas escolas 8. Excesso de trabalho informal na área rural 9. Falta de planejamento pessoal, empresarial e institucional 10. Falta de lideranças 11. Renda baixa 12. Rede integrada de saúde deficiente 13. Necessidade de políticas públicas de prevenção e promoção da saúde 14. Desemprego 15. Alcoolismo e outras dependências 16. Falta de incentivo às organizações juvenis 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informalidade do emprego enquanto potencial de arrecadação e valorização do trabalhador 2. Falta de condições físicas para o desenvolvimento integral da criança e do jovem 3. Apesar de todos os recursos de ensino disponíveis, a qualificação da mão de obra ainda é um problema, em parte por inadequação dos currículos formativos 4. A insegurança surge como um entrave ao desenvolvimento e um potencial problema com a existência de públicos cada vez mais idosos no meio rural, em um quase isolamento, bem como pela proliferação das dependências 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Movimento migratório, sem sentimento de pertencimento por parte dos indivíduos que o integram, que condiciona o desenvolvimento local 2. O imediatismo na tomada de decisão, na esfera pública e na privada, na maioria das vezes, sem planejamento, o que contribui ativamente para o empobrecimento das populações e para a baixa rentabilidade das atividades econômicas 3. As culturas de raiz italiana e alemã dificultam a afirmação do jovem na propriedade rural, levantando problemas de sucessão e alimentando um êxodo para as cidades, que, geralmente, oferecem subempregos e podem levar o jovem despreparado a situações de risco

4.2 Síntese das matrizes e diretrizes

4.2.1 Síntese das matrizes Fofas regionais do Corede Produção por dimensão e temática

A construção da matriz Fofa seguinte teve como base o número de vezes que foi referida cada dimensão pelos participantes das reuniões quando da construção desse diagnóstico. A produção dessa matriz no coletivo tem como objetivo a interpretação e o cruzamento desses apontamentos com as dimensões sugeridas pela bibliografia de referência para este trabalho.

<p>Fortalezas</p> <p>56 Dimensão econômica (agricultura/ pecuária/ agroindústria e afins)</p> <p>35 Dimensão econômica (desenvolvimento econômico/ setor privado)</p> <p>20 Dimensão social (educação formal e não formal)</p> <p>18 Dimensão social (saúde e qualidade de vida)</p> <p>9 Dimensão institucional (gestão pública)</p> <p>4 Dimensão social (assistência social/ políticas setoriais etárias)</p>	<p>Oportunidades</p> <p>35 Dimensão econômica (desenvolvimento econômico/setor privado)</p> <p>32 Dimensão econômica (agricultura/ pecuária/ agroindústria e afins)</p> <p>25 Dimensão infraestrutural (localização/ infraestrutura/logística/ modais de transporte/comunicação)</p> <p>18 Dimensão institucional (gestão pública)</p> <p>12 Dimensão ambiental (clima/meio ambiente)</p> <p>10 Dimensão social (educação formal e não formal)</p> <p>8 Dimensão social (assistência social/ políticas setoriais etárias)</p> <p>6 Dimensão social (saúde e qualidade de vida)</p>
<p>Fraquezas</p> <p>45 Dimensão institucional (gestão pública)</p> <p>24 Dimensão social (assistência social/ políticas setoriais etárias)</p> <p>16 Dimensão econômica (agricultura/ pecuária/ agroindústria e afins)</p> <p>15 Dimensão infraestrutural (localização/ infraestrutura/ logística/ modais de transporte/ comunicação)</p> <p>14 Dimensão econômica (desenvolvimento econômico/ setor privado)</p> <p>10 Dimensão social (educação formal e não formal)</p> <p>4 Dimensão social (segurança)</p> <p>3 Dimensão social (saúde e qualidade de vida)</p>	<p>Ameaças</p> <p>28 Dimensão social (assistência social/ políticas setoriais etárias)</p> <p>27 Dimensão institucional (gestão pública)</p> <p>16 Dimensão econômica (agricultura/pecuária/ agroindústria e afins)</p> <p>15 Dimensão infraestrutural (localização/ infraestrutura/ logística/ modais de transporte/ comunicação)</p> <p>12 Dimensão ambiental (clima/meio ambiente)</p> <p>7 Dimensão econômica (desenvolvimento econômico/ setor privado)</p> <p>6 Dimensão social (segurança)</p> <p>4 Dimensão social (educação formal e não formal)</p> <p>3 Dimensão social (saúde e qualidade de vida)</p>

Quadro 1 – Síntese PED

(Continua)

Síntese das Matrizes	Diretrizes	Eixo Estratégico	Projetos	ODS (ONU)
<p>Na opinião dos participantes, a monocultura constitui um entrave ao desenvolvimento das comunidades, na medida em que condiciona o produtor e a diversidade da produção, além de representar perigo ambiental pelas soluções que usa no controle de pragas; ainda no que concerne ao agronegócio, o êxodo rural e a necessidade de proteção ao ambiente foram por diversas vezes relevados; concordou-se, também, que é necessário passar de uma contabilidade de foco meramente fiscal para uma contabilidade gerencial da propriedade rural.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fomentar a diversificação produtiva com enfoque na agricultura familiar, de origem orgânica; 2. Instalação de cooperativa agroindustrial regional; 3. Fixação de preço e mercado para o pequeno produtor; 4. Incentivo fiscal/financeiro à introdução de tecnologias limpas e também ao aproveitamento energético dos subprodutos na atividade rural; 5. Capacitação técnica e profissionalizante do produtor rural. 	<p>Eixo estruturante Agricultura Multifuncional</p>	<p>7.1.1 - Diversificação da pequena propriedade com base na produção de alimentos para autoconsumo/cultura de subsistência; 7.1.2 - Expansão da A1:E4Zagroindústria familiar a partir do excedente da produção agrícola; 7.1.3 - Gestão rural; 7.1.4 - Novo campo; 7.1.5 - Fortalecimento do papel da EMATER, junto ao produto rural; 7.1.6 - Trabalho integrado no desenvolvimento rural; 7.1.7 - Melhoramento dos rebanhos; 7.1.8 Pequenas unidades de abate integradas; 7.1.11 Tabela de preços mínimos ao produtor; 7.1.12 Qualificação da pastagem; 7.1.13 Apoio à diversificação produtiva de bens alimentares; 7.1.14 Expansão do Turismo Rural; 7.1.15 Aposta na saúde animal; 7.1.16 Aquisição de insumos agrícolas para recuperar a fertilidade do solo para melhoria da fertilidade, aumento da produção e de pastagens, etc; 7.3.10 Manutenção dos jovens no campo de forma a diminuir o êxodo rural; 7.8.1 Introdução da canola como cultura de inverno.</p>	<p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição; promover a agricultura sustentável. Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno, com preço acessível à energia para todos. Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p>
<p>Desenvolvimento econômico/setor público figura também nos dois quadranes vermelhos, mas em posições muito díspares. Para os participantes, a complexidade legislativa, a multiplicidade de organismos e organizações com influência nos processos de licenciamento (por exemplo) e sobre a atividade econômica constituem um entrave claro ao desenvolvimento empresarial e local.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistematizar e uniformizar a aplicação da legislação; 2. Capacitação técnica do gestor público municipal nos níveis executivo e legislativo; 3. Incentivo à construção de planos municipais de desenvolvimento sustentado articulados regionalmente; 4. Criação de uma agência regional de desenvolvimento regional; 5. Desburocratização. 	<p>Dinâmica econômica e Institucional</p>	<p>7.2.1 Alinhamento dos Planos Diretores Municipais (PDMs); 7.2.2 Instalação do Gabinete do Investidor a nível regional; 7.2.3 Programa Excelência da Gestão Pública; 7.2.8 Criação de uma Agenda de Desenvolvimento Regional no Corede; 7.2.12 Uniformização da estrutura de gestão regional; 7.2.13 Planos Estratégicos de Desenvolvimento municipais; 7.9.1 Cadastramento multifinalitário.</p>	<p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>

(Continuação)

<p>Foi também constatada a elevada dependência dos municípios em relação às verbas de repasse. Em média, um município precisaria de catorze meses de arrecadação própria para suportar um mês dos seus custos fixos.</p>	<p>1. Capacitar os responsáveis pelas finanças municipais sobre mecanismos de combate à sonegação de impostos/tributos e formas alternativas de geração de receita própria; 2. Redistribuição de tributos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local e regional.</p>	<p>Dinâmica econômica e Institucional</p>	<p>7.2.6 Aplicação da lei como fator dissuasor; 7.2.9 Redistribuição do ICMS; 7.2.11 Formação para os quadros técnicos fiscalizadores;</p>	<p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>Desenvolvimento econômico/setor privado: ficou claro, no processo de diagnóstico, que o setor industrial do Cordele assenta diretamente e quase exclusivamente no agronegócio (nas lógicas) e indiretamente nos lucros que gera (setor especulativo imobiliário e da construção civil); assim, é extremamente sujeito às flutuações de mercado e a instabilidades político-econômicas, como assistimos ao longo dos dois últimos anos.</p>	<p>1. Diversificar as atividades industriais com enfoque nos setores de saúde e educação; 2. Apostar na indústria recicladora e infra-estrutura de suporte para fornecimento de matéria-prima; 3. Apostar em Investigação e Desenvolvimento (I&D) em novas áreas de conhecimento e materiais; 4. Apostar nas infraestruturas de transporte para reduzir custos e potencializar os canais de exportação.</p>	<p>Dinâmica Econômica e Institucional e Eixos Agricultura Multifuncional e</p>	<p>7.1.9 Incentivo à instalação de unidade transformadora de soja; 7.1.10 Centro Tecnológico Regional; 7.2.4 Identificação do potencial turístico da região; 7.2.5 Mercados financeiros a serviço do produtor.</p>	<p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p>
<p>O clima/ambiente está em dois quadranes, com uma preponderância nas ameaças. Constatou-se, ainda, que há uma lacuna na informação para o planejamento dos processos produtivos do setor primário. A informação disponível no momento é difusa, acessível apenas por pedido e também foi referida a falta de informação sobre energias renováveis.</p>	<p>1. Expandir a atividade do Observatório do Clima, disseminando informação meteorológica previewal de apoio à gestão do processo produtivo agrícola; 2. Articular o conhecimento científico sobre microgeração com o mundo rural e as suas necessidades energéticas; 3. Proteção e preservação dos recursos hídricos por meio de classificação como recurso de importância estratégica para o estado do RS.</p>	<p>Eixo Meio Ambiente</p>	<p>7.5.1 Conclusão da rede de saneamento básico; 7.5.2 Estações de Tratamento de Esgotos; 7.5.3 Micro geração energética na propriedade rural; 7.5.4 Eco centros; 7.5.5 Eco Ponto; 7.5.6 Recuperação das matas ciliares; 7.5.7 Observatório climático; 7.5.8 Levantamento geológico e geomórfico da região; 7.5.9 Aproveitamento das águas pluviais; 7.5.10 Ampliação dos pontos de coleta de água para análise e transparência na divulgação dos resultados.</p>	<p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e de saneamento para todos. Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.</p>

(Continuação)

<p>As questões de logística apareceram, também, nos quatro quadrantes. No quesito "fortalezas", contribui sobretudo a posição geoestratégica do território relativamente aos polos produtores do estado, mas, nos outros itens, claramente, as infraestruturas rodoviária e de comunicações foram as que mais levantaram observações, pela deficiência ou até inexistência dessas. Há, também, referência especial para a necessidade de alternativas de mobilidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Melhorar as condições de navegabilidade das rodovias; Diversificar os modais de transporte de pessoas e mercadorias; Apoiar a introdução de energias renováveis nos meios de transporte; Expandir a taxa de cobertura da rede móvel de comunicação e de dados; Instalar porto seco no município referência regional. 	<p>Eixo estruturante Logístico</p>	<p>7.4.1 Ampliação e melhoria do Aeroporto Lauro Kurtz;</p> <p>7.4.3 Ciclovias como alternativa na mobilidade urbana;</p> <p>7.4.4 Condomínio industrial simbiótico;</p> <p>7.4.5 Construção de um viaduto na RS-135 no trevo da BR-285;</p> <p>7.4.6 Criação e revitalização das áreas de repouso ao longo das estradas intermunicipais;</p> <p>7.4.7 Duplicação da BR-285 entre Carazinho e Passo Fundo;</p> <p>7.4.8 Duplicação da BR-386 entre Soledade e Frederico Westphalen;</p> <p>7.4.9 Duplicação da RS-135 entre Passo Fundo e Erechim;</p> <p>7.4.10 Duplicação da RS-324 entre Passo Fundo e Casca;</p> <p>7.4.11 Manutenção da RST-153 entre Passo Fundo e Tio Hugo;</p> <p>7.4.12 Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um aeroporto internacional de cargas;</p> <p>7.4.13 Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um ramal ferroviário de ligação entre Carazinho e a linha Norte-Sul;</p> <p>7.4.14 Internet para todos;</p> <p>7.4.15 Pavimentação asfáltica ERS 330 entre o Distrito de São Bento (CZO)/Chapada;</p> <p>7.4.16 Plano de recuperação e ampliação do modal ferroviário do norte do estado;</p> <p>7.4.17 Recuperação asfáltica VRS 801 entre o entroncamento com a BR-386 e Chapada;</p> <p>7.4.18 Caminhos de ferro;</p> <p>7.4.19 Aeroporto internacional de cargas.</p>	<p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>
--	--	------------------------------------	--	---

(Continuação)

<p>No capítulo da educação, foi transversal a identificação da necessidade de cursos tecnológicos vocacionados para o setor econômico central da região e, surpreendentemente, a necessidade de formação para os titulares de cargos públicos em áreas-chave para uma gestão pública eficaz e eficiente.</p> <p>Os problemas de sucessão e o êxodo rural assumiram papel preponderante nas discussões, sendo que todos concluíram a favor da necessidade de mudanças acentuadas nas mentalidades, a fim de motivar os jovens a fixarem-se no campo e atrair para o mundo rural pessoas que hoje habitam na cidade. O envelhecimento do mundo rural configura um desafio, uma vez que, na opinião geral, as comunidades não estão preparadas, nem no campo técnico nem na infraestrutura, para lidar com as exigências próprias desses públicos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar mecanismos de capacitação permanente dos decisores políticos e outros atores envolvidos na gestão local e regional; 2. Criar vagas em escolas técnicas profissionais para que os jovens possam continuar no campo ou na sua cidade de origem; 2. Formação continuada de professores da rede de ensino público; 4. Ampliação da oferta de vagas na educação infantil – dos 0 aos 5 anos; 5. Difusão do modelo de escola inclusiva; 6. Implementação dos conceitos associados à Cidade Educadora; 7. Aumento da atratividade econômica do mundo rural para faixas etárias superiores aos 40 anos. 	<p style="text-align: center;">Eixo Educação</p>	<p>7.3.1 Programa Líderar o Futuro;</p> <p>7.3.2 Aprender e aprender a fazer;</p> <p>7.3.3 Gestão financeira nas escolas;</p> <p>7.3.4 Implantação do turno integral;</p> <p>7.3.5 Cultura da paz na escola;</p> <p>7.3.6 Formação continuada de professores;</p> <p>7.3.7 Formação integral da criança e do adolescente;</p> <p>7.3.8 Alargamento da oferta para berçário e creche;</p> <p>7.3.9 Instalação de ludotecas multigeracionais.</p>	<p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p>
<p>Cabe, ainda, uma referência específica ao que se considerou sobre a cultura política. De fato, foram identificadas atitudes por parte dos detentores de cargos públicos que denotam baixos índices de democraticidade e valorização do bem comum, além da necessidade de manutenção de pacotes de regime em áreas-chave para o desenvolvimento local e regional.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação de lideranças; 2. Desenvolver políticas públicas setoriais articuladas regionalmente; 3. Implementar um programa de intercâmbio focado nas melhores práticas de gestão pública. 	<p style="text-align: center;">Eixo Educação</p>	<p>7.6.3 Formação para gestores públicos na área da saúde.</p>	<p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>

(Conclusão)

<p>Curiosamente, a questão da saúde é transversal à Fofa de Produção. De acordo com os integrantes do processo de diagnóstico, as falhas do sistema e o processo de regionalização não estão sendo entendidos e carecem de esclarecimentos e implementação de soluções alternativas que aumentem a capacidade de resposta do sistema.</p>	<p>1. Implementar políticas de saúde preventiva; 2. Dissociação dos recursos financeiros conforme as diferentes tipologias de internação hospitalar.</p>	<p>Eixo Saúde</p>	<p>7.2.10 Instalar uma rede de assistência social no Corede; 7.6.1 Qualificação das equipes da APS (Atenção Primária à Saúde); 7.6.2 Qualificação das infraestruturas da APS; 7.6.4 Motolância; 7.6.5 Oficinas terapêuticas; 7.6.6 Inclusão da saúde mental no atendimento básico de saúde; 7.6.7 A academia da saúde como suporte ao combate das doenças crônicas não transmissíveis; 7.6.8 Médico no pré-natal; 7.6.9 Apoio à melhor idade, um serviço à comunidade; 7.6.10 Programa regional de combate às dependências; 7.6.11 Apoio à melhor idade; 7.6.12 Associação de novos serviços de proximidade como resposta à necessidade de viabilização dos hospitais locais.</p>	<p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p>
<p>O tema de segurança foi um dos mais referidos como fulcral para o desenvolvimento da região pela cidadania presente no processo de diagnóstico e é corroborado pelas estatísticas. A insegurança e o sentimento de insegurança foram, muitas vezes, confundidos, mas os números elevados de ocorrências, a sobrelotação do sistema prisional, a alta taxa de mortalidade nas estradas e a baixa taxa de cobertura do videomonitoramento são fatores de reflexão.</p>	<p>1. Aumentar o sentimento de segurança das populações pelo aumento do efetivo em operação ostensiva; 2. Ampliar a taxa de cobertura de videomonitoramento e agregar soluções ao sistema para obviar penas e proteger vítimas; 3. Fortalecer, com meios e tecnologia, as forças de segurança, para suprir as falhas de efetivo; 4. Intervir nas escolas com ações de educação para a cidadania responsável e para a segurança.</p>	<p>Eixo Segurança</p>	<p>7.2.7 Fórum de Políticas Públicas; 7.4.2 Aquisição de balanças rodoviárias móveis; 7.7.1 Tomozeleira eletrônica integrada na rede de videomonitoramento; 7.7.2 Integração de civis nas atividades administrativas das forças de segurança pública; 7.7.3 Renovação de frota dos órgãos de segurança pública; 7.7.4 Sistema de proteção às mulheres vítimas de violência; 7.7.5 (GP - reforçar para agilizar; 7.7.6 Mediação de conflitos; 7.7.7 Recomposição do efetivo na proporção das saídas; 7.7.8 Inserção eletrônica de boletins de ocorrência (plataforma integrada); 7.7.9 Segurança nos currículos escolares; 7.7.10 Alargamento do videomonitoramento; 7.7.11 Regionalização do número de emergência 190.</p>	<p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>

Fonte: elaborado por João Filipe Torres Soares com base nos dados do estudo e da ODS e ONU.

4.3 Referenciais estratégicos do Corede Produção (visão, vocação e valores)

Uma etapa fundamental da atualização deste plano foi a definição de diretrizes e referenciais estratégicos fundamentados na visão, na vocação e nos valores da comunidade regional. Atingindo-se, dessa forma, o desiderato proposto por Siedenberg de que por meio de uma discussão fundamentada entre os cidadãos se promove o seu empoderamento social.

Foi pedido aos participantes das oficinas temáticas que, sucintamente, descrevessem o que pretendiam para a sua região para a próxima geração, elencassem três valores ético-morais que reconheçam na comunidade regional e, ainda, que definissem as três principais vocações regionais.

Esse exercício revelou-se gratificante na medida em que reiterou o verificado pelo processo de diagnóstico, enquadrando as necessidades problematizadas no perfil socioeconômico do Corede e revelou um elevado grau de maturidade social, econômica e ambiental da cidadania da região.

De fato, a vocação agrícola e agroindustrial central para o desenvolvimento da região assim como a relevância e a preocupação com a componente logística e de distribuição apontam o caminho para a comunidade, fundamentado pela aposta na valorização do capital humano da região por meio da contínua aposta na educação.

Quanto aos valores, perpassam as características de um povo lutador, que sabe que as dificuldades são mais facilmente transpostas se enfrentadas de uma forma solidária, relevando a necessidade da confiança e da força do trabalho.

Visão

- Crescer em conhecimento, de forma economicamente sustentada, valorizando as nossas origens, na busca dos valores essenciais para o ser humano.

Vocação

- Agronegócio
- Logística
- Educação

Valores

- Capacidade de trabalho
- Solidariedade
- Confiabilidade

4.3.1 Estratégias

Pretendemos que as estratégias de desenvolvimento possibilitem a mais assertiva resposta aos desafios que a região enfrenta. Foram identificadas áreas de intervenção estruturante e fundamental para o processo evolutivo da região, bem como aquelas compreendidas como de suporte, pela sua transversalidade e intemporalidade.

Os programas de desenvolvimento estão fundeados nos macro-objetivos (SIEDENBERG, 2010) para o desenvolvimento da região, revelando ações (projetos) que conduzirão aos resultados pretendidos, com a contribuição da cidadania presente em todo esse processo de atualização, com especial enfoque nos participantes das reuniões temáticas e das reuniões com técnicos e especialistas nas áreas temáticas inscritas na metodologia subjacente à elaboração dessa atualização. Conforme indicação da SPGG, as ações estratégicas do Corede Produção foram construídas com base na análise do diagnóstico técnico, da análise situacional, dos elementos resultantes da matriz Fofa, referenciais estratégicos definidos, conforme metodologia já explicitada. Com a utilização de todas essas ferramentas e o acompanhamento permanente da cidadania envolvida no processo por meio dos diversos momentos de discussão em assembleia, alcançamos o consenso em torno das estratégias, ações e projetos que constam neste trabalho.

4.4 Conceitos teóricos para o desenvolvimento regional

- Eco economia – modelo econômico que envolve o surgimento de redes complexas de empresas e atividades econômicas viáveis que se utilizam de recursos ecológicos de forma mais sustentável e ecologicamente eficiente (como novas empresas geradoras de energia renovável, empresas de agroturismo, de processamento e abastecimento de alimentos e empreendimentos sociais). O mais importante é que elas não resultam em uma redução líquida de recursos. Ao contrário, proporcionam benefícios cumulativos que agregam valor aos espaços rurais e regionais, tanto em termos ecológicos quanto econômicos (HORLINGS; MARSDEN, 2009).
- Desenvolvimento sustentável – desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987).
- Economia circular restaurativa – ciclo de desenvolvimento positivo contínuo que preserva e melhora o capital ambiental, otimiza o rendimento dos recursos, minimiza os riscos de o sistema esgotar recursos finitos e potencializa os fluxos renováveis. A economia circular funciona de forma eficaz em todas as escalas (AZEVEDO, 2015).
- Cadeias produtivas e agronegócio – as cadeias agroalimentares curtas remetem a formas de comercialização que expressam proximidade entre produtores e consumidores, não única e necessariamente no aspecto espacial, mas com uma espécie de conexão que permita provocar interatividade, facilitando que ambos conheçam os propósitos um do outro. Estudos de pesquisadores diversos mostram que essas iniciativas se compõem como uma inovação social que vem oportunizando novas possibilidades aos agricultores familiares e contribuindo para que sejam estabelecidos novos processos de desenvolvimento local. As cadeias agroalimentares curtas surgem e ganham maior relevância no contexto da globalização e em um momento em que as sociedades contemporâneas

passam a conviver com o que o sociólogo Ulrich Beck chamou de “risco sistêmico”, que faz com que os problemas de saúde pública, do meio ambiente e da demografia assumam proporções nunca antes imaginadas (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

- Multifuncionalidade na propriedade agrícola – o conceito de multifuncionalidade está ligado à noção do papel exercido pela agricultura na economia, assim, a agricultura não se limitaria, unicamente, à sua função primária, ou seja, à produção de alimentos e de matérias-primas. Ela desempenha, de fato, inúmeras atribuições: a garantia de certo nível de segurança alimentar, proteção do meio ambiente, criação de empregos, gestão dos territórios rurais e dos recursos naturais, como solo, biodiversidade, dentre outros (GAVIOLI; COSTA, 2011).
- Governança – a governança local ou territorial propriamente dita é associada a processos de descentralização ou de desconcentração do Estado, que levam à multiplicação dos atores, ao policentrismo e à fragmentação dos poderes (SABOURIN, 2016).
- Posicionamento geoestratégico – localização geoespacial de um dado território.

4.5 Eixos

4.5.1 Eixos estruturantes

Agricultura multifuncional

- Transformar a propriedade rural em espaço multifuncional, em que a produção de bens alimentares/agrícolas seja apenas uma das parcelas do seu rendimento. Pretende-se que ela seja microgeradora de energia a partir de fontes renováveis, recicladora de resíduos orgânicos, retransmissora de sinais de telefonia móvel e de internet, polo de educação e dinamizadora de atitudes ambientalmente sustentáveis, barreira à entrada de agentes poluidores nos polos urbanos e local de lazer para as populações urbanas.
- Estimular a diversificação na pequena propriedade, tendo por base a produção para autoconsumo, a organização de mercado e a comercialização com investimento em cadeias curtas de valor.

- Fortalecer a agroindústria familiar (transformar a produção para agregar valor).
- Potencializar a infraestrutura no meio rural com energia de qualidade, telefonia, internet e redes de distribuição de água.
- Desenvolver práticas sustentáveis na agricultura para preservação e conservação do solo, de água e dos ecossistemas.
- Fortalecer a assistência técnica por segmento, com investimento produtivo e tecnológico, fortalecendo também as cadeias produtivas e os APLs.
- Viabilizar a instalação de pequenas unidades de abate integradas e disseminadas no território.
- Disseminar práticas de exploração econômica, de forma sustentada na reserva agrícola legal.
- Estimular, no meio rural, uma nova matriz energética direcionada à exploração de energias 100% renováveis.

Criação de núcleo logístico regional

- Explorar a posição geoestratégica muito favorável do triângulo composto por Passo Fundo, Carazinho e Tio Hugo, com o objetivo de criar um polo logístico multimodal, que assegure o escoamento da produção e aumente a rentabilidade do transporte e da produção.
- Instalar, em Tio Hugo e em Soledade, parques de apoio aos transportadores.
- Estudo de viabilidade técnica e ambiental para a ligação de Carazinho à linha ferroviária norte/sul para transporte de mercadorias e passageiros.
- Instalar terminal de *containers* entre Passo Fundo e Carazinho.
- Concluir o redimensionamento do aeroporto de Passo Fundo e proceder à análise para sua conversão em aeroporto internacional.
- Proceder a um redesenho dos trevos rodoviários dos itinerários principais da região.
- Realizar trabalhos de duplicação rodoviária.
- Instalar um porto seco em Soledade.
- Asfaltar a rede viária secundária de suporte às vias estruturantes.

4.5.2 Eixos de suporte

Dinâmica econômica e institucional

- Desburocratização.
- Facilitação dos processos de licenciamento.
- Uniformização dos PDMs em nível regional.
- Criação de condições para a instalação de atividade industrial ligada à reciclagem e ao fortalecimento da atividade existente relativa ao agronegócio.
- Padronização de fronteiras, de modo a fazer coincidir as fronteiras de coordenadorias, delegacias e demais organismos do estado com as dos Coredes ou as funcionais.

Educação

- Ressignificar a prática pedagógica em espaços escolares e não escolares (formação continuada de professores).
- Reformar as edificações e estruturas físicas das escolas de ensino médio.
- Ampliar o turno integral para o ensino fundamental e médio.
- Padronizar a responsabilidade do ensino fundamental para os municípios e a do ensino médio para o estado.
- Constituir turmas que, do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, sejam acompanhadas pelo mesmo professor (responsável pela alfabetização).
- Disponibilizar apoio financeiro de incentivo ao empreendedorismo juvenil.
- Ampliar as atividades de desporto escolar.
- Remodelar o ensino profissionalizante.
- Instalar o ensino politécnico na área da zootecnia, entre outras relacionadas ao setor agropecuário e agroindustrial.
- Criar e instalar uma ludoteca comunitária.
- Construir um centro de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual.

Meio ambiente

- Apoio meteorológico preventivo ao produtor, com vistas à mitigação de desastres naturais e ao planejamento do processo produtivo.
- Cadastramento territorial multifinalitário.
- Preservação do bioma mata atlântica e matas ciliares.
- Proteção dos mananciais de água de superfície e subterrânea.
- Rigidez dos critérios de admissibilidade de agroquímicos no estado.
- Aumento da taxa de cobertura de saneamento e instalação das estações de tratamento de esgotos.
- Instalação de ecopontos e de ecocentros, fomento à reciclagem e cumprimento do ordenamento jurídico na gestão de resíduos.

Saúde

- Formação para gestores da área.
- Qualificação da atenção básica.
- Recuperação dos hospitais microrregionais, para que se caracterizem como retaguarda aos centrais.
- Associação, aos trabalhos já existentes, de cuidados de curta duração, cuidados continuados e cuidados paliativos, nos hospitais microrregionais.
- Reativação do Núcleo de Apoio à Atenção Básica e das oficinas terapêuticas.
- Combate ao alcoolismo como demanda regional.
- Abertura de espaços para cuidados geriátricos.
- Criação da força de intervenção rápida em saúde.
- Aumento do grau de complexidade em alguns hospitais.

Segurança

- Informatização dos processos e preenchimento on-line das diversas documentações que caracterizam as ocorrências.
- Aumento da cobertura do videomonitoramento regional e integração com a tornozeleira eletrônica e equipamentos de proteção à vítima.

- Integração de civis, disponibilizados pelo reordenamento dos órgãos estaduais, na área administrativa das forças de segurança.
- Plano de renovação de frota, com recursos de leilão de viaturas usadas como fonte de cofinanciamento.
- Recomposição do efetivo em base anual e conforme volume de aposentações.
- Reunificação das cadeias de comando e regiões administrativas.
- Centralização do atendimento do número de emergência 190 e consolidação desse como um número universalmente acessível.
- Desenvolvimento de atividades escolares de formação e informação.
- Criação de um fórum de discussão para a elaboração de políticas públicas voltadas à área de segurança.

5 Carteira de projetos do Corede Produção

5.1 Eixo estratégico: agricultura, agroindústria e tecnologia

5.1.1 Diversificação da pequena propriedade com base na produção de alimentos para autoconsumo/cultura de subsistência

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Diversificação da pequena propriedade com base na produção de alimentos para autoconsumo/cultura de subsistência</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: secretários municipais da agricultura

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivos: introduzir novas práticas para a propriedade e o produtor, aumentando a eficiência e a eficácia da propriedade, gerando autoconsumo e subsistência na produção – num contexto em que o excedente poderá ser comercializado –, ampliando a renda para o produtor, favorecendo e encurtando as redes de distribuição no mercado regional; garantir fontes de bens alimentares em longo prazo, agregar valor à propriedade rural e evitar o êxodo rural, fixando o jovem na propriedade.
Justificativa: agricultura é fonte de crescimento e renda na região. A população, em sua grande maioria, depende desse setor econômico, logo, o seu dinamismo é vital, tanto para a subsistência das famílias envolvidas na produção quanto para fornecer alimento às populações urbanas.
Público-alvo: produtor rural

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Agricultura
Órgãos públicos envolvidos: Seapi, SDR e Emater
Organizações parceiras: Embrapa, Conalter e universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: no curto prazo, pretende-se reduzir em 30% a compra de produtos alimentícios na propriedade; no médio prazo, além de comercializar, localmente, também se pretende agroindustrializar 80% dos excedentes de forma caseira, já no longo prazo, abastecer o mercado local e regional com produtos <i>in natura</i> e agroindustrializados.
Custos: R\$ 21.000.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Análise da propriedade, com custo aproximado de R\$ 1.050.000,00 e duração estimada de 2 meses. Produção diversificada e comercialização dos excedentes <i>in natura</i> ou agroindustrializados, com custo aproximado de R\$ 19.950.000,00 e duração estimada de 22 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00
Fontes de recursos: Feaper, Seapi, PPA estadual e PPA federal, bancos de fomento

5.1.2 Expansão da agroindústria familiar a partir do excedente da produção agrícola (leite, peixe, hortifrutigranjeiros, etc.)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Expansão da agroindústria familiar a partir do excedente da produção agrícola (leite, peixe, hortifrutigranjeiros, etc.)</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 42.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: secretários municipais da agricultura

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: acrescentar renda ao produtor; valorizar a produção local e o saber popular; encurtar as redes de distribuição; agregar valor à propriedade rural; evitar o êxodo rural, fixando o jovem na propriedade.

Justificativa: agricultura é fonte de crescimento e renda na região. A população, na sua grande maioria, depende desse setor econômico, logo, o seu dinamismo é vital tanto para a subsistência das famílias envolvidas na produção quanto para fornecer alimento às populações urbanas.

Público-alvo: produtores rurais da agricultura familiar

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Agricultura dos municípios do Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Secretarias Municipais de Agricultura e Emater

Organizações parceiras: Embrapa e universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: com os hortigranjeiros produzidos nas propriedades rurais da região, no curto prazo, pretende-se incrementar em 20% a renda do grupo familiar e em termos de ganho da propriedade; no médio prazo, ampliar a participação no mercado com a comercialização de seus produtos; e, no longo prazo, abastecer o mercado local e regional com produtos *in natura* e agroindustrializados.

Custos: R\$ 42.000.000,00

Prazo: 36 meses

Etapas:

De 1 a 6 meses para identificar produtores, mapear sua produção e expertise.

De 6 a 12 meses para sensibilização dos produtores e capacitação para atividade com custo aproximado de R\$ 1.260.000,00 e duração estimada de 12 meses.

De 18 a 24 meses para elaboração dos projetos técnicos e respectivo licenciamento.

De 24 a 36 meses para execução da obra física, definição da embalagem e estratégia de comercialização.

A partir do 36º mês, atuação no mercado, com custo aproximado de R\$ 40.740.000,00 e duração estimada de 24 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 42.000.000,00
Fontes de recursos: bancos de desenvolvimento, ministérios, secretarias estaduais e emendas parlamentares

5.1.3 Gestão rural

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Gestão rural</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Sebrae

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: introduzir a cultura da gestão nas propriedades rurais, com vistas à sustentabilidade (social, econômica e ambiental)
Justificativa: altos índices de desperdício de alimentos na cadeia campo/consumidor; necessidade de apurar o custo real de produção; necessidade de rentabilizar as operações no campo; fixação dos jovens no meio rural; desconhecimento dos produtores de ferramentas de gestão que possam melhorar a lucratividade e o melhor aproveitamento das áreas de cultivo na perspectiva da sustentabilidade.
Público-alvo: produtor rural

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Sebrae
Órgãos públicos envolvidos: Seapi e SDR
Organizações parceiras: Emater, Senar e sindicatos

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: capacitar mil agricultores no prazo de 24 meses; reduzir em 10% o desperdício de grãos na cadeia produtor > consumidor.
Custos: R\$ 5.000.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Elaboração do plano de formação e definição dos conteúdos programáticos, com custo aproximado de R\$ 40.000,00 e duração estimada de 4 meses. Aplicação das capacitações com custo aproximado de R\$ 4.960.000,00 e duração estimada de 20 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00 Os recursos irão custear a elaboração do plano de formação, a aquisição e/ou elaboração de material didático, a aquisição de equipamentos necessários para a realização de oficinas e cursos, contratação de uma entidade executora do plano de formação.
Fonte de recursos: Sebrae

5.1.4 Novo campo

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Novo campo</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: secretários municipais da agricultura

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: incentivar a sucessão rural por meio do financiamento da agroindústria, financiando projetos que agreguem valor aos produtos do campo, viabilizando a permanência do jovem no campo.
Justificativa: o crescente êxodo rural traz severas preocupações para o futuro da alimentação dos povos e, nesse contexto, é notório que as novas gerações não sentem-se atraídas pela vida no campo, principalmente em decorrência da falta de oportunidades de negócios vinculadas ao campo. Diante disso, urge a necessidade da criação de mecanismos, a partir da agregação de valor aos produtos do campo, para que esses elementos possam ser fonte de renda para os jovens, garantindo, com isso, a sua permanência no meio rural.
Público-alvo: jovens de 15 a 25 anos residentes no meio rural dos municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
Órgãos públicos envolvidos: Emater, Seapi e Senar
Organizações parceiras: Bancos públicos com linhas de crédito para o pequeno produtor

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: aplicar em novas agroindústrias 90% dos recursos previstos, para que possam fazer inovação, por meio de novas embalagens e até campanhas de divulgação do setor.
Custos: R\$ 5.000.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Diagnóstico da situação de cada agroindústria. Entrevista com os envolvidos. Análise dos projetos apresentados, com custo aproximado de R\$ 50.000,00 e duração estimada de 3 meses. Liberação do recurso para execução com custo aproximado de R\$ 4.950.000,00 e duração estimada de 45 meses. Análise dos resultados. Pesquisa de satisfação. Reunião de monitoramento.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.5 Fortalecimento do papel da Emater junto ao produtor rural

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Fortalecimento do papel da Emater para o produtor rural</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.250.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: qualificar a intervenção da Emater no sentido do estabelecimento dos princípios da agricultura multifuncional

Justificativa: necessidade de formar o produtor e mostrar as mais valias da multifuncionalidade da propriedade; demonstrar os ganhos econômico-financeiros da multifuncionalidade; levar o agrônomo à propriedade antes do vendedor de defensivos.

Público-alvo: produtores rurais da agricultura familiar

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Emater

Órgãos públicos envolvidos: Seapi e Secretarias Municipais de Agricultura

Organizações parceiras: Sindicatos Rurais, Fetag e Farsul

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: fazer cursos e palestras para os técnicos, para que seja possível qualificar 70% dos quadros da Emater e aumentar em 100% o volume de visitas às propriedades.

Custos: R\$ 5.250.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Qualificar, com custo aproximado de R\$ 250.000,00 e duração estimada de 12 meses.

Introduzir os valores da multifuncionalidade da propriedade, com custo aproximado de R\$ 5.000.000,00 e duração estimada de 36 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 5.250.000,00

Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.6 Trabalho integrado no desenvolvimento rural

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Trabalho integrado no desenvolvimento rural</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.200.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: responsável pela Emater

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: implantar a multifuncionalidade da propriedade agrícola, para que seja possível agregar valor aos produtos, diferenciando os produtores regionais e fazendo com que seja possível a permanência por mais tempo da família no campo.
Justificativas: aumento da taxa de rentabilidade do agronegócio; necessidade de fixar o jovem na propriedade, de diversificar a produção agrícola e a correlação com outras áreas de negócio e investir nas cadeias curtas de valor.
Público-alvo: pequenos produtores

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Seapi e Secretarias Municipais de Agricultura
Organizações parceiras: Corede Produção, Emater, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Fetag

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: investir em média R\$ 200.000 por município no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, por meio de implantação de novas estratégias dos negócios rurais.
Custos: R\$ 4.200.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Elaboração do projeto com custo aproximado de R\$ 42.000,00 e duração estimada de 8 meses. Execução com custo aproximado de R\$ 4.158.000,00 e duração estimada de 40 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.200.000,00, com R\$ 4.158.000,00 para investimentos
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.7 Melhoria dos rebanhos

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Melhoria dos rebanhos</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Seapi

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o escopo do projeto é aumentar a qualidade e a quantidade da produção leiteira da região, considerando que estamos em uma ótima região para a produção leiteira.
Justificativa: atualmente, a região apresenta uma baixa produtividade do rebanho leiteiro, sendo possível, por meio de melhorias, elevar a produtividade, para, assim, agregar mais renda ao produtor. Na região, existem alguns municípios com bons índices, mas, de uma forma geral, os números estão muito abaixo do que é possível produzir. Também leva-se em consideração que a atividade é uma ótima oportunidade de manutenção do jovem no campo por mais tempo. Evitar problemas de adaptação das matrizes se importadas.
Público-alvo: produtores de leite da região do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Emater e Seapi
Organizações parceiras: universidades comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: melhorar a qualidade do leite
Custos: R\$ 1.000.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Análise inicial da situação de cada município. Identificação das raças dos rebanhos. Criação de grupos de trabalho. Elaboração do projeto e licitação, com custo aproximado de R\$ 50.000,00 e duração estimada de 8 meses. Aquisição e execução, com custo aproximado de R\$ 950.000,00 e duração estimada de 40 meses. Avaliação dos resultados iniciais. Implantação das melhorias. Encontro regional de resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.8 Pequenas unidades de abate integradas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: AGRICULTURA
Título: <i>Viabilizar a instalação de pequenas unidades de abate integradas e disseminadas no território (ovinos, frango caipira, peixe, etc.)</i>
Localização: municípios do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.200,000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: viabilizar a instalação de pequenas unidades de abate integradas e disseminadas no território nas atividades de ovinocultura, avicultura caipira, piscicultura, dentre outras, com o propósito de introduzir novas práticas na propriedade e para o produtor, a fim de aumentar a eficiência e a eficácia da propriedade; acrescentar renda ao trabalho do produtor; ampliar o mercado regional; encurtar as redes de distribuição; garantir fontes de bens alimentares em longo prazo; agregar valor à propriedade rural; evitar a êxodo rural, fixando o jovem na propriedade. Em curto prazo, pretende-se reduzir em 30% a compra de produtos alimentícios na propriedade; em médio prazo, além de comercializar localmente, também buscar-se-á agroindustrializar excedentes de forma caseira; e, no longo prazo, abastecer o mercado local e regional com produtos <i>in natura</i> e agroindustrializados.
Justificativa: agricultura é fonte de crescimento e renda na região. A população, na sua grande maioria, depende desse setor econômico, logo, o seu dinamismo é vital tanto para a subsistência das famílias envolvidas na produção quanto para o fornecimento de alimento às populações urbanas.
Público-alvo: produtores rurais da agricultura familiar

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Secretarias Municipais de Agricultura e Emater RS
Organizações parceiras: associações comerciais e industriais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: sim
Licitação: sim

5 - PRODUTOS DO PROJETO
Meta: instalação de pequenas unidades
Produto: instalação de uma unidade em cada município
Prazo: até 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.200,000,00
Fontes de recursos: Feaper, Seapi e recursos próprios
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim (PPA Seapi Inspeção dos Produtos de Origem Animal)
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Duração: 36 meses

5.1.9 Incentivo à instalação de unidade transformadora de soja

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Incentivo à instalação de unidade transformadora de soja</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: instalar uma agroindústria de transformação da soja, buscando também atração de agroindústrias.

Justificativa: a região do Corede Produção é reconhecida como um das regiões de maior produção de soja do estado, contando com uma alta tecnologia e agricultura de precisão, sendo grande parte dessa produção vendida ou exportada *in natura*. A instalação de uma agroindústria voltada para a transformação da soja irá agregar valor ao produto, gerando mais lucratividade para o produtor e fomentando os empregos na região.

Público-alvo: pequenos, médios e grandes produtores de soja da região do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Órgãos públicos envolvidos: Fepam, Secretarias Municipais de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Planejamento

Organizações parceiras: cooperativas, Emater e instituições financeiras

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: não

Licença ambiental: sim

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: instalar na região do Corede Produção uma agroindústria de transformação da soja

Custos: R\$ 500.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Identificação do local, elaboração do projeto e licenciamento ambiental, com custo aproximado de R\$ 50.000,00 e duração estimada de 12 meses.

Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 450.000,00 e duração estimada de 36 meses.

Aquisição da área.

Regularização da área.

Avaliação do andamento do projeto.

Reunião com lideranças.

Apresentação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00

Fontes de recursos: instituições financeiras e empresas privadas

5.1.10 Centro tecnológico regional

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Centro tecnológico regional</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o escopo do projeto relacionado é o de promover a instalação de um centro de referência em tecnologia para o agronegócio, que sirva de motor à I&D na região. O resultado pretendido do projeto é de ter um centro de referência instalado na região.
Justificativa: os investimentos em I&D aparecem, muitas vezes, afastados da realidade produtiva regional e sem comunicação interempresarial.
Público-alvo: empresários e investidores da área de abrangência do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: universidades
Órgãos públicos envolvidos: SPGG e Ministério da Ciência e Tecnologia
Organizações parceiras: universidades, empresas privadas da área de tecnologia, etc.

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: implantar o centro de referência
Custos: R\$ 2.500.000,00
Prazo: 24 meses
Étapas: Preparação de edital para o processo de licitação, contratação de empresa, com custo aproximado de R\$ 250.000,00 e duração estimada de 12 meses. Execução da obra com custo aproximado de R\$ 2.250.000,00 e duração estimada de 12 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.500.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos estatais, Seapi e Ministério da Ciência e Tecnologia

5.1.11 Tabela de preços mínimos ao produtor

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Tabela de preços mínimos ao produtor
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Emater

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: estabelecer tabela de preços mínimos a serem pagos ao produtor, beneficiando, também, os produtos hotifrutigranjeiros de toda a região do Corede Produção. O projeto pretende chegar ao final com uma tabela de preços mínimos, que sejam praticados.
Justificativa: os produtores veem, nessa tabela de preço mínimo, uma garantia de custos e de mais lucratividade.
Público-alvo: produtores rurais

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Seapi e Secretarias Municipais de Agricultura
Organizações parceiras: sindicatos de produtores rurais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: ter uma tabela dos principais produtos com seus preços mínimos praticados, elaborada e apresentada a toda a cadeia.
Custos: R\$ 20.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: <ul style="list-style-type: none"> Análise prévia das necessidades. Verificação dos produtos que necessitam do preço mínimo. Mapeamento dos produtos, com custo aproximado de R\$ 10.000,00 e duração estimada de 3 meses. Definição dos preços mínimos, com custo aproximado de R\$ 10.000,00 e duração estimada de 9 meses. Monitoramento dos resultados. Acompanhamento dos efeitos na cadeia produtiva. Reunião com lideranças. Apresentação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000,00
Fontes de recursos: Emater

5.1.12 Qualificação da pastagem

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Qualificação da pastagem</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura e Pecuária

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o escopo do projeto em questão é o de incentivar a instalação de pastagem perene no território da região do Corede Produção, a fim de que seja possível uma melhor sustentabilidade das atividades envolvidas nas propriedades rurais.
Justificativa: atualmente, as áreas de pastagens na região não são planejadas, o que faz com que os produtores rurais necessitem complementar a alimentação dos rebanhos com ração e outros alimentos, o que, em muitos casos, acaba por inviabilizar a atividade. Além disso, há a questão do uso racional das áreas, o que, com a implantação de pastos perenes, será amenizado e melhorado, fazendo com que os índices regionais de desenvolvimento do rebanho melhorem rapidamente. Também, pretende-se aliviar a pressão sobre as áreas agrícolas, libertando-as para uma efetiva rotação de culturas que alicerce o plantio direto e contribua de forma ativa para a fixação dos solos.
Público-alvo: pecuaristas

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Emater, Seapi e secretarias municipais
Organizações parceiras: sindicatos

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: investir, em média, R\$ 50.000 por município por ano no desenvolvimento de pastagens; implantar 25% dos hectares de pastagem em cada município ao ano.
Custos: R\$ 2.100.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Avaliação prévia das pastagens existentes. Estudo da disponibilidade no mercado de pastagens perenes. Apresentação das propostas aos líderes das comunidades rurais. Elaboração do plano de incentivo, com custo aproximado de R\$ 42.000,00 e duração estimada de 4 meses. Captação de produtores para implementação e execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 2.058.000,00 e duração estimada de 20 meses. Avaliação do desenvolvimento. Melhoria do processo. Encontro com lideranças regionais.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.13 Apoio à diversificação produtiva de bens alimentares

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Apoio à diversificação produtiva de bens alimentares</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: aumentar a diversidade produtiva da propriedade rural da região do Corede Produção
Justificativa: atualmente, um grande número de propriedades rurais trabalha somente com monocultura, o que, em alguns casos, acaba por inviabilizar a atividade rural. Menos de 10% das propriedades rurais conseguem passar para a segunda geração e um dos motivos levantados é, com certeza, a pouca diversidade do negócio, o que faz com que a renda não seja suficiente para todos os integrantes da família. Existe também a necessidade de assegurar a provisão alimentar da região; diminuir as importações; aumentar a taxa de rentabilidade da propriedade; criar emprego e fixar as populações.
Público-alvo: produtores rurais da agricultura familiar

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Emater, Seapi e secretarias municipais
Organizações parceiras: sindicatos

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: investir, em média, R\$ 100.000 por município no desenvolvimento de culturas de hortigranjeiros; implantar 1 nova cultura/fonte de renda em cada propriedade participante do projeto.
Custos: R\$ 2.100.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Avaliação inicial da região. Verificar as potencialidades regionais, de acordo com o clima e o mercado consumidor. Apresentar o estudo para os interessados. Elaboração do plano de incentivo, com custo aproximado de R\$ 42.000,00 e duração estimada de 4 meses. Captação de produtores para implementação e execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 2.058.000,00 e duração estimada de 8 meses. Encontro de boas práticas com os produtores rurais envolvidos. Replicar as ações em outras comunidades.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.14 Expansão do turismo rural

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Expansão do turismo rural</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretário Municipal do Turismo

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: o escopo do projeto é instalar pequenas unidades de turismo rural nas propriedades multifuncionais existentes na região do Corede Produção. O resultado esperado é de ter novas fontes de renda para as propriedades rurais, além de implementar atrativos turísticos, criando uma rota turística na região.

Justificativa: necessidade de criar espaços de alojamento alternativos; aproximar e valorizar o produtor rural; criar mais um mecanismo de escoamento dos bens produzidos na propriedade; estabelecer as raízes para um comportamento sustentável e uma visão holística da produção e do consumo, promovendo alterações nos perfis de consumo; e criar espaços lúdico-educativos.

Público-alvo: pequenos produtores e turistas

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Turismo

Órgãos públicos envolvidos: Emater, Seapi e secretarias municipais

Organizações parceiras: sindicatos e Sebrae

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: sim

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: criar uma rota de pontos turísticos

Custos: R\$ 2.100.000,00

Prazo: 12 meses

Etapas:

Avaliar o mercado de turismo rural brasileiro.

Convidar potenciais interessados para apresentação do projeto.

Realizar oficinas de preparação.

Elaborar o plano de incentivo, com custo aproximado de R\$ 42.000,00 e duração estimada de 4 meses.

Realizar o levantamento de áreas e parceiros e a execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 2.058.000,00 e duração estimada de 8 meses.

Implantar o primeiro roteiro turístico.

Avaliar o resultado.

Encontrar boas práticas.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00

Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.15 Aposta da saúde animal

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Aposta da saúde animal</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura e Pecuária

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: erradicar doenças crônicas e controle de pragas
Justificativa: necessidade de melhorar a qualidade do rebanho, reduzir perdas por doença e, gradualmente, diminuir a necessidade de medicar o rebanho.
Público-alvo: pecuaristas

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Emater, Seapi e secretarias municipais
Organizações parceiras: sindicatos

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: diminuir em 10% o número de mortes no rebanho por doenças
Custos: R\$ 1.000.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 40.000,00 e duração estimada de 6 meses. Execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 960.000,00 e duração estimada de 42 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Agricultura, bancos e Seapi

5.1.16 Aquisição de insumos agrícolas para recuperar a fertilidade do solo para melhoria da fertilidade, aumento da produção e de pastagens, etc.

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: Agricultura
Título: <i>Aquisição de insumos agrícolas para recuperar a fertilidade do solo para melhoria da fertilidade, aumento da produção e de pastagens, etc.</i>
Localização: municípios do Corede Alto da Serra do Botucaraí
Valor total estimado do projeto: R\$ 16.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Agricultura
2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: aquisição de insumos agrícolas para recuperar a fertilidade do solo para melhoria dessa, aumento da produção e de pastagens, etc., objetivando à construção social das iniciativas de produção, industrialização e comercialização de produtos alimentares da agricultura familiar, procurando mostrar sua relação com os processos de desenvolvimento local.
Justificativa: a contribuição da agricultura familiar para a produção de alimentos e a superação da insegurança alimentar é fato que tem sido amplamente reconhecido nos anos recentes. As análises feitas com base nos dados do último censo agropecuário demonstram que a agricultura familiar responde por parcela significativa da produção de uma gama variada de alimentos. Da mesma forma, a agricultura familiar tem tido um papel importante em relação à segurança alimentar.
Beneficiários: produtores rurais da agricultura familiar
Resultados pretendidos: melhoria da fertilidade da terra, por meio da recuperação da fertilidade do solo para aumento da produção e melhoria de pastagens nas propriedades rurais que compreendem o território do Condasb.
3 - PRODUTOS DO PROJETO
Meta: aquisição de insumos
Produto: um insumo do tipo calcário e outros conforme a necessidade de cada propriedade
Prazo: 48 meses
4 - ÓRGÃOS INTERVENIENTES
Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Secretarias Municipais de Agricultura e Emater RS

5 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 16.000.000,00
Fontes de recursos: Feaper; Seapi
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim (PPA Seapi Correção de Solos)
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim (Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio)

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Duração: 48 meses

5.2 Eixo estratégico: dinâmica institucional e econômica

5.2.1 Alinhamento dos Planos Diretores Municipais (PDMs)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Alinhamento dos Planos Diretores Municipais (PDMs)</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: elaborar e/ou readequar os planos diretores dos municípios com menos de 20 mil habitantes, com vistas a harmonizar os 21 planos para orientar os investimentos públicos e privados, potencializando o desenvolvimento regional.
Justificativa: atualmente, nem todos os municípios possuem PDM e aqueles que contam com esses planos, em alguns casos, não atendem às exigências legais do documento. Há necessidade de harmonizar os planos dos municípios para orientar o desenvolvimento regional.
Público-alvo: populações dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Diretoria do Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Planejamento, SPGG e Fepam
Organizações parceiras: Crea, CAU, OAB, CRC, Comudes, sindicatos, universidades e ONGs

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: elaborar e/ou readequar 21 PDMs
Custos: R\$ 2.000.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Estudos preliminares e diagnóstico, com custo aproximado de R\$ 1.200.000,00 e duração estimada de 8 meses. Plano de diretrizes e instrumentalização do plano, com custo aproximado de R\$ 800.000,00 e duração estimada de 16 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Fontes de recursos: bancos de desenvolvimento, ministérios, secretarias estaduais e emendas parlamentares

5.2.2 Instalação do Gabinete do Investidor em nível regional

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Instalação do Gabinete do Investidor em nível regional</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.008.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: necessidade de acelerar os processos de licenciamento industrial e agroindustrial, constituindo balcões regionais de atendimento ao investidor, nos quais serão reunidos os envolvidos no processo, com periodicidade regular, e em que se delibere sobre os pedidos: aprovando, aprovando com restrições ou negando, em um prazo máximo de 30 dias.

Justificativa: os processos de licenciamento são morosos, onerosos e, por isso, desmotivam o investimento, colocando um entrave sério ao desenvolvimento regional. Por outro viés, é necessário repensar algumas obrigatoriedades legais, que, por serem exageradas, oneram as atividades econômicas e contribuem para o seu abandono.

Público-alvo: empresários e investidores da área de abrangência do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: SPGG, SDECT, Fepam, Corpo de Bombeiros, Secretarias Municipais de Desenvolvimento

Organizações parceiras: associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: instalar um gabinete regional para análise de processos de abertura e/ou ampliação de empresas

Custos: R\$ 1.008.000,00

Prazo: 48 meses

Étapas:

Estudo prévio das necessidades.

Busca de parceiros para o fomento.

Formação e instalação do gabinete, com custo aproximado de R\$ 10.080,00 e duração estimada de 2 meses.

Manutenção do gabinete, com custo aproximado de R\$ 997.920,00 e duração estimada de 46 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.008.000,00

Fontes de recursos: Secretarias Municipais de Desenvolvimento

5.2.3 Programa Excelência da Gestão Pública

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Programa Excelência da Gestão Pública</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 630.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: capacitar as lideranças políticas para a melhoria da gestão pública
Justificativa: a Lei de Responsabilidade Fiscal. A transparência da administração pública. O aumento de casos de corrupção nos municípios. O crescente aumento do controle social.
Público-alvo: prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: SPGG e TCE-RS
Organizações parceiras: Sebrae e universidades Famurs

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: oficinas de capacitação para 80% dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores
Custos: R\$ 630.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Pesquisa prévia com os envolvidos. Elaboração do plano de capacitação e definição dos conteúdos programáticos, com custo aproximado de R\$ 31.500,00 e duração estimada de 4 meses. Aplicação das capacitações, com custo aproximado de R\$ 598.500,00 e duração estimada de 8 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 630.000,00
Fontes de recursos: Poderes Executivo e Legislativo municipais

5.2.4 Identificação do potencial turístico da região

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Identificação do potencial turístico da região</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: mapear e divulgar as inicitivas e potencialidades turísticas regionais de modo a incentivar o turismo, principalmente o turismo rural, gerando emprego e renda para pequenas propriedades rurais.
Justificativa: há um profundo desconhecimento sobre as potencialidades turísticas regionais; necessidade de dinamizar o <i>marketing</i> turístico regional.
Público-alvo: pequenos produtores rurais no território do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Turismo
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipal e Estadual de Turismo
Organizações parceiras: empresas locais e Sebrae

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: criar uma rota de pontos turísticos; criar material de divulgação dos pontos turísticos do Corede Produção.
Custos: R\$ 500.000,00
Prazo: 24 meses
Étapas: Elaboração do projeto, com mapeamento dos pontos turísticos e seus potenciais, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 6 meses. Estudo da região e definição dos pontos turísticos a serem explorados. Elaboração de proposta de turismo regional. Validação da proposta com Secretarias Municipais de Turismo. Criação e divulgação do roteiro, com custo aproximado de R\$ 400.000,00 e duração estimada de 18 meses Com base na proposta, criar material de divulgação dos potenciais. Confeccionar materiais de divulgação. Definir pontos estratégicos para distribuição do material. Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Fontes de recursos: Ministério do Turismo e Secretaria Estadual de Turismo

5.2.5 Mercados financeiros a serviço do produtor

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Mercados financeiros a serviço do produtor</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: por meio de capacitações e palestras, ensinar os produtores rurais a explorar o potencial das diferenças cambiais e outros mecanismos financeiros para aumentar a rentabilidade das atividades econômicas regionais.
Justificativa: falta de conhecimento, principalmente dos pequenos e médios produtores rurais sobre mercado financeiro e flutuação cambial. Amenizar perdas por má previsão na gestão cambial. Necessidade de explorar melhor os mercados de futuros e outros.
Público-alvo: produtores rurais

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Emater
Órgãos públicos envolvidos: Seapi
Organizações parceiras: cooperativas, Emater e instituições financeiras

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: realizar análise de oportunidades para os produtores rurais; realizar palestras e eventos de divulgação; propor medidas para regular o mercado.
Custos: R\$ 200.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Estudo do impacto, com custo aproximado de R\$ 40.000,00 e duração estimada de 6 meses. Elaboração de um estudo de impacto da flutuação do câmbio nas atividades rurais. Elaboração de material didático para produtores (slides, apostilas, etc.). Proposição de medidas para regular o mercado, com custo aproximado de R\$ 160.000,00 e duração estimada de 6 meses. Elaborar um cronograma de assembleias microrregionais. Realização das assembleias. Consolidação das informações. Elaborar proposta de regulação do mercado. Avaliação dos trabalhos.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 200.000,00
Fontes de recursos: SPGG

5.2.6 A aplicação da lei como fator dissuasor

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>A aplicação da lei como fator dissuasor</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Ministério Público

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: aumentar fiscalização como forma de limitar o uso de poluentes e a liberação de efluentes contaminantes no meio ambiente
Justificativa: falta de tratamento de efluentes e consequente contaminação de recursos aquíferos, solos e ar; controlar a qualidade e uso de agrotóxicos.
Público-alvo: produtores rurais da agricultura familiar

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Fepam
Órgãos públicos envolvidos: Ministério Público
Organizações parceiras: Judiciário

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: investir em infraestrutura para aumentar a fiscalização; adquirir equipamentos para fiscais da Fepam.
Custos: R\$ 50.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Levantamento dos recursos e processo de aquisição, com custo aproximado de R\$ 5.000,00 e duração estimada de 3 meses. Levantamento dos equipamentos necessários para a realização de análise da qualidade da água. Busca de fornecedores. Aquisição dos equipamentos, com custo aproximado de R\$ 45.000,00 e duração estimada de 9 meses. Aquisição dos equipamentos para análise. Treinamento dos operadores para a utilização dos equipamentos de análise. Atuação na fiscalização com os novos equipamentos. Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Fontes de recursos: instituições financeiras e empresas privadas

5.2.7 Fórum de políticas públicas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Fórum de discussão de Políticas Públicas</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: debater e fornecer suporte à elaboração de políticas públicas em áreas-chave para o desenvolvimento regional e para o aumento da qualidade de vida das populações.

Justificativa: a ausência (ou inadequação) de algumas políticas públicas interfere negativamente na produtividade e qualidade de vida das populações. A falta de políticas públicas em áreas como a segurança ou o ambiente condiciona o desenvolvimento regional.

Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: SPGG, Assembleia Legislativa e prefeituras municipais

Organizações parceiras: associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: instituir pelo menos duas políticas públicas que gerem melhorias significativas à população

Custos: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 24 meses

Etapas:

Estudo das políticas necessárias, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 6 meses.

Mobilização e implantação das políticas, com custo aproximado de R\$ 900.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00

Fontes de recursos: SPGG

5.2.8 Criação de uma agenda de desenvolvimento regional no Corede

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Criação de uma agenda de desenvolvimento regional no Corede</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: criar a Agenda de Desenvolvimento Regional da Região da Produção
Justificativa: ter uma agenda regional é algo primoroso para a evolução e o desenvolvimento, visto ter sido esse o resultado de muitas regiões ao redor do mundo; é imperioso passar o trabalho de planejamento para um instrumento cronografado, articulando os projetos de forma transversal e potencializando os resultados esperados.
Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Fepam, SPGG, Secretarias Municipais de Desenvolvimento, Agricultura e Desenvolvimento Econômico
Organizações parceiras: associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: criar a agenda de trabalho com reuniões, capacitações e missões empresariais regionais
Custos: R\$ 1.000.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Cadastro de todos os envolvidos. Criação de grupo de contatos regional para agilizar a agenda. Elaboração da agenda, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 6 meses. Aplicação e monitoramento do desenvolvimento, com custo aproximado de R\$ 900.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: SPGG

5.2.9 Redistribuição do ICMS

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Redistribuição do ICMS</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: redistribuição do ICMS
Justificativa: é necessário fazer retornar ao município do produtor o valor coletado na justa proporção, para reinvestimento na melhoria das condições de vida das populações e da produção.
Público-alvo: poder público municipal

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Estadual da Fazenda
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Estadual da Fazenda
Organizações parceiras: associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: aumentar o retorno do ICMS dos municípios em 10%
Custos: R\$ 20.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Estudo do plano, com custo aproximado de R\$ 10.000,00 e duração estimada de 3 meses. Apresentação de proposta para Assembleia Legislativa, com custo aproximado de R\$ 10.000,00 e duração estimada de 9 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 20.000,00
Fontes de recursos: Emater

5.2.10 Instalar uma rede de assistência social no Corede

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Instalar uma rede de assistência social no Corede</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: redesenhar o Corede para constituir rede de assistência social
Justificativa: na atual conjuntura em que estamos inseridos, se faz necessário qualificar a atuação do Corede Produção, por meio de uma rede de assistência social, a qual passa a ser fundamental para o desenvolvimento.
Público-alvo: população dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Poderes Executivos municipais
Organizações parceiras: associações comerciais, entidades de classe

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: construir a rede
Custos: R\$ 100.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 30.000,00 e duração estimada de 5 meses. Execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 70.000,00 e duração estimada de 7 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Fontes de recursos: SPGG

5.2.11 Formação para os quadros técnicos fiscalizadores

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Formação para os quadros técnicos fiscalizadores</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Minsitério Público

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: uniformizar a aplicação da lei na região
Justificativa: há leituras diferentes sobre as atividades de exploração sustentada da reserva legal, entre outras questões.
Público-alvo: produtores rurais

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Fepam
Órgãos públicos envolvidos: Ministério Público
Organizações parceiras: Judiciário

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: formar quadros técnicos alinhados com o entedimento de como é possível explorar a reserva legal sem descumprir a legislação; uniformizar o entendimento sobre a exploração da reserva legal.
Custos: R\$ 100.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 10.000,00 e duração estimada de 3 meses. Elaboração do conteúdo da formação. Definição de profissionais que irão ministrar a formação. Elaboração de um cronograma para execução da formação. Elaboração de um cronograma de liberação de recursos. Aplicação uniforme, com custo aproximado de R\$ 90.000,00 e duração estimada de 9 meses. Aplicação da formação conforme cronograma. Liberação dos recursos conforme cronograma. Certificação dos participantes. Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 100.000,00
Fontes de recursos: Judiciário

5.2.12 Uniformização da estrutura de gestão regional

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Uniformização da estrutura de gestão regional</i>
Localização: estado do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 420.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Planejamento

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: fazer coincidir as fronteiras dos diferentes órgãos de gestão (ex. Coordenadorias Regionais de Educação e Saúde), bem como forças de segurança entre outras, com a limitação geográfica dos Coredes, de maneira a facilitar a discussão e a implantação de melhorias regionais, canalizando recursos financeiros e humanos focados na mesma área territorial. O grande objetivo do projeto é fazer com que um município tenha as mesmas referências regionais para educação, saúde, segurança e desenvolvimento regional facilitando a alocação de recursos humanos e financeiros para atendimento das demandas.

Justificativa: atualmente, a divergência dos limites territoriais das coordenadorias regionais e órgãos de gestão regional tem ocasionado uma dispersão de recursos humanos e financeiros para as discussões e as resoluções das demandas. Podemos citar o exemplo de um determinado município do RS que pertence à Coordenadoria Regional de Educação “X”, que não coincide com o mesmo espaço geográfico da Coordenadoria Regional de Saúde e que também poderá integrar o Comando Regional da Brigada Militar ou o Corede em outra divisão territorial.

Público-alvo: Poder Executivo Estadual

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Poder Executivo Estadual

Órgãos públicos envolvidos: SPGG, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Segurança Pública

Organizações parceiras: Fórum dos Coredes

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: uniformizar a gestão regional, fazendo com que cada município do RS tenha as mesmas referências regionais.

Custos: R\$ 420.000,00

Prazo: 24 meses

Étapas:

Planejamento da nova estrutura de divisão da gestão regional, elaboração do cronograma e orçamento para a realização do projeto, com custo aproximado de R\$ 42.000,00 e duração estimada de 6 meses.

Uniformizar a estrutura de gestão regional, com custo aproximado de R\$ 378.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 420.000,00
Fontes de recursos: SPGG

5.2.13 Planos Estratégicos de Desenvolvimento municipais

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Planos Estratégicos de Desenvolvimento municipais</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.050.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Planejamento

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: realizar um alinhamento do plano estratégico de cada município ao Planejamento Estratégico de Desenvolvimento do Corede Produção (PED), contratando uma consultoria especializada para “municipalizar” as ações, de maneira a materializar as ações definidas no PED do Corede Produção.
Justificativa: aproximar o plano das populações, promovendo a cidadania, a participação e o grau de exigência sobre os detentores de cargos públicos.
Público-alvo: população dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Desenvolvimento Econômico e SPGG
Organizações parceiras: Corede e Fórum dos Coredes

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: ter 80% dos municípios do Corede Produção com seu plano estratégico alinhado ao PED
Custos: R\$ 1.050.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 105.000,00 e duração estimada de 3 meses. Definição do escopo de trabalho. Elaboração do edital para contratação de consultoria. Contratar consultoria. Definir um cronograma de aplicação do plano. Aplicação nos municípios, com custo aproximado de R\$ 945.000,00 e duração estimada de 9 meses. Diagnóstico situacional. Realização de workshops com lideranças locais. Definição das ações prioritárias. Elaboração do plano estratégico municipal.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.050.000,00
Fontes de recursos: SPGG e secretarias municipais

5.3 Eixo estratégico: educação

5.3.1 Programa Liderar o Futuro

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Programa Liderar o Futuro</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 840.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivos: por meio de *workshops* e capacitações, criar mecanismos de aprendizagem informal e cultura empreendedora; reduzir o risco nas atividades de empreendedorismo juvenil; inserir o jovem na vivência da comunidade local, evitando o êxodo rural; cadastrar as organizações juvenis da região e enquadrá-las juridicamente.

Justificativa: não existem mecanismos instituídos de apoio e formação empreendedora voltados para a juventude na região; o jovem não estabelece ligações fortes com sua comunidade, o que facilita o êxodo rural; necessidade de combater a cultura da informalidade na atividade econômica, de reduzir o risco de fracasso financeiro da iniciativa juvenil, de desenvolver o protagonismo juvenil, fomentando a renovação das lideranças comunitárias, políticas e empresariais.

Público-alvo: jovens de 15 a 25 anos do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: ONGs com foco no desenvolvimento de liderança

Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Educação, Poderes Executivos e Legislativos municipais e Ministério Público Estadual

Organizações parceiras: JCI, Sebrae, Rotaract, Léo Clube, Junior Achievement, Grupos de Escoteiros e universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: destinar 80% da verba para projetos de desenvolvimento de jovens lideranças

Custos: R\$ 840.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Análise dos projetos apresentados, com custo aproximado de R\$ 4.200,00 e duração estimada de 4 meses.

- Definição dos critérios para a participação das entidades.
- Divulgação de edital convocando entidades para apresentar propostas.
- Definição da entidade executora do projeto.
- Definir cronograma de execução e pagamento.

Liberação do recurso para execução, com custo aproximado de R\$ 835.800,00 e duração estimada de 44 meses.

- Definição do conteúdo programático.
- Liberação dos recursos conforme cronograma.
- Definição do calendário de eventos.
- Aplicação dos workshops e capacitações.
- Certificação dos participantes.
- Avaliação de resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 840.000,00
Fontes de recursos: Secretarias Municipais de Educação, Poderes Executivos e Legislativos municipais e Ministério Público Estadual

5.3.2 Aprender e aprender a fazer

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Aprender e aprender a fazer</i>
Localização: 4 municípios do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.800.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o projeto tem como escopo oferecer cursos técnicos profissionalizantes (ex. marcenaria, torneiro mecânico, auxiliar de escritório), que vão além da teoria, que empoderem os participantes nas atividades, para que, após a conclusão, consigam desempenhar uma profissão com excelência.
Justificativa: o alto nível de desqualificação da mão de obra e a falta de cursos práticos em várias áreas operacionais
Público-alvo: pessoas desempregadas e jovens em busca do primeiro emprego

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Educação
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Assistência Social
Organizações parceiras: Senac, Sebrae, Senal, Senat e universidades comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: investir R\$ 300.000 em 6 municípios do Corede Produção para a realização de cursos técnicos
Custos: R\$ 1.800.000,00
Prazo: 24 meses
<p>Etapas:</p> <p>Elaborar o conteúdo programático e o processo de licitação, com custo aproximado de R\$ 90.000,00 e duração estimada de 5 meses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de quais cursos técnicos serão oferecidos de acordo com as demandas dos municípios escolhidos. • Definição do perfil do participante para cada curso. • Elaboração do conteúdo programático. • Elaboração de processo de licitação para contratação de entidade executora dos cursos. • Escolha das entidades executoras dos cursos que arcarão com todos os recursos para a execução do projeto (recursos humanos, material didático, infraestrutura, etc.). • Elaboração de um cronograma de realização dos cursos <p>Ministrar as aulas, com custo aproximado de R\$ 1.710.000,00 e duração estimada de 19 meses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização dos cursos. • Liberação dos recursos conforme a execução. • Certificação dos participantes. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.800.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e emendas parlamentares

5.3.3 Gestão financeira nas escolas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Gestão financeira nas escolas</i>
Localização: escolas públicas dos 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 525.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual da Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: incorporar, no currículo escolar, o tema da gestão financeira; formar cidadãos conscientes em relação à boa gestão financeira pessoal, reduzindo a incidência de pessoas adultas com problemas de endividamento e, também, aumentando a geração de riquezas.

Justificativa: atualmente, a sociedade de modo geral tem problemas financeiros decorrentes da má gestão pessoal dos seus recursos; entende-se que o investimento em conhecimento de gestão financeira nas escolas irá reduzir significativamente o número de pessoas adultas com problemas de restrição de crédito e falta de recursos financeiros.

Público-alvo: alunos do ensino fundamental das escolas públicas dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Educação

Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipal e Estadual de Educação

Organizações parceiras: Sebrae, universidades, empresas privadas de consultoria em investimentos, instituições financeiras e Junior Achievement

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: incluir, nos 21 municípios do Corede Produção, cursos de gestão financeira em pelo menos uma escola de ensino fundamental

Custos: R\$ 525.000,00

Prazo: 18 meses

Étapas:

Elaborar o conteúdo programático e o processo de licitação, com custo aproximado de R\$ 26.250,00 e duração estimada de 6 meses.

- Contratação de consultoria para elaboração do material.

Ministrar as aulas, com custo aproximado de R\$ 498.750,00 e duração estimada de 12 meses.

- Formação de professores multiplicadores.
- Elaboração de um cronograma para implantação.
- Ministrar as aulas.
- Certificação dos alunos participantes.
- Elaboração de um relatório final.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 525.000,00
Fontes de recursos: instituições financeiras e empresas privadas
Materiais: apostilas, computadores, projetores
Humanos: consultores em gestão financeira e professores

5.3.4 Implantação do turno integral

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: EDUCAÇÃO
Título: <i>Ampliar ensino em turno integral: ensino fundamental e ensino médio</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.320.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: a educação integral e a oferta de educação em tempo integral no ensino fundamental e/ou no ensino médio vêm sendo debatidas, atualmente, com o objetivo de repensar a prática pedagógica e a organização do currículo e com o propósito de redimensionar o tempo e os espaços escolares no sentido de estabelecer uma política educacional voltada à ampliação de oportunidades de aprendizagem.
Justificativa: legalmente, a oferta de educação integral encontra respaldo na Constituição federal, artigos 205, 206, e 207; no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 9.089/1990; na LDB 9394/1996, artigos 34 e 87; no PNE, Lei nº 10.172/2001; no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/2007. Na Resolução CNE/CEB nº 7/2010: (i) ampliar o nível de informação do aluno; (ii) ampliação na área de atuação da escola na aprendizagem; (iii) formação de um novo jovem empreendedor.
Beneficiários: a comunidade escolar do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Secretaria Estadual da Educação

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim

5 - PRODUTOS
Meta: ampliar ensino em turno integral
Produto: ampliar ensino em turno integral
Prazo: 36 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.320.000,00
Fontes de recursos: dotação orçamentária no PPA estadual e federal
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO
Duração: 36 meses

5.3.5 Cultura da paz na escola

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Cultura da paz na escola</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 525.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual da Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: introduzir na vivência escolar e no currículo o tema da cultura da paz. O escopo deste projeto é trazer o tema da cultura da paz para ser discutido nas escolas de maneira a contribuir para a melhoria da convivência nas comunidades, diminuindo a criminalidade e tornando o ambiente escolar uma referência na pacificação das relações nas comunidades. O que se pretende com o projeto é fazer com que a comunidade escolar discuta com alunos e comunidade formas de resolução pacífica de conflitos, desenvolvendo a cultura da tolerância, da empatia e do respeito às diferenças tudo isso focado na redução dos índices de violência nas comunidades e no ambiente escolar.
Justificativa: hoje, o ambiente escolar é um ambiente de conflito. É urgente intervir no sentido de o pacificar e formar os alunos numa cultura de tolerância e respeito pela diferença.
Público-alvo: alunos da rede pública

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais e Coordenadorias Regionais de Educação
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Estadual de Educação
Organizações parceiras: Brigada Militar

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: incluir, nos 21 municípios do Corede Produção, programas voltados à cultura da paz em pelo menos uma escola de ensino fundamental; realizar 3 eventos por escola relacionados à resolução de conflitos; realizar 2 palestras com integrantes da Brigada Militar nas escolas.
Custos: R\$ 525.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 52.500,00 e duração estimada de 3 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos critérios para a participação das escolas com maiores índices de violência. • Definição dos responsáveis pela execução do projeto. • Definição de cronograma de execução e pagamento. Desenvolver ações nas escolas, com custo aproximado de R\$ 472.500,00 e duração estimada de 9 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Definição do conteúdo programático dos eventos. • Elaboração e aquisição de materiais didáticos. • Liberação dos recursos conforme cronograma. • Definição do calendário de eventos. • Realização das palestras e capacitações nas escolas. • Avaliação de resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 525.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação

5.3.6 Formação continuada de professores

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Formação continuada de professores</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.200.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual da Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: formação continuada de professores de todos os municípios da região
Justificativa: há necessidade de formar os professores de forma orientada, permanente e planejada, para dotá-los de competências para vencer os novos desafios da pedagogia, bem como atualizar conhecimentos técnicos já adquiridos. Pretende-se que essa formação possa, também, contribuir ativamente para que os docentes que ainda não tenham graduação conclua seus cursos superiores e possam constituir outros patamares de aprendizagem com equivalência acadêmica.
Público-alvo: professores da rede pública

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais e Coordenadorias Regionais de Educação
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Estadual de Educação
Organizações parceiras: JCI, Senac, Sebrae, Senai, Senat e universidades comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: investir R\$ 50.000 por município, por ano, na formação de professores, com a realização de 2 momentos de capacitação em cada município.
Custos: R\$ 4.200.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Elaborar o conteúdo programático e o processo de licitação, com custo aproximado de R\$ 42.000,00 e duração estimada de 6 meses. Ministrar as aulas, com custo aproximado de R\$ 4.158.000,00 e duração estimada de 42 meses. Realizar encontros de monitoramento de resultados, 2 ao ano.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.200.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação

5.3.7 Formação integral da criança e do adolescente

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: *Formação integral da criança e do adolescente*

Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.268.000,00

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: Secretário Estadual da Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: o escopo do projeto consiste em introduzir no espaço escolar as atividades de educação informal, como as artes e o desporto, fazendo com que as crianças sintam-se inseridas no processo de desenvolvimento, vindo a ser melhores cidadãos no futuro.

Justificativa: a formação do jovem não passa apenas pelas matérias essenciais. A sua educação compreende outros valores que mais facilmente podem ser interiorizados pela via das artes e do desporto. Assim, é importante a aposta na educação não formal para o completo desenvolvimento de um ser humano que pretendemos cada vez mais ativo e melhor na sua essência.

Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretarias Municipais e Coordenadorias Regionais de Educação

Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Estadual de Educação

Organizações parceiras: escolinhas de futebol, escolas de dança, grupos de escoteiros

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: introduzir, no currículo escolar, as atividades de educação informal, como as artes e o esporte.
Custos: R\$ 2.268.000,00
Prazo: 36 meses
Etapas: Reunião prévia em cada município. Apresentação para o público-alvo. Reunião com autoridades regionais. Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 22.680,00 e duração estimada de 6 meses. Realização das atividades, com custo aproximado de R\$ 2.245.320,00 e duração estimada de 30 meses (investimentos). Encontro regional de boas práticas. Avaliação dos resultados. Implantação das melhorias.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.268.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação

5.3.8 Ampliação da oferta para berçário e creche

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Ampliar o número de berçários e creches</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.500.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Municipal da Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: instalação de berçários e creches na região do Corede Produção
Justificativa: o apoio à natalidade ultrapassa o pré-natal e, hoje, em razão de que, cada vez mais, a mulher assume um papel de relevância social e profissional, há a necessidade premente de ter espaços e pessoas qualificadas a quem confiar as crianças após a licença maternidade. A relação preço/qualidade deve também ser atendida e revelar-se vantajosa para ambas as partes. O resultado esperado é a implantação de novas creches e berçários nos municípios.
Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Educação
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Educação
Organizações parceiras: assistência social

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: ampliar em 50% o atendimento de crianças a partir dos 6 meses, com a implantação de novas creches e berçários.
Custos: R\$ 10.500.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Planejar e licitar, com custo aproximado de R\$ 105.000,00 e duração estimada de 6 meses. Acolher as crianças, com custo aproximado de R\$ 10.395.000,00 e duração estimada de 18 meses (investimento).

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.500.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação

5.3.9 Instalação de ludotecas multigeracionais

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Instalação de ludotecas multigeracionais</i>
Localização: 6 municípios do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Municipal de Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: instalação de ludotecas no Corede Produção, beneficiando toda a região.

Justificativa: na atual situação da região do Corede Produção, se faz necessária a execução deste projeto, pois, de acordo com os dados do IBGE, há a iminente necessidade de criar espaços intergeracionais nos quais sejam transmitidos conhecimentos e se valorize a melhor idade, ocupando os jovens com atividades lúdicas, mas com utilidade prática reconhecida, entre outras iniciativas e resultados.

Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Educação

Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Educação

Organizações parceiras: empresas locais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: instalar 6 ludotecas

Custos: R\$ 900.000,00

Prazo: 24 meses

Etapas:

Análise dos dados disponíveis.

Criação de grupo de trabalho.

Análise da situação de cada município.

Elaboração do conteúdo programático e processo de licitação, com custo aproximado de R\$ 45.000,00 e duração estimada de 6 meses.

Execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 855.000,00 e duração estimada de 18 meses (investimento).

Apresentação para gestores municipais.

Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 900.000,00

Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação

5.3.10 Manutenção dos jovens no campo de forma a diminuir o êxodo rural

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO: EDUCAÇÃO
Título: <i>Manutenção dos jovens no campo de forma a diminuir o êxodo rural</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 320.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: a inclusão, com saberes da terra para fixar o jovem no campo tem como objetivo oportunizar aos jovens agricultores e a seus familiares, com idade entre 18 e 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade em ensino fundamental com qualificação profissional inicial: (i) ampliar o nível de informação do aluno; (ii) ampliar a área de atuação da escola na aprendizagem; (iii) proceder à formação de um novo jovem empreendedor.
Justificativa: a inclusão do jovem se faz necessária para fixar o jovem no campo e ampliar o acesso e a qualidade da educação a essa parcela da população, historicamente excluída do processo educacional, respeitando as características, as necessidades e a pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtiva dos povos do campo.
Beneficiários: comunidade escolar do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Estadual de Educação

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim

5 - PRODUTOS
Meta: inclusão de jovens
Produto: inclusão de 20 jovens por município, por ano
Prazo: 24 meses

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 320.000,00
Fontes de recursos: consulta popular
Possui vinculação com o PPA Estadual 2016-2019: sim
Possui vinculação com o PPA Federal 2016-2019: sim

7 - CRONOGRAMA DO PROJETO

Duração: 24 meses

5.4 Eixo estratégico: logística e infraestrutura

5.4.1 Ampliação e melhoria do Aeroporto Lauro Kurtz

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: *Ampliação e melhoria do Aeroporto Lauro Kurtz*

Localização: Passo Fundo

Valor total estimado do projeto: R\$ 44.500.000,00

Duração do projeto: 24 meses

Responsável pela implementação: administração do Aeroporto Lauro Kurtz

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: construção de novo terminal de passageiros, pátio para aeronaves, novo estacionamento, implantação de uma Seção Contra Incêndios (SCI), entre outras melhorias.

Justificativa: crescimento da demanda regional por esse serviço; crescimento econômico regional; aumento do conforto e da segurança dos passageiros.

Público-alvo: usuários do aeroporto, sociedade regional e colaboradores das empresas que atuam no local

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Ministério dos Transportes

Órgãos públicos envolvidos: Poder Executivo Municipal de Passo Fundo, Anac, Deinfra, SPGG, Ministério dos Transportes

Organizações parceiras: Acisa

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: não

Licença ambiental: sim

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: realizar a construção do novo terminal bem como das demais necessidades oriundas do novo terminal e concluir as obras dentro do prazo estipulado
Custos: R\$ 44.500.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Licitação e contratação das empresas, com custo aproximado de R\$ 445.000,00 e duração estimada de 6 meses. Execução das obras, com custo aproximado de R\$ 44.055.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 44.500.000,00
Fontes de recursos: governo federal

5.4.2 Aquisição de balanças rodoviárias móveis

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Aquisição de balanças rodoviárias móveis</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: PRE/PRF

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: equipar a PRE e a PRF com balanças rodoviárias móveis, para fiscalizar veículos com excesso de peso trafegando nas rodovias da região, facilitando a fiscalização.
Justificativa: a deteriorização das estradas pelo tráfego de veículos acima do peso permitido; o grande número de acidentes causados por veículos que trafegam com carga acima do peso permitido.
Público-alvo: usuários das rodovias

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: PRE/PRF
Órgãos públicos envolvidos: DNIT, Ministério dos Transportes, Daer, Secretaria dos Transportes
Organizações parceiras: Corede Produção, cooperativas, Sindicatos do Transporte, SEST/SENAT e empresas privadas com balanças rodoviárias instaladas na região

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: adquirir duas balanças rodoviárias móveis
Custos: R\$ 400.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Habilitação de fornecedores e processo de licitação, com custo aproximado de R\$ 250.000,00 e duração estimada de 6 meses. Aquisição e entrega à PRF e à PRE das balanças, com custo aproximado de R\$ 250.000,00 e duração estimada de 6 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 400.000,00
Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, Bird, BNDES

5.4.3 Ciclovias como alternativa na mobilidade urbana

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Ciclovias como alternativa na mobilidade urbana</i>
Localização: 21 municípios do Corede Produção que aderirem ao projeto
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: secretarias municipais responsáveis pela mobilidade urbana

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: estabelecer uma rede de ciclovias municipais capaz de facilitar a mobilidade urbana para reduzir os impactos negativos oriundos da emissão de gases nocivos, diminuição do volume de tráfego de veículos nos centros urbanos e a promoção de comportamentos sustentáveis e saudáveis.
Justificativa: as ciclovias têm sido encaradas em nível global como uma das principais alternativas à mobilidade nos centros urbanos, contribuindo de forma importante para a melhoria da qualidade do ar e a diminuição do fluxo veicular.
Público-alvo: populações dos centros urbanos promotores do projeto

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: secretarias municipais responsáveis pela mobilidade urbana

Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Obras e Mobilidade Urbana, guardas municipais de trânsito

Organizações parceiras: Corede Produção, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, Brigada Militar, empresas privadas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: construir 150 Km de ciclovias municipais

Custos: R\$ 1.500.000,00

Prazo: 24 meses

Etapas:

Mapeamento dos trajetos e identificação dos principais pontos a serem ligados por ciclovias, com custo aproximado de R\$ 150.000,00 e duração estimada de 3 meses.

- Elaboração de um estudo nos municípios para verificar os trajetos.
- Abertura do processo de licitação para contratação da(s) empresa(s) para execução da(s) obras.
- Definição da(s) empresa(s) vencedora(s) do processo de licitação.
- Elaboração de cronograma para execução das obras.

Execução das obras, com custo aproximado de R\$ 1.350.000,00 e duração estimada de 21 meses.

- Execução das obra(s).
- Liberação dos recursos conforme a conclusão das obras.
- Avaliação dos resultados.
- Entrega das ciclovias à comunidade.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00

Fontes de recursos: empresas privadas, por meio de parcerias público-privadas (PPPs), ministérios, bancos de desenvolvimento e Poderes Executivos municipais

5.4.4 Condomínio industrial simbiótico

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Condomínio industrial simbiótico</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: criar um condomínio industrial com infraestrutura para acolher uma empresa âncora de grande porte, que atraia outras empresas subsidiárias para preencher o condomínio com atividades correlacionadas, gerando uma relação simbiótica entre as empresas, em que ambas são fornecedores e clientes.
Justificativa: necessidade de dinamizar de forma sustentável o setor industrial do Corede, adotando modelos de gestão ecossistêmicos, gerando ganhos e rentabilizando as operações.
Público-alvo: empresa âncora e empresas subsidiárias

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: SPGG, SDECT, AGDI, Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Organizações parceiras: associações comerciais, sindicatos, instituições financeiras e cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: sim
Desapropriação: sim
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: criar um condomínio industrial; ter uma empresa âncora; ter pelo menos 5 empresas ligadas à empresa âncora.
Custos: R\$ 5.000.000,00
Prazo: 36 meses
<p>Etapas:</p> <p>Elaboração do projeto, identificação, convite e aceitação da empresa âncora, com custo aproximado de R\$ 500.000,00 e duração estimada de 14 meses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um diagnóstico para verificar quais oportunidades dentro da indústria poderiam atrair uma empresa âncora. • Prospectar empresas que atenderiam aos requisitos do estudo e à caracterização da empresa âncora. • Definição da empresa âncora do condomínio. • Definição das cinco empresas ligadas ao condomínio. • Definição do local para instalação do condomínio. • Se necessário, realizar os trâmites para desapropriação da área. <p>Execução do projeto, com custo aproximado de R\$ 4.500.000,00 e duração estimada de 22 meses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estando disponível a área, definição um cronograma para instalação do condomínio. • Definição termo de responsabilidade entre as partes. • Execução das obras para a instalação do condomínio. • Acompanhamento da execução. • Liberação dos recursos de acordo com o executado. • Entrega do condomínio às empresas. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Fontes de recursos: empresas privadas, por meio de parcerias público-privadas, ministérios, bancos de desenvolvimento e Poderes Executivos municipais

5.4.5 Construção de um viaduto na RS-135 no trevo da BR-285

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Construção de um viaduto na RS-135 no trevo da BR-285</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: EGR/DNIT

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: construir um viaduto no entroncamento das rodovias RS-135 e BR 285

Justificativa: reduzir o alto grau de acidentes e atropelamentos e diminuir os engarrafamentos

Público-alvo: usuários das rodovias

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO:

Equipe do projeto: DNIT/Daer/EGR

Órgãos públicos envolvidos: DNIT, Ministério dos Transportes, Daer, Secretaria dos Transportes, SPGG, Fepam e Prefeitura Municipal de Passo Fundo

Organizações parceiras: Corede Produção, universidades, RGE e companhias de energia, Sest/Senat, PRE, PRF

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: sim

Licença ambiental: sim

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: construir um viaduto

Custos: R\$ 5.000.000,00

Prazo: 36 meses

Étapas:

Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 500.000,00 e duração estimada de 14 meses.

- Elaboração do projeto executivo.
- Levantamento das áreas a serem desapropriadas.
- Realização do processo de licenciamento ambiental.
- Elaboração do processo de licitação.
- Contratação da(s) empresa(s) vencedora(s).

Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 4.500.000,00 e duração estimada de 22 meses.

- Execução das obras do viaduto.
- Acompanhamento da execução.
- Liberação dos recursos de acordo com o executado.
- Entrega do viaduto aos usuários.
- Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00

Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, parcerias público-privadas, Bird, BNDES

5.4.6 Criação e revitalização das áreas de repouso na rede viária da região

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Criação e revitalização das áreas de repouso na rede viária da região</i>
Localização: Corede Produção nas rodovias BR 385, BR 285 e RS 324
Valor total estimado do projeto: R\$ 750.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Daer/DNIT/EGR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: criar novas áreas de repouso e revitalizar as existentes para aumentar o grau de segurança nas estradas. O escopo do projeto baseia-se na criação de espaços onde os motoristas possam ter uma estrutura segura e salubre para repousar por curtos períodos. As estruturas deverão conter minimamente locais com proteção do sol e chuva, devem ser iluminados a noite e preferencialmente com banheiros.
Justificativa: existem poucas áreas de repouso ao longo das rodovias e as existentes estão mal conservadas, não garantindo condições de salubridade e segurança; necessidade de contar com locais adequados para que os motoristas possam fazer pequenas paradas durante as viagens.
Público-alvo: usuários das rodovias

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: DNIT/Daer/EGR
Órgãos públicos envolvidos: DNIT, Ministério dos Transportes, Daer, Secretaria dos Transportes, SPGG, Fepam
Organizações parceiras: Coredes da Funcional 9, associações comerciais, cooperativas, sindicatos, RGE e companhias de energia, SEST/Senat, PRE, PRF

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: construção e revitalização de 15 áreas de repouso
Custos: R\$ 750.000,00
Prazo: 18 meses
Etapas: Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 75.000,00 e duração estimada de 9 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um diagnóstico das áreas existentes. • Definição das melhorias a serem realizadas nas áreas existentes. • Definição dos locais para instalação de novas áreas de repouso. • Definição de um projeto padrão. • Elaboração do processo de licitação. • Contratação da(s) empresa(s) vencedora(s) do processo de licitação. Execução da obra com custo aproximado de R\$ 675.000,00 e duração estimada de 9 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Execução das obras e adequações. • Acompanhamento da execução. • Liberação dos recursos de acordo com o executado. • Entrega das áreas de repouso aos usuários. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 750.000,00
Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, parcerias público-privadas, Bird, BNDES

5.4.7 Duplicação da BR-285 entre Carazinho e Passo Fundo

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Duplicação da BR-285 entre Carazinho e Passo Fundo</i>
Localização: eixo rodoviário Passo Fundo – Carazinho
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.190.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: DNIT

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: duplicar o eixo rodoviário entre Passo Fundo e Carazinho
Justificativa: necessidade de reduzir os acidentes no trecho; facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços; facilitar a criação do triângulo logístico Passo Fundo/Tio Hugo/Carazinho/Passo Fundo; potencializar os municípios no eixo como referências residenciais em relação ao principal centro urbano (Passo Fundo).
Público-alvo: populações dos municípios no eixo Passo Fundo - Carazinho e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO**Equipe do projeto:** DNIT**Órgãos públicos envolvidos:** DNIT e Ministério dos Transportes**Organizações parceiras:** Corede Produção, Acic, Acisa, cooperativas e sindicatos rurais e PRF**4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO****Elaboração de projeto executivo:** sim**Desapropriação:** sim**Licença ambiental:** sim**Licitação:** sim**Infraestrutura ou sistema de informação:** sim**5 - PRODUTOS****Metas:** duplicar 46,3 Km da rodovia BR-285**Custos:** R\$ 60.190.000,00**Prazo:** 48 meses**Etapas:**

Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 6.000.000,00 e duração estimada de 14 meses.

- Elaboração do projeto para a duplicação.
- Levantamento de necessidades e elaboração do licenciamento ambiental.
- Definição do processo de licitação para contratação de empresa para realização da obra.
- Contratação da empresa para realização da obra.

Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 54.190.000,00 e duração estimada de 34 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO**Valor total estimado do projeto:** R\$ 60.190.000,00**Fontes de recursos:** Ministério dos Transportes, emendas parlamentares, Bird, BNDES

5.4.8 Duplicação da BR-386 entre Soledade e Frederico Westphalen

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**Título:** *Duplicação da BR-386 entre Soledade e Frederico Westphalen***Localização:** eixo rodoviário Soledade - Frederico Westphalen**Valor total estimado do projeto:** R\$ 296.790.000,00**Duração do projeto:** 72 meses**Responsável pela implementação:** DNIT

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: duplicar o eixo rodoviário entre Soledade e Frederico Westphalen
Justificativa: necessidade de reduzir os acidentes no trecho; facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços.
Público-alvo: populações dos municípios no eixo Soledade - Frederico Westphalen e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: DNIT
Órgãos públicos envolvidos: DNIT e Ministério dos Transportes
Organizações parceiras: Corede Produção, associações comerciais, cooperativas, Sindicatos Rurais e PRF

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: sim
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: duplicar 228,3 Km da rodovia BR-386
Custos: R\$ 296.790.000,00
Prazo: 72 meses
Etapas: Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 29.679.000,00 e duração estimada de 18 meses. Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 267.111.000,00 e duração estimada de 54 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 296.790.000,00
Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, emendas parlamentares, Bird, BNDES

5.4.9 Duplicação da RS-135 entre Passo Fundo e Erechim

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Duplicação da RS-135 entre Passo Fundo e Erechim</i>
Localização: eixo rodoviário Passo Fundo – Erechim
Valor total estimado do projeto: R\$ 109.590.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: EGR

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: duplicar o eixo rodoviário entre Passo Fundo e Erechim, para que assim seja possível acelerar o processo de desenvolvimento regional, desta que é uma das principais rotas regionais.

Justificativa: necessidade de reduzir os acidentes no trecho, facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços, facilitar o acesso ao triângulo logístico Passo Fundo/Tio Hugo/Carazinho/Passo Fundo, potencializar os municípios no eixo como referências residenciais em relação aos principais centros urbanos (Passo Fundo e Erechim).

Público-alvo: populações dos municípios no eixo Passo Fundo - Erechim e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: EGR e Secretaria dos Transportes

Órgãos públicos envolvidos: Daer, Secretaria dos Transportes, SPGG, Fepam.

Organizações parceiras: Coredes da Funcional 9, associações comerciais, cooperativas, sindicatos e PRE

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: sim

Licença ambiental: sim

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: duplicar 84,3 Km da rodovia RS-135

Custos: R\$ 109.590.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 10.959.000,00 e duração estimada de 14 meses.

Execução da obra com custo aproximado de R\$ 98.631.000,00 e duração estimada de 34 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 109.590.000,00

Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, Bird, BNDES

5.4.10 Duplicação da RS-324 entre Passo Fundo e Casca

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Duplicação da RS-324 entre Passo Fundo e Casca</i>
Localização: eixo rodoviário Passo Fundo – Casca
Valor total estimado do projeto: R\$ 83.980.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Daer

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: duplicar o eixo rodoviário entre Passo Fundo e Casca em sua totalidade
Justificativa: necessidade de reduzir o número de acidentes no trecho, facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços, facilitar o acesso ao triângulo logístico Passo Fundo/ Tio Hugo/Carazinho/Passo Fundo, potencializar os municípios no eixo como referências residenciais em relação aos principais centros urbanos (Passo Fundo e Casca).
Público-alvo: populações dos municípios no eixo Passo Fundo - Casca e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Daer e Secretaria dos Transportes
Órgãos públicos envolvidos: Daer, Secretaria dos Transportes, SPGG, Fepam
Organizações parceiras: EGR, Coredes da Funcional 9, associações comerciais, cooperativas, sindicatos e PRE

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: sim
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: duplicar 64,6 Km da rodovia RS-324 (resultado esperado)
Custos: R\$ 83.980.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Reunião prévia com autoridades regionais. Verificação da situação de toda a via. Apresentação regional. Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 8.398.000,00 e duração estimada de 14 meses. Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 75.582.000,00 e duração estimada de 34 meses. Avaliação do andamento da obra. Verificação dos resultados. Apresentação para a comunidade.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 83.980.000,00
Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, parcerias público-privadas, Bird, BNDES

5.4.11 Manutenção da RST-153 entre Passo Fundo e Tio Hugo

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Manutenção da RST-153 entre Passo Fundo e Tio Hugo</i>
Localização: eixo rodoviário Passo Fundo - Tio Hugo
Valor total estimado do projeto: R\$ 57.850.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Daer

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o escopo do projeto é o de primar pela boa qualidade estrutural do eixo rodoviário entre Passo Fundo e Tio Hugo, que é um trecho fundamental para o desenvolvimento regional.
Justificativa: necessidade de reduzir o número de acidentes no trecho, facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços, facilitar a criação do triângulo logístico Passo Fundo/Tio Hugo/Carazinho/Passo Fundo, potencializar os municípios no eixo como referências residenciais em relação ao principal centro urbano (Passo Fundo).
Público-alvo: populações dos municípios no eixo Passo Fundo - Tio Hugo e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Daer e Secretaria dos Transportes
Órgãos públicos envolvidos: Daer, Secretaria dos Transportes, SPGG, Fepam
Organizações parceiras: Coredes Produção e Alto da Serra do Botucará, PRE e EGR

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: sim
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: realizar a manutenção de 44,5 Km da rodovia RST-153 (resultado esperado)
Custos: R\$ 57.850.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Avaliação prévia dos pontos críticos da rodovia. Apresentação aos interessados. Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 5.700.000,00 e duração estimada de 14 meses. Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 52.150.000,00 e duração estimada de 34 meses. Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 57.850.000,00
Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, Bird, BNDES

5.4.12 Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um aeroporto internacional de cargas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um aeroporto internacional de cargas</i>
Localização: Carazinho
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o escopo do projeto em questão é o de analisar a viabilidade da introdução do modal aeroviário para escoamento da produção da região do Corede Produção. Com isso, espera-se, também, criar uma expectativa de desenvolvimento regional, impactando diretamente nos indicadores de desempenho dos municípios.
Justificativa: a região carece de estruturas físicas adequadas para escoamento de produção, o que é incoerente com os volumes produzidos regionalmente, o que faz com que a região destaque-se no cenário estadual e até nacional. Há também o fato de haver uma inexistência desse modal específico para cargas no Rio Grande do Sul. Ampliação da possibilidade de exportação das empresas do estado. Aliviar a rede rodoviária. Diminuir o tempo de entrega em longas distâncias. Aumentar a competitividade das empresas do estado. Ser Carazinho o maior entroncamento rodoviário do sul do país. A expectativa é ter um estudo claro da viabilidade da implantação desta estrutura na região.
Público-alvo: empresas do estado do RS e oeste de SC

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Anac, Deinfra, Fepam, SDR, Poder Executivo Municipal de Carazinho, SPGG, Ministério dos Transportes e Secretaria Estadual dos Transportes
Organizações parceiras: associações comerciais, sindicatos, instituições financeiras e cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: concluir o estudo dentro do prazo
Custos: R\$ 1.000.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Estudo prévio das necessidades regionais. Busca de conhecimento em outras regiões. Levantamento de dados, com custo aproximado de R\$ 900.000,00 e duração estimada de 10 meses. Elaboração do estudo, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 2 meses. Apresentação dos resultados do estudo. Discussão com especialista.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: BNDES e Fórum dos Coredes

5.4.13 Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um ramal ferroviário de ligação entre Carazinho e a linha Norte-Sul

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>EVTA para ramal ferroviário de ligação entre Carazinho e a linha Norte-Sul</i>
Localização: Carazinho
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: realização de um estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um ramal ferroviário de ligação entre Carazinho e a linha Norte-Sul. Ao final, pretende-se ter um estudo claro e específico sobre o objeto citado.

Justificativa: ampliar a possibilidade de exportação das empresas da região; aliviar a rede rodoviária; diminuir o custo de entrega em longas distâncias; aumentar a competitividade das empresas da região.

Público-alvo: empresas da região

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: ALL, Fepam, SDR, Poder Executivo Municipal de Carazinho, SPGG, Ministério dos Transportes e Secretaria Estadual dos Transportes

Organizações parceiras: associações comerciais, sindicatos, instituições financeiras e cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: realizar o estudo de viabilidade e entregar um relatório consolidado com as especificações técnicas

Custos: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 12 meses

Étapas:

Estudo prévio da região.

Reunião com autoridades regionais.

Análise dos pontos necessários do estudo.

Levantamento de dados, com custo aproximado de R\$ 900.000,00 e duração estimada de 10 meses.

Elaboração do estudo, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 2 meses.

Reunião de monitoramento do estudo.

Apresentação para grupo de trabalho.

Reunião regional para apresentação.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: BNDES e Fórum dos Coredes

5.4.14 Internet para todos

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Internet para todos</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: secretarias municipais responsáveis pelo desenvolvimento econômico

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o escopo do projeto em questão é de disponibilizar uma linha de crédito subsidiada para a implantação de sistemas de distribuição de sinal de internet nas propriedades rurais da região da produção. O resultado esperado é que todas as propriedades rurais tenham acesso à internet ao final do projeto.
Justificativa: o crescimento da demanda por sinal de internet principalmente em relação a questões burocráticas (Nfe do produtor); necessidade de estimular a permanência do jovem no meio rural; formação e informação a distância, utilizando a internet.
Público-alvo: populações do meio rural

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO:
Equipe do projeto: Sindicatos Rurais
Órgãos públicos envolvidos: Seapi, SDR, SPGG
Organizações parceiras: Embater, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, Senar e provedores de sinal

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: instalar 1.000 sistemas de difusão de sinal de internet
Custos: R\$ 5.000.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Estudo prévio da viabilidade. Análise do número de propriedades rurais de cada município. Reunião com líderes das comunidades. Recebimento e aprovação dos projetos apresentados, com custo aproximado de R\$ 1.000.000,00 e duração estimada de 9 meses. Liberação do recurso para execução, com custo aproximado de R\$ 4.000.000,00 e duração estimada de 15 meses. Implantação do projeto. Avaliação dos resultados. Encontro de celebração com os líderes rurais.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério de Minas e Energia e Secretaria Estadual de Minas e Energias, BNDES

5.4.15 Pavimentação asfáltica ERS 330 entre Distrito de São Bento (Carazinho) e Chapada

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Pavimentação asfáltica ERS 330 entre distrito de São Bento (Carazinho) e Chapada</i>
Localização: eixo rodoviário Carazinho – Chapada
Valor total estimado do projeto: R\$ 60.580.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Daer

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: pavimentar o eixo rodoviário entre Carazinho e Chapada via ERS 330
Justificativa: criação de uma rota alternativa para escoamento da produção de grãos, desafogamento da BR-386, melhorias nas condições de tráfego, facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços, facilitar o acesso ao triângulo logístico Passo Fundo/Tio Hugo/Carazinho/Passo Fundo, potencializar os municípios no eixo como referências residenciais em relação ao principal centro urbano (Carazinho).
Público-alvo: populações dos municípios no eixo Carazinho - Chapada e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO**Equipe do projeto:** Daer e Secretaria dos Transportes**Órgãos públicos envolvidos:** Daer, Secretaria dos Transportes, SPGG e Fepam**Organizações parceiras:** Coredes da Funcional 9, PRE e EGR**4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO****Elaboração de projeto executivo:** sim**Desapropriação:** sim**Licença ambiental:** sim**Licitação:** sim**Infraestrutura ou sistema de informação:** sim**5 - PRODUTOS****Metas:** pavimentar 46,6 Km da rodovia ERS-330**Custos:** R\$ 60.580.000,00**Prazo:** 48 meses**Étapas:**

Elaboração do projeto e licenciamentos, com custo aproximado de R\$ 6.058.000,00 e duração estimada de 14 meses.

- Elaboração do projeto para a pavimentação.
- Levantamento de necessidades e elaboração do licenciamento ambiental.
- Definição do processo de licitação para contratação de empresa para realização da obra.
- Contratação da empresa para realização da obra.

Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 54.522.000,00 e duração estimada de 34 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO**Valor total estimado do projeto:** R\$ 60.580.000,00**Fontes de recursos:** Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, Bird, BNDES

5.4.16 Plano de recuperação e ampliação do modal ferroviário do norte do estado

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**Título:** *Plano de recuperação e ampliação do modal ferroviário do norte do estado***Localização:** norte do estado**Valor total estimado do projeto:** R\$ 1.000.000,00**Duração do projeto:** 12 meses**Responsável pela implementação:** Funcional 9

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: elaborar um estudo que analise a sustentabilidade da reativação de ramais e a ampliação da utilização da malha ferroviária no norte do estado do RS

Justificativa: o sucateamento da malha ferroviária; necessidade de redução de custos com transporte de média e longa distância; necessidade de gerar competitividade às empresas da região; redução de trânsito pesado nas rodovias.

Público-alvo: empresas produtoras da região norte do estado

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: empresa contratada para realizar o estudo

Órgãos públicos envolvidos: Ministério dos Transportes

Organizações parceiras: ALL, associações comerciais e cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: entregar o estudo no prazo estipulado

Custos: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 12 meses

Etapas:

Elaboração do processo licitatório e contratação da empresa, com custo aproximado de R\$ 30.000,00 e duração estimada de 6 meses.

- Definição dos parâmetros para a licitação.
- Abertura de edital de licitação.
- Contratação de empresa para realização do estudo.

Elaboração do estudo, com custo aproximado de R\$ 970.000,00 e duração estimada de 6 meses.

- Levantamento de dados.
- Elaboração de diagnóstico.
- Entrega do estudo.
- Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00

Fontes de recursos: governo federal, emenda parlamentar

5.4.17 Recuperação asfáltica VRS 801 entre o entroncamento com a BR-386 e Chapada

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Recuperação asfáltica VRS 801 entre o entroncamento com a BR-386 e Chapada
Localização: eixo rodoviário Carazinho – Chapada
Valor total estimado do projeto: R\$ 27.690.000,00
Duração do projeto: 6 meses
Responsável pela implementação: Daer

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: recuperar o eixo rodoviário entre a BR-386 e Chapada para melhorar o escoamento da produção de grãos na região. Manter as condições de trafegabilidade permanente para essa rodovia, melhorando suas condições para reduzir os acidentes, recompor as condições de tráfego rápido e seguro e reduzir o tempo de transcurso para percorrer o trecho entre Chapada e Carazinho.
Justificativa: diminuição de acidentes, melhorias nas condições de tráfego, facilitar o trânsito de pessoas, bens e serviços, facilitar o acesso ao triângulo logístico Passo Fundo/Tio Hugo/Carazinho/Passo Fundo.
Público-alvo: populações dos municípios no eixo Carazinho - Chapada e usuários da rodovia

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Daer e Secretaria dos Transportes
Órgãos públicos envolvidos: Daer – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul. Secretaria de Transportes do Rio Grande do Sul. Engenheiros, topógrafos, geólogos, biólogos, geógrafos e demais especialidades requeridas, além de mestres de obras, operadores de máquinas e operários especializados na execução das inúmeras tarefas que envolvem a manutenção, recuperação e melhoria de uma rodovia, incluindo especialistas em tráfego e segurança de rodovias.
Organizações parceiras: Coredes da Funcional 9, PRE e EGR

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: sim
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: recuperar 42,6 Km da rodovia VRS-801
Custos: R\$ 27.690.000,00
Prazo: 6 meses
Etapas: Elaboração do projeto e liberação dos recursos com custo aproximado de R\$ 2.769.000,00 e duração estimada de 3 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração um projeto. • Realização o projeto para licenciamento ambiental. Execução da obra, com custo aproximado de R\$ 24.921.000,00 e duração estimada de 3 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 27.690.000,00
Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, Secretaria Estadual dos Transportes, Bird, BNDES

5.4.18 Caminhos de ferro

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Caminhos de ferro</i>
Localização: Malha ferroviária do Rio Grande do Sul
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 120 meses
Responsável pela implementação: ALL

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: padronizar a bitola dos trilhos de trem para potencializar o transporte de cargas e passageiros. O escopo do projeto é ampliar o fluxo ferroviário e reduzir os custos de fretes de produtos, gerando mais competitividade para as empresas, principalmente exportadoras.
Justificativa: atualmente, a malha ferroviária do estado do Rio Grande do Sul possui diferentes bitolas de trilhos de trem, o que, em muitos casos, inviabiliza o transporte de passageiros e cargas em longas distâncias, encarecendo o frete e diminuindo a competitividade das empresas que necessitam de meios de transporte.
Público-alvo: empresas produtoras e exportadoras do estado e pessoas que necessitam de meio de transporte no RS

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: ALL
Órgãos públicos envolvidos: Ministério dos Transportes e Secretaria Estadual dos Transportes, SPGG e ALL
Organizações parceiras: sindicatos ligados ao transporte, refinarias de combustível, cooperativas e associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO**Elaboração de projeto executivo:** sim**Desapropriação:** não**Licença ambiental:** não**Licitação:** sim**Infraestrutura ou sistema de informação:** não**5 - PRODUTOS****Metas:** padronização da malha ferroviária do estado do Rio Grande do Sul**Custos:** R\$ 5.000.000,00**Prazo:** 120 meses**Etapas:**

EVTA, com custo aproximado de R\$ 300.000,00 e duração estimada de 24 meses.

- Levantamento de dados.
- Elaboração do termo de referência e processo de licitação.
- Contratação da empresa vencedora da licitação.
- Realização do estudo de viabilidade técnica e ambiental.
- Entrega do estudo.

Execução das obras, com custo aproximado de R\$ 4.500.000,00 e duração estimada de 96 meses.

- Baseado no estudo, realizar processo de licitação para contratação de empresa para realização das obras.
- Contratação de empresa.
- Realização das obras.
- Avaliação do projeto.

6 - RECURSOS DO PROJETO**Valor total estimado do projeto:** R\$ 5.000.000,00**Fontes de recursos:** Ministério dos Transportes

5.4.19 Aeroporto internacional de cargas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**Título:** *Aeroporto internacional de cargas***Localização:** Carazinho**Valor total estimado do projeto:** R\$ 2.000.000,00**Duração do projeto:** 24 meses**Responsável pela implementação:** Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: realizar um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a instalação de um aeroporto de cargas em Carazinho, RS

Justificativa: o aeroporto com essas características mais próximo é o de Campinas, SP, a mais de 1.000 Km de distância; necessidade de reforçar o caráter exportador da região; necessidade de assegurar o escoamento rápido e para melhores mercados dos hortifrutigranjeiros e outros bens alimentares perecíveis produzidos no sul do Brasil.

Público-alvo: empresas exportadoras do estado

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Diretoria do Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: Poder Executivo Municipal de Passo Fundo, Anac, Deinfra, SPGG, Ministério dos Transportes

Organizações parceiras: associações comerciais, sindicatos, instituições financeiras, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção e cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: sim

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: concluir o estudo dentro do prazo

Custos: R\$ 2.000.000,00

Prazo: 24 meses

Étapas:

Levantamento de dados, com custo aproximado de R\$ 1.800.000,00 e duração estimada de 20 meses.

Elaboração do estudo, com custo aproximado de R\$ 200.000,00 e duração estimada de 4 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00

Fontes de recursos: Ministério dos Transportes, emendas parlamentares, Bird, BNDES

5.5 Eixo estratégico: meio ambiente

5.5.1 Conclusão da rede de saneamento básico

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Conclusão da rede de saneamento básico</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 42.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Corsan

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: recolher os esgotos produzidos nos centros urbanos e meio rural e tratá-los para reutilização ou devolução para o meio ambiente. O objetivo é melhorar a qualidade de vida das populações, diminuindo a proliferação de doenças por contaminação das águas.
Justificativa: o nível de tratamento de esgotos ainda é um grande problema nos municípios do Corede Produção, com a proliferação de doenças por contaminação das águas de consumo humano ou simples contato.
Público-alvo: populações dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corsan
Órgãos públicos envolvidos: Fepam, secretarias municipais, secretaria estadual
Organizações parceiras: Trata Brasil, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção e ONGs

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: concluir o plano
Custos: R\$ 42.000.000,00
Prazo: 36 meses
Etapas: Atualizar o mapeamento da taxa de cobertura de saneamento, com custo aproximado de R\$ 420.000,00 e duração estimada de 2 meses. Realizar as obras, com custo aproximado de R\$ 41.580.000,00 e duração estimada de 34 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 42.000.000,00
Fontes de recursos: Trata Brasil, Ministério das Cidades, emendas parlamentares, BNDES, fundos internacionais

5.5.2 Estações de tratamento de esgotos

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Estações de tratamento de esgotos</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 63.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Corsan

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: tratar os esgotos produzidos nos centros urbanos e no meio rural para reutilização ou lançamento no meio ambiente, melhorando a qualidade de vida das pessoas e diminuindo a proliferação de doenças.
Justificativa: os baixos níveis de tratamento dos esgotos urbanos e rurais; a melhoria da qualidade de vida das populações; proliferação de doenças por contaminação das águas de consumo humano ou simples contato; necessidade de preservar o meio ambiente e assegurar mananciais de água com qualidade às gerações futuras.
Público-alvo: populações dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO:
Equipe do projeto: Corsan
Órgãos públicos envolvidos: Fepam, secretarias municipais, secretaria estadual
Organizações parceiras: Trata Brasil, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção e ONGs

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: sim
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: construir pelo menos uma ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) em cada município do Corede Produção
Custos: R\$ 63.000.000,00
Prazo: 36 meses
Etapas: Elaboração do processo licitatório e contratação da empresa, com custo aproximado de R\$ 6.300.000,00 e duração estimada de 14 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração dos projetos das estações em cada município • Avaliação e definição dos possíveis locais para instalação da ETE. • Realização do processo de licenciamento ambiental. • Elaboração do processo de licitação para contratação de empresa(s) para execução da(s) obra(s). Execução das obras, com custo aproximado de R\$ 56.700.000,00 e duração estimada de 22 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 63.000.000,00
Fontes de recursos: Trata Brasil, Ministério das Cidades, emendas parlamentares, BNDES, fundos internacionais

5.5.3 Microgeração energética na propriedade rural

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Microgeração energética na propriedade rural</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Banrisul, BRDE e Badesul

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: disponibilizar uma linha de crédito subsidiada para a implantação de sistemas de geração energéticas a partir de fontes renováveis (ex. painéis fotovoltaicos) nas propriedades rurais
Justificativa: elevado custo de expansão da rede elétrica; crescimento da demanda por energia elétrica; necessidade de proporcionar a redução dos valores pagos em energia para a companhia de eletricidade.
Público-alvo: populações do meio rural

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Sindicatos Rurais
Órgãos públicos envolvidos: Seapi, SDR, Fepam
Organizações parceiras: Embater, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, Senar

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: utilizar pelo menos 80% da verba disponibilizada
Custos: R\$ 2.000.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Recebimento e aprovação dos projetos apresentados, com custo aproximado de R\$ 400.000,00 e duração estimada de 9 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos critérios para adesão ao projeto. • Divulgação da linha de crédito. • Recebimento e avaliação dos projetos. • Aprovação dos projetos. • Definir cronograma para liberação dos recursos. Liberação do recurso para execução, com custo aproximado de R\$ 1.600.000,00 e duração estimada de 3 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento da execução. • Recebimento dos relatórios de conclusão dos projetos. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério de Minas e Energia, Secretaria Estadual de Minas e Energias, BNDES

5.5.4 Ecocentros

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Ecocentros</i>
Localização: 4 ecocentros distribuídos em 4 municípios: Carazinho, Casca, Marau e Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 7.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: centralizar, separar e comercializar para as indústrias transformadoras os resíduos recicláveis. O que se espera com este projeto é centralizar o recolhimento, a seleção e a destinação para reciclagem do lixo produzido no Corede Produção de maneira que seja possível agregar valor para a cadeia da reciclagem, gerando emprego, renda e melhoria no meio ambiente.

Justificativa: agregar valor aos resíduos recicláveis; estimular a criação de indústrias recicladoras; destinar corretamente os resíduos sólidos; gerar emprego e renda.

Público-alvo: populações urbanas dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: presidência da Câmara Setorial de Meio Ambiente do Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: Poderes Executivos Municipais, SPGG e Fepam

Organizações parceiras: universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, escolas públicas, cooperativas de catadores, Corede Produção e ONGs vinculadas à preservação do meio ambiente

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: não

Licença ambiental: sim

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: construir 4 ecocentros

Custos: R\$ 7.000.000,00

Prazo: 36 meses

Etapas:

Projeto de arquitetura e engenharia, processo de licitação e de licenciamento ambiental, com custo aproximado de R\$ 1.400.000,00 e duração estimada de 18 meses.

Construção e equipamento dos ecocentros, com custo aproximado de R\$ 280.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 7.000.000,00

Fontes de recursos: bancos de desenvolvimento, ministérios, secretarias estaduais e emendas parlamentares

5.5.5 Ecoponto

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Ecoponto</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.680.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: secretarias municipais responsáveis pela limpeza urbana

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: efetivar a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos para posterior valorização por reutilização ou reciclagem
Justificativa: justifica-se a instalação de ecopontos nos 21 municípios que integram o Corede Produção, tendo em vista o alto custo para o transporte e o armazenamento em aterros licenciados dos resíduos recicláveis produzidos em cada município; estimular a indústria local de reciclagem, gerando emprego e renda.
Público-alvo: populações urbanas dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: secretarias municipais responsáveis pelo meio ambiente ou pela limpeza urbana
Órgãos públicos envolvidos: Poderes Executivos municipais
Organizações parceiras: Fepam, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, escolas públicas e ONGs vinculadas à preservação do meio ambiente

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: adquirir, distribuir e instalar 400 ecopontos
Custos: R\$ 1.680.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Processo de licitação e aquisição dos ecopontos, com custo aproximado de R\$ 1.400.000,00 e duração estimada de 4 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos termos da licitação. • Abertura do processo de licitação. • Recebimento das propostas. • Definição da empresa vencedora. Mapeamento e instalação dos ecopontos, com custo aproximado de R\$ 280.000,00 e duração estimada de 8 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos locais para instalação. • Realizar a instalação. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.680.000,00
Fontes de recursos: Poderes Executivos municipais

5.5.6 Recuperação das matas ciliares

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Recuperação das matas ciliares</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: recuperar as matas ciliares como forma de proteção aos aquíferos e uso sustentável dos corredores ecológicos; melhorar a qualidade da água e diminuir açoramento dos rios e as perdas por evaporação.
Justificativa: a elevada taxa de açoramento dos rios, a perda de quantidade e qualidade das águas superficiais e alta taxa de degradação dos ecossistemas fluviais justificam ações de preservação das matas ciliares.
Público-alvo: populações dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Meio Ambiente
Órgãos públicos envolvidos: Poderes Executivos municipais
Organizações parceiras: Fepam, universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, Sindicatos Rurais, Emater, SDR, Feapi, cooperativas, RGE e ONGs vinculadas à preservação do meio ambiente

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: reflorestamento de 70% das áreas desmatadas e reconstituição dos respectivos corredores ecológicos existentes na região
Custos: R\$ 2.000.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Diagnóstico prévio para preparação dos mapas. Mapeamento das áreas de intervenção prioritária. Aquisição das mudas de árvores, com custo aproximado de R\$ 500.000,00 e duração estimada de 6 meses. Plantio das áreas atendidas, com custo aproximado de R\$ 1.500.000,00. Manutenção das áreas atendidas, com duração de 42 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Fontes de recursos: Poderes Executivos municipais, bancos de desenvolvimento, ONGs de proteção ao meio ambiente

5.5.7 Observatório climático

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Observatório climático</i>
Localização: Passo Fundo
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: disponibilizar informação meteorológica previewal para o apoio ao produtor rural; prevenção de catástofes naturais de origem climática.
Justificativa: inexistência desse serviço com um espectro largo de divulgação da previsão. Aumento da frequência de fenômenos climáticos extremos em função das alterações climáticas. Uso de plataforma de divulgação de informação e alertas via celular e sistema androide e iOS. Alta vulnerabilidade das culturas regionais às alterações climáticas.
Público-alvo: produtores rurais em primeira instância e a população em geral em segunda instância

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: UPF
Órgãos públicos envolvidos: Embrapa, SPGG e Seapi
Organizações parceiras: organizações internacionais de estudo e previsão meteorológica, operadores e provedores de sinal de comunicação, Sindicatos Rurais, cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: sim
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: instalar um observatório climático na região do Corede Produção
Custos: R\$ 1.500.000,00
Prazo: 12 meses
Étapas: Diagnóstico prévio com detalhamento. Elaboração do projeto. Estudo de viabilidade técnica e ambiental e licitação, com custo aproximado de R\$ 150.000,00 e duração estimada de 5 meses. Aquisição dos equipamentos e execução da obra, com custo aproximado de R\$ 1.350.000,00 e duração estimada de 7 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.500.000,00
Fontes de recursos: governo federal

5.5.8 Levantamento geológico e geomórfico da região

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Levantamento geológico e geomórfico da região</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 36 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: caracterizar o território e subsidiar, com informação atualizada, a tomada de decisão sobre ordenamento territorial.

Justificativa: necessidade de conhecer os recursos para melhor preservá-los. Caracterizar reservas aquíferas subterrâneas e de superfície. Definir cientificamente quais as melhores áreas para expansão rural e urbana. Servir de suporte a outras ferramentas de gestão territorial, como PDMs.

Público-alvo: populações dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: IBGE

Órgãos públicos envolvidos: SPGG

Organizações parceiras: universidades comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: realizar o estudo

Custos: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 36 meses

Etapas:

Diagnóstico prévio da necessidade – 3 meses.

Preparação dos envolvidos – 45 dias.

Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 6 meses.

Realização do estudo, com custo aproximado de R\$ 900.000,00 e duração estimada de 30 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00

Fontes de recursos: governo federal

5.5.9 Aproveitamento das águas pluviais

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: *Aproveitamento das águas pluviais*

Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção

Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00

Duração do projeto: 36 meses

Responsável pela implementação: Secretaria Municipal de Meio Ambiente

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: estabelecimento do IPTU Verde. O objetivo do projeto é incentivar as pessoas a fazer o uso consciente da água, realizando ações para diminuição do consumo e reaproveitamento da água. O escopo do projeto consiste em reconhecer boas práticas de preservação da água, e quem adotar será recompensado com descontos no IPTU. Os resultados esperados com o projeto são a redução do desperdício de água potável, o aumento das ações de reaproveitamento de água e o aumento dos níveis dos reservatórios de captação de água.

Justificativa: as águas pluviais representam um importante manancial que, neste momento, é desperdiçado e, em alguns municípios, até poluído por redes mistas de saneamento. É, pois, importante iniciar um trabalho de valorização desse manancial, usando, por exemplo, uma redução do IPTU para que promova o reúso desse tipo de água.

Público-alvo: população dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Corsan

Órgãos públicos envolvidos: prefeituras municipais e Fepam

Organizações parceiras: ONGs ligadas à preservação da água

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: sim

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: criar e publicar a lei para regular o incentivo
Custos: R\$ 1.000.000,00
Prazo: 36 meses
Etapas: Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 6 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um projeto de lei de criação do incentivo. • Criação da lei de incentivo. Aplicação, com custo aproximado de R\$ 900.000,00 e duração estimada de 30 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação da lei de incentivo. • Reunião com municípios para discutir ideias sobre boas práticas de preservação da água. • Realização de evento de reconhecimento de boas práticas reconhecidas. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: prefeituras municipais

5.5.10 Ampliação dos pontos de coleta de água para análise e transparência na divulgação dos resultados

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Ampliação dos pontos de coleta de água para análise e transparência na divulgação dos resultados</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Coordenadorias Regionais de Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: ampliar os pontos de coleta de água potável, aumentar o grau de transparência na divulgação dos resultados da qualidade e melhorar a qualidade de vida das populações através do consumo de água de qualidade. O que se espera com esse projeto é identificar os fatores que possam alterar a qualidade da água que chega até as residências por meio do aumento de número de pontos de coleta e aumento da frequência e, também, gerar transparência com relação aos resultados das análises.

Justificativa: atualmente, o recolhimento de amostras de águas é realizado em poucos pontos, sendo necessário estender tais análises para pontos de difícil acesso, principalmente, no meio rural, que, comprovadamente, vem sofrendo com a baixa qualidade da água potável por contaminação de agrotóxicos. A amplitude da coleta atual não garante a qualidade da água que chega até as torneiras das residências da população, portanto, faz-se necessária a ampliação dos pontos de coleta e a identificação dos fatores que possam gerar alterações nos padrões de qualidade. Outra questão é o anseio da população com relação à divulgação do resultado das análises, dando maior transparência ao processo.

Público-alvo: as populações dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Coordenadoria Regional de Saúde

Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Corsan e Fepam

Organizações parceiras: universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção, Corede Produção e ONGs

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: duplicar os pontos de coleta de amostras de água

Custos: R\$ 5.000.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Mapear os novos pontos de coleta, com custo aproximado de R\$ 150.000,00 e duração estimada de 3 meses.

- Realizar um estudo e definir quais os novos pontos de coleta.
- Publicar, em locais de circulação, uma lista com os locais de coleta.

Realizar as análises e gerar uma plataforma on-line de consulta pública para a divulgação dos resultados, com custo aproximado de R\$ 4.850.000,00 e duração estimada de 45 meses.

- Criar e/ou melhorar o sistema de gestão das análises.
- Licitar laboratórios para realização das novas análises.
- Dar acesso à população do resultado das análises.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 5.000.000,00
Fontes de recursos: governo estadual, bancos de desenvolvimento e organismos internacionais

5.6 Eixo estratégico: saúde

5.6.1 Qualificação das equipes da Atenção Primária à Saúde

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Qualificação das equipes da Atenção Primária à Saúde (APS)</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.400.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsáveis pela implementação: Coordenadorias Regionais de Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: qualificar as equipes da APS dos municípios da região do Corede Produção
Justificativa: a atenção básica à saúde realizada na APS ainda apresenta um baixo índice de resolutividade, sendo que o usuário é, na maioria dos casos, encaminhado para um especialista em unidades de maior complexidade, contribuindo para a sobrecarga dos serviços de referência secundário e terciário. Também é evidente, para as coordenadorias, a falta de critérios da maioria dos profissionais para a solicitação de exames complementares ao diagnóstico clínico.
Público-alvo: equipes da APS dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: secretários municipais de saúde
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde
Organizações parceiras: universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: realizar 84 cursos de formação, sendo um por ano, por município
Custos: R\$ 8.400.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Reunião prévia com os envolvidos. Elaboração do plano de formação e definição dos conteúdos programáticos, com custo aproximado de R\$ 40.000,00 e duração estimada de 4 meses. Aplicação das formações nos municípios, com custo aproximado de R\$ 8.360.000,00 e duração estimada de 44 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.400.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde

5.6.2 Qualificação das infraestruturas da Atenção Primária à Saúde

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Qualificação das infraestruturas da Atenção Primária à Saúde (APS)</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Coordenadorias Regionais de Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: qualificar a infraestrutura e os equipamentos da APS
Justificativa: atualmente, a infraestrutura do setor é deficitária e, para a melhoria das condições de trabalho e atendimento, visando ao aumento da resolutividade, é necessário investir em infraestrutura e equipamentos, para, com isso, termos um incremento significativo.
Público-alvo: equipes técnicas da APS e populações dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Saúde
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde
Organizações parceiras: universidades comunitárias da região de abrangência do Corede Produção para projetos, Crea, CAU, Corpo de Bombeiros

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: sim
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: efetivar o investimento em 10% da APS em cada município
Custos: R\$ 21.000.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Levantamento das necessidades de melhorias e elaboração dos projetos, com custo aproximado de R\$ 4.200.000,00 e duração estimada de 8 meses. Execução das obras e aquisição de equipamentos, com custo aproximado de R\$ 16.800.000,00 e duração estimada de 40 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde

5.6.3 Formação para gestores públicos na área da saúde

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Formação para gestores públicos na área da saúde</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 441.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Coordenadorias Regionais de Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: realizar cursos de capacitação focados na excelência da gestão pública de saúde para gestores públicos alocados na área.
Justificativa: no atual mundo globalizado em que estamos inseridos, o setor da saúde tem poucas opções de formação na área de gestão, para que seja possível melhorar a organização e efetividade dos serviços prestados. O elevado número de determinações judiciais relacionadas à garantia de direitos relativos à saúde. Custos elevados com saúde nos municípios. Desconhecimento dos gestores sobre as políticas e as práticas públicas na área da saúde e a necessidade de capacitá-los para dar a melhor resposta aos que necessitam do atendimento público de saúde.
Público-alvo: gestores públicos de saúde dos 21 municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO**Equipe do projeto:** Coordenadorias Regionais de Saúde**Órgãos públicos envolvidos:** Secretaria Estadual da Saúde, Secretarias Municipais de Saúde, Ministério da Saúde, Ministério Público, Judiciário e TCE-RS**Organizações parceiras:** universidades comunitárias na região de abrangência do Corede Produção**4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO****Elaboração de projeto executivo:** não**Desapropriação:** não**Licença ambiental:** não**Licitação:** sim**Infraestrutura ou sistema de informação:** não**5 - PRODUTOS****Metas:** capacitar pelo menos 80% dos gestores públicos de saúde do Corede Produção**Custos:** R\$ 441.000,00**Prazo:** 24 meses**Etapas:**

Preparação prévia das capacitações.

Pesquisa com todos os profissionais.

Tabulação das carências de gestão dos profissionais.

Elaboração do plano de capacitação e definição dos conteúdos programáticos, com custo aproximado de R\$ 44.100,00 e duração estimada de 4 meses.

Realização das capacitações, com custo aproximado de R\$ 396.900,00 e duração estimada de 20 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO**Valor total estimado do projeto:** R\$ 441.000,00**Fontes de recursos:** Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

5.6.4 Motolância

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**Título:** *Motolância***Localização:** Corede Produção**Valor total estimado do projeto:** R\$ 150.000,00**Duração do projeto:** 12 meses**Responsável pela implementação:** Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: disponibilizar uma motolância ao município de Passo Fundo - Projeto Piloto

Justificativa: o trânsito, muitas vezes, faz com que seja difícil ter agilidade nos atendimentos de urgência e necessidade crescente de um atendimento emergencial qualificado em muito pouco tempo, incompatível com a realidade citada e disponibilidade de meios neste momento em Passo Fundo. Dificuldades de atendimento nos números emergenciais. Comprovado envelhecimento das populações e aumento dos problemas, por exemplo, cardiovasculares em públicos cada vez mais jovens. Diminuição do número de fatalidades pela demora no atendimento.

Público-alvo: população de Passo Fundo

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Saúde

Órgãos públicos envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde

Organizações parceiras: universidades comunitárias, socorristas voluntários e hospitais comunitários

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: sim

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: instalar como projeto piloto uma "motolância" em Passo Fundo

Custos: R\$ 150.000,00

Prazo: 12 meses

Étapas:

Elaboração do processo de licitação e contratação da empresa para a aquisição da motocicleta e equipamentos, com custo aproximado de R\$ 15.000,00 e duração estimada de 3 meses.

Aquisição, entrega dos equipamentos e treinamento do profissional, com custo aproximado de R\$ 135.000,00 e duração estimada de 9 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 150.000,00

Fontes de recursos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

5.6.5 Oficinas terapêuticas

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: *Oficinas terapêuticas*

Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção

Valor total estimado do projeto: R\$ 3.024.000,00

Duração do projeto: 48 meses

Responsável pela implementação: Secretário Municipal da Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: implementar estratégias que venham a melhorar a qualidade de vida das pessoas da melhor idade

Justificativa: um dos grandes desafios das cidades, hoje, é de cuidar da terceira idade, a qual será aproximadamente 30% do total da população nos próximos 20 anos. Com isso, existe uma necessidade de tratamento das pessoas da terceira idade; aumento da expectativa de vida; necessidade de manter ativos, em corpo e mente, os integrantes da melhor idade.

Público-alvo: população da melhor idade dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Saúde

Órgãos públicos envolvidos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde

Organizações parceiras: hospitais comunitários, universidades comunitárias, ONGs de cuidados a pessoas na melhor idade

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: manter uma oficina terapêutica por município do Corede Produção

Custos: R\$ 3.024.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Elaboração do plano e definição dos conteúdos das oficinas, com custo aproximado de R\$ 30.240,00 e duração estimada de 6 meses.

Implantação e manutenção das oficinas, com custo aproximado de R\$ 2.993.760,00 e duração estimada de 42 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 3.024.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

5.6.6 Inclusão da saúde mental no atendimento básico de saúde

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Inclusão da saúde mental no atendimento básico de saúde</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.080.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretário Municipal da Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: incluir um médico especialista em saúde mental no atendimento básico de saúde
Justificativa: a ocorrência de doenças mentais vem crescendo vertiginosamente, conforme comprovado pelo grande número de afastamento das atividades laborais por depressão, o que ocasiona um ônus muito grande para o erário público e para as empresas, considerados critérios de produtividade.
Público-alvo: população do Corede Produção com doenças mentais

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Saúde
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde
Organizações parceiras: ONGs de valorização da vida

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: ter pelo menos um médico especialista na área em cada município
Custos: R\$ 10.080.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Processo de contratação de um profissional da área para cada município e adequação da estrutura de atendimento, com custo aproximado de R\$ 100.800,00 e duração estimada de 4 meses. Manutenção do profissional e da estrutura, com custo aproximado de R\$ 9.979.200,00 e duração estimada de 44 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.080.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

5.6.7 A academia da saúde como suporte ao combate das doenças crônicas não transmissíveis

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>A academia da saúde como suporte ao combate das doenças crônicas não transmissíveis</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 840.000,00
Duração do projeto: 16 meses
Responsável pela implementação: Secretário Municipal da Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: criar um programa chamado “academia da saúde”, no qual os integrantes participariam de atividades físicas, teriam acompanhamento médico e psicológico, com o objetivo de aumentar a qualidade de vida das pessoas e diminuir o impacto social causado por doenças crônicas relacionadas ao estilo de vida dos centros urbanos.
Justificativa: avanço das doenças crônicas não transmissíveis como consequência dos estilos de vida urbanos; combate ao sedentarismo.
Público-alvo: portadores de doenças crônicas não transmissíveis

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Saúde
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde
Organizações parceiras: universidades comunitárias, socorristas voluntários, ONGs e hospitais comunitários

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: ter o programa em 75% dos municípios do Corede Produção
Custos: R\$ 840.000,00
Prazo: 16 meses
<p>Etapas:</p> <p>Elaboração do programa, com custo aproximado de R\$ 84.000,00 e duração estimada de 4 meses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos responsáveis pela elaboração e execução do projeto. • Elaboração do projeto. • Definição dos critérios para participação. • Lançamento do projeto. <p>Implementação do programa, com custo aproximado de R\$ 756.000,00 e duração estimada de 12 meses.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos locais para realização das atividades. • Contratação de profissionais da saúde para realizar as atividades. • Levantamento das necessidades de material e equipamentos. • Aquisição de materiais e equipamentos. • Realização das atividades. • Relatório de avaliação do projeto.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 840.000,00
Fontes de recursos: Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social

5.6.8 Médico no pré-natal

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Médico no pré-natal</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.080.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: incorporação de um médico especialista no acompanhamento pré-natal das gestantes no Sistema Único de Saúde, com o objetivo de proporcionar saúde e segurança à gestante e diminuir os casos de mortalidade infantil.

Justificativa: atualmente, as gestantes não são acompanhadas por médicos especialistas no pré-natal e algumas situações poderiam ser evitadas com esse acompanhamento especializado.

Público-alvo: gestantes

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Saúde

Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde

Organizações parceiras: hospitais comunitários, universidades comunitárias, ONGs de cuidados à gestante

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: contratação de 21 médicos especialistas

Custos: R\$ 10.080.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 10.080,00 e duração estimada de 4 meses.

- Elaboração do projeto.
- Aprovação do projeto.
- Abertura do processo de licitação.

Manutenção do especialista durante 4 anos, com custo aproximado de R\$ 10.069.920,00 e duração estimada de 44 meses.

- Abertura do processo de seleção dos profissionais
- Contratação e manutenção dos profissionais.
- Aquisição de materiais e equipamentos necessários para o atendimento especializado.
- Acompanhamento das atividades.
- Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 10.080.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde, SUS, Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social

5.6.9 Apoio à melhor idade, um serviço à comunidade

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Apoio à melhor idade, um serviço à comunidade</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: o projeto tem como escopo apoiar os públicos mais idosos dos municípios da região; viabilizar, financeiramente, os hospitais locais; criar uma figura jurídica que suporte a implantação de unidade geriátrica.
Justificativa: inexistência no setor público de infraestruturas de apoio à melhor idade nos municípios mais pequenos. A manutenção de equipes médicas e de enfermagem nos hospitais locais é muito onerosa para que se justifique a sua permanência, assim, se torna possível ampliar a atuação, servindo de suporte ao atendimento geriátrico.
Público-alvo: pequenas unidades de saúde dos municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Municipal de Saúde
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Ministério da Saúde
Organizações parceiras: hospitais comunitários, universidades comunitárias, ONGs de cuidados a pessoas da melhor idade

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: auxiliar 100% das unidades de saúde na região do Corede Produção na manutenção das suas atividades
Custos: R\$ 50.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 10.000,00 e duração estimada de 3 meses. Apoio à criação jurídica para a implantação das unidades geriátricas e suporte administrativo para início das atividades, com custo aproximado de R\$ 40.000,00 e duração estimada de 9 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00 Elaboração do projeto: R\$ 10.000,00 Materiais de consumo e outros: 40.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual da Saúde e Secretarias Municipais de Saúde

5.6.10 Programa regional de combate às dependências

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Programa regional de combate às dependências químicas</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual da Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: criar programas de valorização à vida que reduzam o consumo de álcool e outras substâncias químicas
Justificativa: o crescente número de dependentes químicos; o consumo de álcool por jovens; o álcool como a porta de entrada para outras drogas; a diminuição dos gastos públicos com o tratamento de dependentes químicos.
Público-alvo: pessoas em situação de vulnerabilidade em relação ao consumo de álcool e outras substâncias químicas

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais de Assistência Social
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social
Organizações parceiras: ONGs de valorização da vida

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: implantar o programa em 80% dos municípios do Corede Produção
Custos: R\$ 2.100.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 100.000,00 e duração estimada de 6 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto. • Aprovação do projeto. • Abertura do processo de licitação. Manutenção dos especialistas durante 4 anos, com custo aproximado de R\$ 2.000.000,00 e duração estimada de 44 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Abertura do processo de seleção dos profissionais. • Contratação e manutenção dos profissionais. • Aquisição de materiais e equipamentos necessários para o atendimento especializado. • Acompanhamento das atividades. Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.100.000,00
Fontes de recursos: Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social

5.6.11 Apoio à melhor idade

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Apoio à melhor idade</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 4.000.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretarias Municipais de Assistência Social

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO**Objetivo:** cuidar da população mais envelhecida**Justificativa:** o envelhecimento da população é uma realidade em toda a região. Por outro viés, os processos migratórios estão afastando as famílias, contribuindo, ativamente, para o aparecimento de fenômenos de abandono. Torna-se urgente atuar, criando soluções, economicamente, acessíveis para resolver esse problema característico dos novos tempos.**Público-alvo:** pessoas da melhor idade**3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO****Equipe do projeto:** Secretarias Municipais de Assistência Social**Órgãos públicos envolvidos:** Secretarias Municipais de Assistência Social**Organizações parceiras:** associações e grupos da melhor idade**4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO****Elaboração de projeto executivo:** não**Desapropriação:** não**Licença ambiental:** não**Licitação:** não**Infraestrutura ou sistema de informação:** não**5 - PRODUTOS****Metas:** implantar o programa em 80% dos municípios do Corede Produção**Custos:** R\$ 4.000.000,00**Prazo:** 12 meses**Etapas:**

Projeto de arquitetura e engenharia, processo de licitação e de licenciamento ambiental, com custo aproximado de R\$ 400.000,00 e duração estimada de 3 meses. Execução, com custo aproximado de R\$ 3.600.000,00 e duração estimada de 9 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO**Valor total estimado do projeto:** R\$ 4.000.000,00**Fontes de recursos:** Secretaria Estadual da Saúde

5.6.12 Associação de novos serviços de proximidade como resposta à necessidade de viabilização dos hospitais locais

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: Associação de novos serviços de proximidade como resposta à necessidade de viabilização dos hospitais locais
Localização: 4 municípios do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Coordenadorias Regionais de Saúde

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: valorizar o hospital local, o qual na maioria das vezes é responsável pelo atendimento das demandas urgentes.
Justificativa: evitar o encerramento de unidades hospitalares de proximidade, dotando-as de valências de cuidados continuados e paliativos, vocacionando-os para públicos que estão agora desacompanhados, procurando, com isso, rentabilizá-los e viabilizar a sua existência.
Público-alvo: populações atendidas pelo hospital

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Secretarias Municipais de Saúde
Organizações parceiras: associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: manter em funcionamento os hospitais regionais
Custos: R\$ 2.000.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Entrevistas prévias nos municípios. Levantamento das necessidades. Projeto de arquitetura e engenharia, processo de licitação e de licenciamento ambiental, com custo aproximado de R\$ 200.000,00 e duração estimada de 6 meses. Execução, com custo aproximado de R\$ 1.800.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual da Saúde

5.7 Eixo estratégico: Segurança

5.7.1 Tornozeleira eletrônica integrada na rede de videomonitoramento

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Tornozeleira eletrônica integrada na rede de videomonitoramento</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Susepe

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: integrar o sistema de monitoramento por tornozeleira eletrônica no sistema de videomonitoramento regional
Justificativa: necessidade de aumentar o grau de confiabilidade no cumprimento da pena; ampliar do uso do dispositivo a outros tipos da pena; ampliar o uso desta tecnologia como forma de diminuir a população prisional.
Público-alvo: apenados do regime semiaberto

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Susepe
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe
Organizações parceiras: Consepro, associações comunitárias e associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim, precedida de termo de referência
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: ter 100% das tornozeleiras eletrônicas ligadas ao sistema de videomonitoramento
Custos: R\$ 1.000.000,00
Prazo: 18 meses
Etapas: Elaboração do termo de referência, processo licitatório e contratação da empresa, com custo aproximado de R\$ 50.000,00 e duração estimada de 12 meses. Implementação do sistema, com custo aproximado de R\$ 950.000,00 e duração estimada de 6 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Consepro e emendas parlamentares

5.7.2 Integração de civis nas atividades administrativas das forças de segurança pública

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Integração de civis nas atividades administrativas das forças de segurança pública</i>
Localização: Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 72.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: realocar servidores de áreas administrativas de órgãos descontinuados nas áreas administrativas dos órgãos de segurança para liberar os quadros de policiais militares para as atividades ostensivas, aliviando-os de outras atividades.
Justificativa: a realocação de servidores de outros quadros administrativos oriundos de instituições descontinuadas para a segurança, a absorção de atividades administrativas por civis e a consequente liberação de militares para a atividade ostensiva.
Público-alvo: servidores do estado disponíveis em virtude da extinção da instituição/órgão original

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Estadual de Segurança Pública
Órgãos públicos envolvidos: Susepe, Brigada Militar, Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias (IGP)
Organizações parceiras: Consepro e associações comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO**Elaboração de projeto executivo:** não**Desapropriação:** não**Licença ambiental:** não**Licitação:** não**Infraestrutura ou sistema de informação:** não**5 - PRODUTOS****Metas:** disponibilizar 100 servidores para os órgãos de segurança pública do Corede Produção, sendo 20 para a Brigada Militar e 80 para a Susepe e a Polícia Civil.**Custos:** R\$ 72.000,00**Prazo:** 12 meses**Etapas:**

Levantamento de servidores disponíveis – duração estimada de 3 meses.

- Realizar um levantamento dos servidores disponíveis.
- Avaliar os postos de trabalho que serão assumidos por esses servidores.
- Integrar os servidores aos novos postos de trabalho.

Realocação dos servidores nos órgãos de segurança, com custo aproximado de R\$ 72.000,00 e duração estimada de 9 meses.

- Realizar um plano para a integração dos servidores que executavam atividades administrativas no policiamento ostensivo.
- Adequar a questão salarial dos servidores para o recebimento de adicional de periculosidade.
- Avaliar os resultados do projeto.

6 - RECURSOS DO PROJETO**Valor total estimado do projeto:** R\$ 72.000,00**Fontes de recursos:** governo estadual

5.7.3 Renovação de frota dos órgãos de segurança pública

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**Título:** *Renovação de frota dos órgãos de segurança pública***Localização:** Corede Produção**Valor total estimado do projeto:** R\$ 8.200.000,00**Duração do projeto:** 48 meses**Responsável pela implementação:** Secretaria Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: renovação programada (anual) da frota veicular das forças de segurança, tendo como escopo a diminuição do tempo de uso para que a frota possa ser leiloada com a menor depreciação possível e o valor seja utilizado para aquisição de veículos novos.

Justificativa: elevado valor da manutenção em veículos com mais de quatro anos de uso; estado adiantado de degradação do parque de viaturas das forças policiais; possibilidade de custeio das novas viaturas pela venda em leilão das unidades (com no máximo 4 anos de utilização para não perder valor de mercado) a substituir.

Público-alvo: veículos dos órgãos de segurança dos municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Secretaria Estadual de Segurança Pública

Órgãos públicos envolvidos: Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe e IGP

Organizações parceiras: Consepro e associações comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas:

Ano 1: renovar 20 viaturas da BM, 01 da Susepe e 10 da Polícia Civil.

Ano 2: renovar 20 viaturas da BM, 01 da Susepe e 10 da Polícia Civil.

Ano 3: renovar 20 viaturas da BM, 01 da Susepe e 10 da Polícia Civil.

Ano 4: renovar 20 viaturas da BM, 01 da Susepe e 10 da Polícia Civil.

Custos: R\$ 8.200.000,00

Prazo: 48 meses

Etapas:

Inventário das viaturas a serem leiloadas e programação dos leilões anuais, com custo aproximado de R\$ 82.000,00 e duração estimada de 8 meses.

- Realizar um inventário dos veículos com mais de 4 anos de uso.
- Realizar leilão para a venda das viaturas.
- Repetir o processo anualmente.

Abertura do processo de licitação e aquisição de novas viaturas, com custo aproximado de R\$ 8.118.000,00 – valor médio de cada veículo = R\$ 65.467,74 * 31 (número de viaturas por ano) * 4 (período de quatro anos) – e duração estimada de 40 meses.

- Elaborar processo de licitação para aquisição de novas viaturas.
- Realizar a aquisição das viaturas anualmente conforme meta anual por órgão.
- Repetir o processo anualmente.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 8.200.000,00
Fontes de recursos: governo estadual

5.7.4 Sistema de proteção às mulheres vítimas de violência

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Sistema de proteção às mulheres vítimas de violência</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: disponibilizar tecnologia avançada que permita que a mulher vítima de violência consiga rapidamente comunicar as autoridades competentes situações em que ela esteja em risco. O objetivo é garantir a segurança das mulheres vítimas de violência, garantindo que estejam protegidas de seus agressores.
Justificativa: inexistência de mecanismo rápido de resposta ao cumprimento das áreas de restrição e defesa das vítimas; possibilidade de integrar esse dispositivo no sistema de videomonitoramento, agilizando a resposta à vítima.
Público-alvo: mulheres em situação de vulnerabilidade por motivos de violência ou agressão

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Estadual de Segurança Pública
Órgãos públicos envolvidos: Brigada Militar, Polícia Civil e Susepe
Organizações parceiras: Consepro e associações comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: ampliar em 50% a eficiência no atendimento de chamados de mulheres em situação de risco de violência
Custos: R\$ 2.000.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Investimento em tecnologia para o efetivo monitoramento, com custo aproximado de R\$ 200.000,00 e duração estimada de 8 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos equipamentos necessários. • Elaboração do processo de licitação para aquisição dos equipamentos. • Aquisição e instalação dos equipamentos. • Orientação às vítimas sobre o funcionamento do sistema. Integração e manutenção do monitoramento, com custo aproximado de R\$ 1.800.000,00 e duração estimada de 40 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Integração com os sistemas de videomonitoramento. • Manutenção dos salários dos responsáveis pelo monitoramento durante 48 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 2.000.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Justiça, governo do estado e emenda parlamentar

5.7.5 IGP - reforçar para agilizar

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>IGP - reforçar para agilizar</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Duração do projeto: 18 meses
Responsável pela implementação: Secretário Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: fortalecer o IGP, para que, dessa forma, seja possível agilizar a sua atuação, com a percepção da sociedade pela sua atuação.
Justificativa: neste momento, o IGP é uma instituição essencial ao bom desempenho das forças de segurança, mas que, por falta de efetivo e equipamento, está lento, causando prejuízos ao desempenho daqueles que dependem dos seus resultados ou atuação.
Público-alvo: servidores do IGP alocados nos municípios integrantes do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Estadual de Segurança Pública
Órgãos públicos envolvidos: IGP e Secretaria Estadual de Segurança Pública
Organizações parceiras: Consepro e associações comunitárias

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: aumentar em 30% o efetivo de servidores e em 15% o número de veículos alocados no IGP para a região do Corede Produção
Custos: R\$ 500.000,00
Prazo: 18 meses
Etapas: Realocação de servidores de outros órgãos do estado e abertura de concurso público para as áreas técnicas, com custo aproximado de R\$ 200.000,00 e duração estimada de 12 meses. Renovação e aquisição de equipamentos, com custo aproximado de R\$ 300.000,00 e duração estimada de 12 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 500.000,00
Fontes de recursos: Ministério da Justiça, governo do estado e emenda parlamentar

5.7.6 Mediação de conflitos

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Mediação de conflitos</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: ampliar a utilização da justiça restaurativa como forma socioeducativa por meio de convênios com universidades

Justificativa: a sobrelotação das cadeias e a certeza de que não se conta, hoje, com meios expeditos e eficazes de socioeducação impõem ao Poder Judicial a demanda por novas alternativas. A justiça restaurativa tem sido implementada com sucesso em diversos estados, inclusive no RS, tendo apresentado bons resultados, razão pela qual se faz importante replicar os exemplos e alargar a malha de parceiros.

Público-alvo: pessoas envolvidas em litígios

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Brigada Militar

Órgãos públicos envolvidos: Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Polícia Civil

Organizações parceiras: universidades comunitárias e Tribunais de Mediação

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: não

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: reduzir em 10% o número de processos oriundos de pequenos conflitos

Custos: R\$ 250.000,00

Prazo: 12 meses

Étapas:

Articulação com atores envolvidos no projeto – 5 meses.

Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 12.500,00 e duração estimada de 3 meses.

Execução, com custo aproximado de R\$ 237.500,00 e duração estimada de 9 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO

Valor total estimado do projeto: R\$ 250.000,00

Fontes de recursos: universidades

5.7.7 Recomposição do efetivo na proporção de desligamentos

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Recomposição do efetivo na proporção de desligamentos</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 0,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: manter o número mínimo de efetivo nos órgãos de segurança de cada município, sendo possível manter pelo menos o mesmo número de servidores.
Justificativa: aumento do número de servidores que se aposentam; dificuldade de a Brigada Militar repor o efetivo; aumento do número da criminalidade em geral; sobrecarga do efetivo atual; baixa qualidade do atendimento das ocorrências, tendo em vista o efetivo reduzido.
Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Brigada Militar
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Susepe, Brigada Militar e Polícia Civil
Organizações parceiras: Consepro, associações comunitárias e associações comerciais.

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: garantir o número mínimo do efetivo para a região
Custos: R\$ 50.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Elaboração do projeto, com custo aproximado de R\$ 0,00 e duração estimada de 6 meses. Execução, com custo aproximado de R\$ 50.000,00 e duração estimada de 18 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 50.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Segurança Pública

5.7.8 Inserção eletrônica de boletins de ocorrência (plataforma integrada)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Inserção eletrônica de boletins de ocorrência (plataforma integrada)</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 720.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: criar um sistema de informação interligado, que agilize o processo de registro de ocorrências tendo como escopo a redução do tempo de atendimento das ocorrências; centralizar a informação e melhorar a disponibilidade dos dados.
Justificativa: atualmente, o processo ainda é realizado em formulários de papel e, dependendo do tipo de evento, os policiais podem levar mais de 4 horas para realizar um boletim de ocorrência; a Delegacia On-line recebe somente alguns tipos de ocorrência; centralização dos dados das ocorrências; agilidade no atendimento das ocorrências; desburocratização do processo de registro de ocorrências.
Público-alvo: servidores dos órgãos de segurança pública

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria Estadual de Segurança Pública
Órgãos públicos envolvidos: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Brigada Militar, Polícia Civil, Susepe e IGP
Organizações parceiras: Consepro, associações comunitárias e associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: ter um sistema interligado para registro de ocorrências que gere agilidade e que diminua o tempo para atendimento das ocorrências policiais
Custos: R\$ 720.000,00
Prazo: 24 meses
Etapas: Elaborar o projeto e o processo de licitação, com custo aproximado de R\$ 36.000,00 e duração estimada de 6 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto. • Definição dos mecanismos necessários. Contratar a empresa, implantar e treinar os operadores do sistema, com custo aproximado de R\$ 684.000,00 e duração estimada de 18 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do processo de licitação. • Contratação de empresa para implantação do sistema. • Aquisição de dispositivos para registros das ocorrências. • Treinamento dos operadores. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 720.000,00
Fontes de recursos: bancos de desenvolvimento, ministérios, secretarias estaduais e emendas parlamentares

5.7.9 Segurança nos currículos escolares

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Segurança nos currículos escolares</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 105.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Coordenadorias Regionais de Educação

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: incorporar o tema da segurança no ambiente escolar tendo como escopo a redução dos índices de drogadição e criminalidade no ambiente escolar.
Justificativa: necessidade de desvincular o jovem de práticas ou condutas impróprias; alertar para a necessidade de reduzir comportamentos de risco; prevenir a proliferação de entorpecentes em ambiente escolar.
Público-alvo: alunos do ensino fundamental

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretarias Municipais e Coordenadorias Regionais de Educação
Órgãos públicos envolvidos: Susepe, Brigada Militar e Polícia Civil
Organizações parceiras: Consepro, associações comunitárias e associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de Projeto Executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS
Metas: reduzir o número de menores infratores em 10%
Custos: R\$ 105.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Elaborar o conteúdo programático, com custo aproximado de R\$ 5.250,00 e duração estimada de 2 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o conteúdo programático. • Definir as escolas prioritárias para receber as aulas. • Definir o cronograma de aplicação das aulas. Ministras as aulas, com custo aproximado de R\$ 99.750,00 e duração estimada de 10 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação das aulas nas escolas. • Certificação dos alunos. • Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 105.000,00
Fontes de recursos: Secretaria Estadual de Educação

5.7.10 Ampliação e/ou modernização do videomonitoramento

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Ampliação e/ou modernização do videomonitoramento</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: ampliar a taxa de cobertura de videomonitoramento e a modernização do sistema. O que se pretende com esse projeto é não somente ampliar, mas, também, modernizar o videomonitoramento, de maneira a agregar outras funções, como o rastreamento de presos em regime semiaberto, agressores e vítimas de agressão, etc. O principal benefício seria a diminuição dos índices de criminalidade nas áreas monitoradas.

Justificativa: o sucesso alcançado no combate e na prevenção do crime nas áreas monitoradas; o sentimento de segurança transmitido pelo sistema; a possibilidade de integrar outras funcionalidades, como tornozeleira eletrônica ou botões de pânico para as vítimas.

Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Corede Produção

Órgãos públicos envolvidos: Brigada Militar

Organizações parceiras: Consepro, associações comunitárias e associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS

Metas: investir, em média, R\$ 1.000.000 por município na implantação da rede de videomonitoramento; ter o sistema regional interligado.

Custos: R\$ 21.000.000,00

Prazo: 24 meses

Etapas:

Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 210.000,00 e duração estimada de 6 meses.

- Realizar levantamento dos equipamentos e sistemas existentes.
- Analisar a necessidade de substituição de equipamentos.
- Definir um sistema ou melhorar o sistema existente de maneira a interligar todos os municípios do Corede Produção.
- Elaborar processo de licitação para a compra de novos equipamentos.

Implantar o sistema, com custo aproximado de R\$ 20.790.000,00 e duração estimada de 18 meses.

- Realizar a aquisição de novos equipamentos.
- Treinar os operadores.
- Interligar os sistemas.
- Realizar o monitoramento.
- Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 21.000.000,00
Fontes de recursos: Consepro e emendas parlamentares

5.7.11 Regionalização do número de emergência 190

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Regionalização do número de emergência 190</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 420.000,00
Duração do projeto: 12 meses
Responsável pela implementação: Secretaria Estadual de Segurança Pública

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: agilizar o atendimento emergencial, tendo como escopo a criação de uma central regional para o recebimento das chamadas do número 190 para que seja possível atender de maneira mais ágil e efetiva as demandas de emergências.
Justificativa: incapacidade de satisfazer as demandas do sistema em funcionamento atualmente
Público-alvo: população dos 21 municípios do Corede Produção

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Secretaria de Segurança Pública
Órgãos públicos envolvidos: Brigada Militar
Organizações parceiras: Consepro, associações comunitárias e associações comerciais

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: não
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: criar uma central regional para o telefone 190
Custos: R\$ 420.000,00
Prazo: 12 meses
Etapas: Planejamento e cronograma, com custo aproximado de R\$ 21.000,00 e duração estimada de 3 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do projeto. • Avaliação das premissas e restrições. • Elaboração para implantação da central. Implantação do 190 regional, com custo aproximado de R\$ 399.000,00 e duração estimada de 9 meses. <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos equipamentos. • Aquisição de novos equipamentos. • Instalação dos equipamentos. • Divulgação para a comunidade e as autoridades do canal. • Avaliação do projeto.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 420.000,00
Fontes de recursos: Consepro e emendas parlamentares

5.8 Eixo estratégico: agricultura, agroindústria e tecnologia

5.8.1 Introdução da canola como cultura de inverno

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Introdução da canola como cultura de inverno</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Duração do projeto: 24 meses
Responsável pela implementação: Embrapa

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO

Objetivo: promover o plantio direto; preservar o solo e a sua qualidade; garantir a rotação de culturas para preservação do solo; gerar nova fonte de renda para os produtores rurais.

Justificativa: elevada taxa de perdas de solo no RS; processo de plantio direto inexistente; necessidade de aumentar as taxas de rentabilidade dos solos e do agrogócio; necessidade de diminuir os gastos com insumos para equilíbrio dos solos.

Público-alvo: produtores rurais

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Equipe do projeto: Emater

Órgãos públicos envolvidos: Emater, Embrapa e Seapi

Organizações parceiras: BSBios, universidades, sindicatos e cooperativas

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO

Elaboração de projeto executivo: não

Desapropriação: não

Licença ambiental: não

Licitação: sim

Infraestrutura ou sistema de informação: não

5 - PRODUTOS

Metas: introduzir a canola como cultura de inverno em 40% das propriedades com produção de soja no verão

Custos: R\$ 1.000.000,00

Prazo: 24 meses

Etapas:

Formação para técnicos rurais, com custo aproximado de R\$ 50.000,00 e duração estimada de 3 meses.

- Elaboração de um conteúdo programático.
- Elaboração de material didático.
- Seleção do público-alvo para participar das capacitações.
- Realização das capacitações.
- Certificação dos alunos.

Implantação da cultura e adequação tecnológica das propriedades abrangidas por essa fase do plano, com custo aproximado de R\$ 950.000,00 e duração estimada de 21 meses.

- Elaboração de critérios para a participação de produtores no projeto.
- Divulgação e seleção de produtores para participar do projeto.
- Financiamento para adequações tecnológicas.
- Plantio da canola.
- Avaliação dos resultados.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 1.000.000,00
Fontes de recursos: Seapi, SDR, Feaper, bancos

5.9 Eixo estratégico: dinâmica institucional e econômica

5.9.1 Cadastramento multifinalitário

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO
Título: <i>Cadastramento multifinalitário</i>
Localização: 21 municípios integrantes do Corede Produção
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.750.000,00
Duração do projeto: 48 meses
Responsável pela implementação: Diretoria do Corede Produção

2 - QUALIFICAÇÃO DO PROJETO
Objetivo: cadastrar o território do Corede Produção, produzindo uma única ferramenta, gerida centralmente e, por isso, com economias de escala.
Justificativa: necessidade de instituir uma ferramenta única de caracterização territorial fiável e multifacetada; falhas do processo de registro de imóveis; possibilidade de trabalhar o ordenamento territorial de forma integrada e ágil.
Público-alvo: produtores rurais

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO
Equipe do projeto: Diretoria do Corede Produção
Órgãos públicos envolvidos: Ministério das Cidades, Ministério da Agricultura, SPGG, Poder Público Municipal
Organizações parceiras: UPF e UTFPB

4 - REQUISITOS PARA EXECUÇÃO
Elaboração de projeto executivo: não
Desapropriação: não
Licença ambiental: não
Licitação: sim
Infraestrutura ou sistema de informação: sim

5 - PRODUTOS
Metas: elaborar o cadastramento multifinalitário na região de forma integrada
Custos: R\$15.750.000,00
Prazo: 48 meses
Etapas: Formação para decisores políticos e técnicos municipais das áreas envolvidas no processo de cadastramento, com custo aproximado de R\$ 250.000,00 e duração estimada de 6 meses. Execução do cadastramento e construção da plataforma para a sua manutenção e atualização, com custo aproximado de R\$ 15.500.000,00 e duração estimada de 42 meses.

6 - RECURSOS DO PROJETO
Valor total estimado do projeto: R\$ 15.750.000,00
Fontes de recursos: Ministério das Cidades e bancos de fomento

6 Carteira de projetos (hierarquizada por estratégia)

6.1 Eixo estruturante: agricultura, agroindústria e tecnologia

Votação	Nome do projeto
26	Melhoramento dos rebanhos
26	Tabela de preços mínimos ao produtor
25	Novo campo
24	Diversificação da pequena propriedade com base na produção de alimentos para autoconsumo/cultura de subsistência
20	Gestão rural
20	Expansão do turismo rural
19	Fortalecimento do papel da Emater com o produtor rural
18	Expansão da agroindústria familiar a partir do excedente da produção agrícola (leite, peixe, hortifrutigranjeiros, etc.)
17	Aposta da saúde animal
16	Qualificação da pastagem
10	Centro Tecnológico Regional
7	Abatedor regional de peixes
6	Introdução da canola como cultura de inverno e efetivação do plantio direto
4	Incentivo à instalação de unidade transformadora de soja
0	Trabalho integrado no desenvolvimento rural
0	Apoio à diversificação produtiva de bens alimentares

6.2 Eixo estruturante: logística e infraestrutura

Votação	Nome do projeto
30	Ampliação e melhoria do Aeroporto Lauro Kurtz
29	Duplicação da RS-324 entre Passo Fundo e Casca
29	Internet para todos – rural e urbana
23	Plano de recuperação e ampliação do modal ferroviário do norte do estado
20	Condomínio industrial simbiótico
19	Caminhos de ferro
17	Duplicação da BR-285 entre Carazinho e Passo Fundo
14	Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um aeroporto internacional de cargas
13	Duplicação da RS-135 entre Passo Fundo e Erechim
12	Duplicação da BR-386 entre Soledade e Frederico Westphalen
11	Estudo de viabilidade técnica e ambiental para instalação de um ramal ferroviário de ligação entre Carazinho e a linha Norte-Sul
10	Ciclovias como alternativa na mobilidade urbana
10	Duplicação da RST-153 entre Passo Fundo e Tio Hugo
9	Construção de um viaduto na RS-135 no trevo da BR-285
7	Pavimentação asfáltica da RS 330 entre o distrito de São Bento (CZO) e Chapada
6	Aquisição de balanças rodoviárias móveis
3	Recuperação asfáltica da VRS 801 entre o entroncamento com a BR-386 e Chapada
0	Criação e revitalização das áreas de repouso ao longo das estradas intermunicipais
0	Aeroporto internacional de cargas

6.3 Eixo suporte: dinâmica institucional e econômica

Votação	Nome do projeto
27	Instalação do gabinete do investidor a nível regional
21	Instalação de câmara setorial de planeamento
20	Alinhamento dos Planos Diretores Municipais (PDMs)
20	Programa Excelência da Gestão Pública
16	Identificação do potencial turístico da região
15	Políticas públicas
15	Redistribuição do ICMS
12	Cadastramento multifinalitário
9	Formação para os quadros técnicos fiscalizadores
9	Espaço geográfico padronizado voltado à gestão eficiente
3	Mercados financeiros a serviço do produtor
0	Aplicação da lei como fator dissuasor
0	Instalação de uma rede de assistência social no Corede
0	PEDs municipais

6.4 Eixo suporte: educação

Votação	Nome do projeto
27	Aprender e aprender a fazer
25	Formação continuada de professores
18	Formação integral da criança e do adolescente
17	Programa Liderar o Futuro
17	Ampliação da oferta para berçário e creche
14	Cultura da paz na escola
7	Instalação de ludotecas multigeracionais
0	Inclusão da gestão financeira no currículo escolar
0	Implantação do turno integral

6.5 Eixo suporte: meio ambiente

Votação	Nome do projeto
27	Microgeração energética na propriedade rural
26	Estações de tratamento de esgotos
26	Ecocentros
23	Ecoponto
20	Conclusão da rede de saneamento básico
20	Aproveitamento das águas pluviais
17	Observatório climático
12	Recuperação das matas ciliares
8	Levantamento geológico e geomórfico da região

6.6 Eixo suporte: saúde

Votação	Nome do projeto
25	Qualificação das equipes da Atenção Primária à Saúde (APS)
21	Apoio à melhor idade, um serviço à comunidade
20	Qualificação das infraestruturas da Atenção Primária à Saúde (APS)
19	Formação para gestores públicos na área da saúde
17	Ampliação dos pontos de coleta de água para análise e transparência na divulgação dos resultados
16	Oficinas terapêuticas
14	Inclusão da saúde mental no atendimento básico de saúde
9	Academia da saúde como suporte ao combate das doenças crônicas não transmissíveis
4	Motolância
0	Médico no pré-natal
0	Programa regional de combate às dependências
0	Apoio à melhor idade
0	Associação de novos serviços de proximidade como resposta à necessidade de viabilização dos hospitais locais

6.7 Eixo suporte: segurança

Votação	Nome do projeto
28	Integração de civis nas atividades administrativas das forças de segurança pública
28	IGP - reforçar para agilizar
27	Ampliação do videomonitoramento
26	Recomposição do efetivo na proporção das saídas
23	Inserção eletrônica de boletins de ocorrência (plataforma integrada)
21	Mediação de conflitos
20	Regionalização do número de emergência 190
19	Renovação de frota das forças policiais
17	Botão de pânico para defesa da mulher vítima de violência
14	Tornezeira eletrônica integrada na rede de videomonitoramento
0	Segurança nos currículos escolares

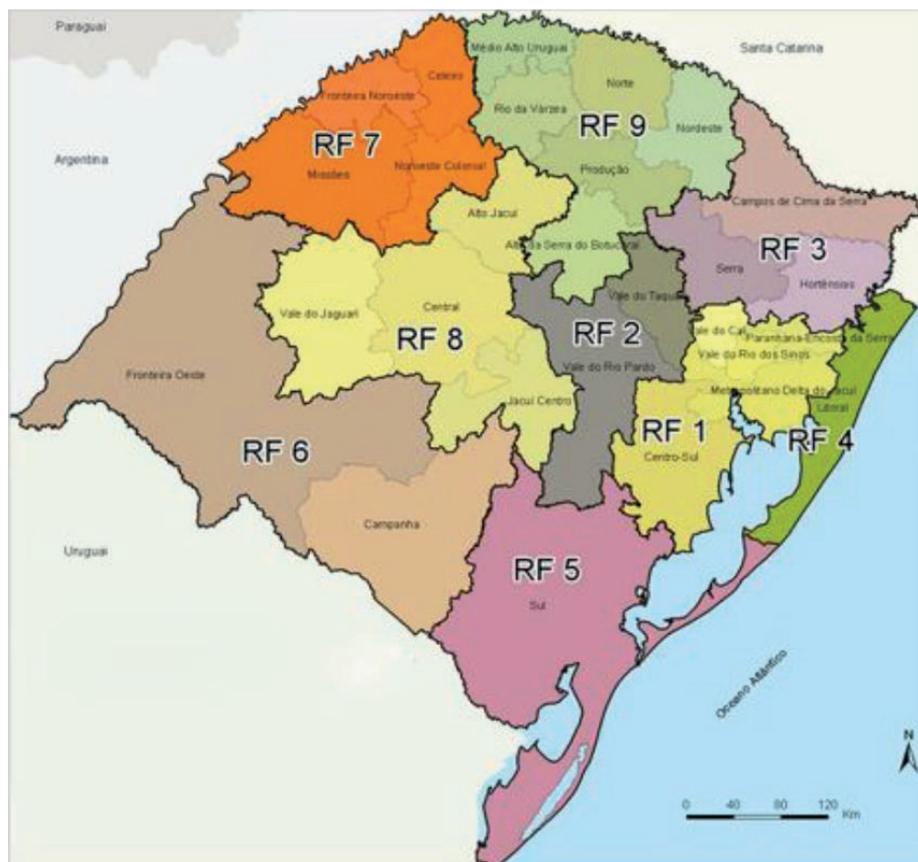
6.8 Hierarquização na Funcional 9

No dia 17 de janeiro de 2017, reuniram-se os Coredes Alto da Serra do Botocaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea, que conformam a Funcional 9 do RS.

Foram discutidos, aprovados e hierarquizados os projetos de maior interesse da Macrorregião Funcional 9.

Seguem os 24 projetos elencados:

Figura 12: Mapeamento das regiões funcionais do Rio Grande do Sul



Fonte: Fórum dos Coredes.

HIERARQUIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES DA REGIÃO FUNCIONAL 9 6 COREDES: ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO e RIO DA VÁRZEA
1- Programa de fortalecimento das cadeias produtivas – agroindustrialização e comercialização.
2- Pavimentação asfáltica da BR-153 entre Erechim e Passo Fundo
3- Fortalecimento dos hospitais públicos regionais
4- Acesso e ligação inter-regional entre as regiões: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção e Rio da Várzea
5- Duplicação da BR-386/158 entre Soledade e Lajeado
6- Acesso asfáltico aos municípios sem ligação asfáltica
7- Ferrovia Norte-Sul
8- Ampliação e melhorias do Aeroporto Lauro Kurtz em Passo Fundo
9- Internet para todos – rural e urbana
10- Acesso a fontes de energias renováveis e melhoria da qualidade da rede de energia elétrica
11- Videomonitoramento - segurança regional
12- Saneamento básico
13- Estruturação da oferta turística regional
14- Implantação e apoio a cursos técnicos profissionalizantes
15- Ecocentros e ecopontos regionais
16- Qualificação dos gestores públicos (prefeituras)
17- Criação e fortalecimento dos consórcios intermunicipais
18- Reorganização de órgãos regionais a partir das regiões coredianas
19- Qualificação das equipes de Atenção Primária à Saúde (APS)
20- Formação continuada para professores e gestores escolares
21- Formação e qualificação de gestores empresariais
22- Duplicação ou criação de terceira faixa na RS-153 entre Passo Fundo, Ernestina e Tio Hugo.
23- Ligação asfáltica entre Nicolau Vergueiro e Marau de aproximadamente 30 km
24- Ligação asfáltica entre Itapuca e Nova Alvorada

7 Modelo de gestão e implementação do PED da região

Após análise dos estatutos e com o objetivo de dinamizar o Conselho Regional de Desenvolvimento, fortalecendo a sua posição como entidade pública com responsabilidade e capacidade de ocupar um espaço vazio entre o poder municipal e o poder estadual, a comissão técnica sugere que a gestão do Plano Estratégico deve ser da competência desse Conselho, uma vez que consta em seu estatuto social, no art. 10º, inciso V, a instalação de comissões setoriais. Assim, o desiderato de instalar uma Comissão Setorial de Planejamento já está previsto em seu estatuto.

Conforme estabelece o Estatuto Social do Conselho, a estrutura inicial da Comissão Setorial de Planejamento Corede Produção (CPS do Corede Produção) constará de: um Secretário de Planejamento dos 21 municípios (ou secretaria afim); dois representantes da Diretoria do Corede; dois especialistas em planejamento de desenvolvimento regional.

Com o objetivo de agilizar o processo de funcionamento da referida comissão, propõe-se a instalação de um comitê executivo na estrutura e para as competências que se seguem:

7.1 Comitê executivo - estrutura

- Comitê executivo: três secretários municipais de planejamento eleitos entre pares; um representante da Diretoria do Corede; até três técnicos em planejamento de desenvolvimento regional, indicados por universidades comunitárias da região; um técnico de planejamento estratégico indicado pela Associação de Municípios do Planalto.

- O comitê se reunirá a cada quinze dias, com pauta previamente definida, com a apresentação de projetos e a avaliação de execução dos projetos regionais.

7.2 Comitê executivo - competências

- Elaborar os planos necessários à realização das atribuições regionais e submeter à aprovação inicial da câmara setorial.
- Submeter ao plenário da Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária do Corede Produção todos os planos e projetos aprovados na CPS.
- Propor à CPS os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse regional.
- Participar, com outras entidades, do planejamento que se relacione diretamente com as atribuições do Corede, emitindo parecer a ser submetido à apreciação e à deliberação do CPS.
- Pronunciar-se sobre os planos e os programas da administração federal e estadual com interesse regional.
- Assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração estadual e federal.
- Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas.
- Elaborar o plano de ação e a proposta do orçamento, assim como as respectivas alterações, submetendo todos à aprovação do CPS.
- Executar as opções do plano de orçamento.
- Elaborar e apresentar ao CPS propostas de harmonização no domínio dos poderes municipais.
- Analisar e elaborar parecer técnico para os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa caiba à CPS.
- Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse regional, em parceria com entidades da administração estadual e federal.
- Proceder à aquisição e à locação de bens e serviços.
- Executar obras por empreitada, por delegação da CPS.

- Dirigir os serviços regionais de apoio técnico e administrativo.
- Participar em órgãos de gestão de entidades da administração estadual e federal.
- Participar em órgãos consultivos de entidades da administração local.
- Propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação.
- Propor e desenvolver projetos de formação dos recursos humanos dos municípios.
- Propor e desenvolver projetos de apoio à gestão municipal.
- Assegurar o cumprimento das deliberações da Comissão Setorial.
- Exercer as demais competências legais, incluindo aquelas que o estado e a União venham a transferir para as áreas regionais num quadro da descentralização.
- Apresentar propostas à CPS sobre matérias da competência dessa.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi atualizar o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Conselho Regional de Desenvolvimento Produção/RS (PED/Corede Produção). Essa atualização permitiu a ampliação da base de dados regionais, elaborada e divulgada no PED do Corede Produção em 2010, tendo como base os perfis socioeconômicos dos 28 Coredes, elaborados pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Ainda possibilitou definir uma visão de futuro e ações estratégicas que apontem para o desenvolvimento e para a sustentabilidade do desenvolvimento regional. Por meio de uma ampla discussão com a comunidade regional, houve a definição de uma visão de futuro, em que as estratégias de desenvolvimento do Corede, através de propósitos globais permanentes, sempre observando as reais necessidades da população para a proposição de projetos, fomentem políticas públicas de desenvolvimento local e regional.

Todo o trabalho de diagnóstico, de sistematização dos dados colhidos nos diferentes momentos e de realização das assembleias municipais e microrregionais e das oficinas permitiu que os técnicos contratados pela Universidade de Passo Fundo, acompanhados pela UPF, por meio da Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários bem como pelos membros do Corede Produção, produzissem uma carteira de projetos de desenvolvimento para a região. As ações ocorreram com uma metodologia participativa, subsidiando de forma qualificada a elaboração dos projetos que apresentamos nesta obra.

O Corede Produção, ao entregá-la à sociedade, crê em um retorno social e econômico dos espaços locais e regional. Ao longo das atividades, a participação das comunidades revelou a expectativa de elas serem beneficiadas com ações governamentais, em especial, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Durante a fase de diagnóstico, ficou evidente a importância do Corede Produção, que, sem sombra de dúvi-

da, desempenha um papel articulador no processo de desenvolvimento do território.

Em síntese, os projetos que o Corede Produção oferece à região tiveram a contribuição fundamental da comunidade regional, revelando o desejo das pessoas que vivem nela. Estes projetos indicam a carência de infraestrutura, a necessidade de qualificação pessoal e profissional, as deficiências de atendimento nas áreas de segurança, saúde e educação, condições aliadas aos poucos investimentos do Estado e da União. Esses são os principais entraves para o desenvolvimento local.

O trabalho mostrou que, para haver retornos sociais, é necessário que os projetos apresentados se transformem em Políticas Públicas, voltadas ao desenvolvimento e, conseqüentemente, à inclusão social.

Neste trabalho, foram definidas demandas que serão os referenciais estratégicos para o desenvolvimento regional. Essa ação foi reforçada pela participação da sociedade, que se amparou no diagnóstico técnico e na aplicação da matriz Fofa (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças). A partir disso, chegou-se ao consenso que fundamentou o conjunto de propostas contidas nesta obra.

Com esse objetivo, foi idealizada uma carteira de projetos que representa os anseios e as necessidades da região, sob o olhar atento das pessoas que participaram da elaboração do presente PED. Portanto, os resultados obtidos nesta e nas etapas anteriores conduzirão, pelos próximos quinze anos, as ações da região a curto, médio e longo prazo.

Ainda assim, será necessário um acompanhamento das autoridades da região e do próprio governo, a fim de que se fiscalize a implantação das propostas. Cabe ressaltar que os projetos apresentados dependem da interface do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e de outros parceiros. Caso isso não ocorra, será mais um trabalho impresso em livros, guardado em prateleiras e sem efetiva utilidade para a população.

Referências

- AZEVEDO, Juliana Laboissière de. A economia circular aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, XI, 2015, Rio de Janeiro, *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.inovarse.org/node/3815>>. Acesso em: jun. 2017.
- GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 49, n. 2, abr./jun. 2011.
- HORLINGS, I.; MARSDEN, T. Towards sustainable spatial development? Exploring the implications of the emerging bio-economy in agri-food and regional innovation. *Sociologias*, 2009. Disponível em: <https://vpn.uab.pt/+CSCO+0h756767633A2F-2F6A6A6A2E6670767279622E6F65+//scielo.php?pid=S1517-45222011000200007&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- KITCHEN, L.; MARSDEN, T. K. Creating sustainable rural development through stimulating the eco-economy: beyond the eco-economic paradox? *Sociologia Ruralis*, v. 49, n. 3, p. 273-294, 2009.
- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. *Perfil Socioeconômico Corede Produção*. Porto Alegre: Seplan, nov. 2015.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- SABOURIN, Eric. Governança multi-nível no desenvolvimento rural: intermunicipalidade e territórios. In: SIMPÓSIO DA REDE DE ALTOS ESTUDOS EM ESTADO E INSTITUIÇÕES, 1, 2016. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política, 2016.
- SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. *Revista FazCiência*, Paraná, v. 15, n. 20, p. 101-130, jan./jun. 2012.
- SIEDENBERG, Dieter (Org.). *Fundamentos e técnicas de planejamento estratégico*. Santa Cruz do Sul, RS: Editora UNISC, 2010.
- SIEDENBERG, D.; AGOSTINI, C. *O processo de construção dos planos estratégicos regionais de desenvolvimento dos Coredes em 2009-2010: formulação, concepção...* jun., 2015. Disponível em: <https://vpn.uab.pt/+CSCO+0h75676763663A2F2F6A6A6A2E657266726E657075746E67722E617267+//profile/Rogério_Silveira3/publication/279854199_OBSERVANDO_O_PLANEJAMENTO_REGIONAL_NO_RIO_GRANDE_DO_SUL_UMA_ANALISE_DA_EXPERIENCIA_RECENTE_DOS_CONSELHOS_REGIONAIS_DE_DESENVOLVIMENTO_COREDES/links/559c6a7108ae0035df248046.pdf#page=115>. Acesso em: maio 2017.

Sobre os autores

Munira Medeiros Awad – Graduada em Pedagogia pela Unijui (1985), especialista em Epistemologia das Ciências Sociais (1993) e em Gestão Estratégica Empresarial (2004) – pela Universidade de Passo Fundo. Professora Estadual aposentada em 2013. Coordenadora da Divisão de Assuntos Comunitários. Presidente do Fórum da Microrregião Cultura e Tradição de 2010 a 2014, Presidente da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul de 2013 a 2014. Atualmente preside, em seu segundo mandato, o Corede Produção (gestão 2017-2019).

João Filipe Torres Soares – Mestrando do Programa de Mestrado em Cidadania Ambiente e Participação – UAb, Portugal. Graduado em Relações Públicas e Internacionais. Empresário, desenvolve trabalho de consultoria em estratégia empresarial e de desenvolvimento local e regional. Foi titular de cargos de administração pública e em instituições privadas sem fins lucrativos. Pauta a sua atuação nas instituições nas quais intervéem pela inclusão dos valores do desenvolvimento sustentado.

Ezequiel Schumann Rosa – Pós-graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Luterana do Brasil. Graduado em Direito pela Universidade de Passo Fundo. Instrutor graduado pela *JCI Training*. Formado em Consultoria Empresarial pela FGV, Auditoria de Normas ISO 9001, OHSAS 18001 e ISO 14000. Atualmente, é consultor empresarial e instrutor na Escalar Consultoria empresarial.

Marcos Alexandre Cittolin – Graduado em Direito. Mestre em Infraestrutura e Meio Ambiente – ênfase em desenvolvimento regional. Especialista em Pedagogia Social e Direito Tributário. Diretor da Superintendência de Portos e Hidrovias do RS. Secretário de Desenvolvimento do Município de Passo Fundo. Atualmente, é Gestor do Parque Tecnológico da Universidade de Passo Fundo e Professor Universitário. Atua como palestrante na área de desenvolvimento econômico e como conselheiro de empresas e Master Coach Executivo.

